

COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO NORDESTE BRASILEIRO
E MUDANÇA SOCIAL

GILVANDO SÁ LEITÃO RIOS

Orientadora: MARIA ÍGNEZ GUERRA MOLINA

Dissertação apresentada à Escola Superior
de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Uni-
versidade de São Paulo, para obtenção do
Título de Mestre em Ciências Sociais Rurais

P I R A C I C A B A

Estado de São Paulo - Brasil

1 9 7 6

A *Henri Desroche*, sociólogo da utopia cooperativa, e
a *Maria Isaura Pereira de Queiroz*, amiga e Mestra,

DEDICO ESTA DISSERTAÇÃO

AGRADECIMENTOS

À *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)*, tanto pela oportunidade que me foi concedida de vir cursar o mestrado como pela autorização de utilizar os dados da pesquisa efetuada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Destaco especialmente o ex-Superintendente Adjunto-Administrativo, *Dr. Ferdinando Santos Neves* que autorizou minha vinda a Piracicaba. Aos colegas *Ivete Sultanum*, *José Trajano Filho* e *Geralda Juracy de Oliveira*, pelo acompanhamento desvelado, contrarrestando barreiras burocráticas. Ao *Cel. Lúcio Moraes Caldas*, Chefe da Unidade de Apoio Administrativo do Escritório da SUDENE em São Paulo, pela presteza e eficiência reveladas em várias de minhas demandas junto à sede.

Ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), especialmente à pesquisadora *Maria Auxiliadora Lins Pontes*, pelo fornecimento de cópias dos Diários de Campo da pesquisa cujos dados utilizamos.

À *Fundação Ford* e ao *Escritório de Análise Econômica e Política Agrícola (EAPA)* da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Agricultura, por haverem financiado os serviços de datilografia e impressão desta pesquisa.

Ao *Dr. Joaquim José de Camargo Engler*, Chefe do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), pelo apoio moral e administrativo dados.

À *Dra. Maria Ignez Guerra Molina*, orientadora desta Dissertação, pelas críticas e sugestões, de conteúdo e de forma, bem como pelo diálogo humano mantido, agradeço penhoradamente.

Aos demais professores do DCSA pelos ensinamentos fornecidos ao longo do curso, e valiosa colaboração nas diferentes fases desta Pesquisa. Destaco os professores: *José Molina Filho*, pelas pertinentes sugestões metodológicas na análise quantitativa; *Oriowaldo Queda*, por sugestões bibliográficas; *José Albertino Rodrigues* e *Newton de Melo Quelho*, pelos oportunos comentários quando da leitura dos originais.

A colega sociólogo *Rosalba de Almeida Moledo*, pela ajuda na elaboração das tabelas.

À *Nelbe*, minha esposa, pelo estímulo constante e revisão dos originais.

À *Sra. Margareth P. Wagner*, pela versão do resumo para o inglês.

Aos *Srs. Wanderley Brajão*, *Lázaro Martins* e *Elisa Peron*, pelos serviços de datilografia e impressão

Í N D I C E

	Página
LISTA DE QUADROS	VI
LISTA DAS TABELAS	VI
LISTA DOS APÊNDICES	VII
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
1. O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	1
2. ASPECTOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA NO NORDESTE	8
3. OBJETIVOS DO TRABALHO	14
CAPÍTULO II - COOPERATIVISMO	15
1. ALGUMAS ABORDAGENS	16
2. ALGUNS ESTUDOS	23
CAPÍTULO III - ORIENTAÇÃO TEÓRICA	46
1. CLASSES SOCIAIS	47
2. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL - SINÔNIMO, COMPLEMENTAR OU OPOSTO AO CONCEITO DE CLASSES SOCIAIS?	53
3. IDEOLOGIA E UTOPIA	57
4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL	63
5. MUDANÇA SOCIAL	67
CAPÍTULO IV - METODOLOGIA OPERACIONAL	74
CAPÍTULO V - ANÁLISE DOS DADOS	86
1. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NA COOPERATIVA	87
1.1. Primeira hipótese	87
1.2. Segunda hipótese	94
1.3. Terceira hipótese	103
1.4. Quarta hipótese	113
2. "PROBLEMAS INTERNOS" E "PROBLEMAS EXTERNOS" DO COOPERATIVISMO NORDESTINO	118

CAPÍTULO VI - A PROGRAMAÇÃO DE COOPERATIVISMO DA SUDENE	135
CAPÍTULO VII - RESUMO E CONCLUSÕES	160
RESUMO	161
CONCLUSÕES	167
SUGESTÕES PARA PRÓXIMAS PESQUISAS	168
SUMMARY	169
LITERATURA CITADA	174
APÊNDICES	182

LISTA DE QUADROS

QUADRO		Página
1	Tipologia de Participação Social	64
2	Distribuição da Amostra por Tipo de Cooperativa ...	81

LISTA DE TABELAS

TABELA		Página
1	Número e Porcentagem dos Associados Segundo Regime e Tamanho da Propriedade	90
2	Renda média mensal familiar, segundo níveis de renda	91
3	Porcentagem simples e acumulada do total das famílias e do total da renda, segundo níveis de renda.	
4	Porcentagem dos cooperados, segundo nível de renda e área das propriedades	93
5	Número e porcentagem da opinião do cooperado sobre a possibilidade de ser escolhido para cargos eletivos na Cooperativa, segundo níveis de renda familiar	95
6	Número e porcentagem dos cooperados que acham possível sua escolha para cargos eletivos na Cooperativa, segundo motivo alegado e renda familiar	97
7	Critérios utilizados para escolha dos candidatos à direção das Cooperativas	99
8	Forma de escolha dos candidatos à Diretoria da Cooperativa	101
9	Frequência às eleições, segundo a renda familiar..	105
10	Relação entre o nível de renda familiar e a parte do indivíduo em dinheiro, na Cooperativa	108

TABELA

Página

11	Número e porcentagem dos cooperados, segundo área da propriedade e participação em dinheiro na Cooperativa	110
12	Porcentagem dos cooperados beneficiados ou não com empréstimos da Cooperativa, segundo níveis de renda, durante os anos de 1969, 1970 e 1971	111
13	Porcentagem de utilização dos serviços da Cooperativa, segundo categoria do serviço e níveis de renda	112
14	Número e porcentagem dos motivos alegados como vantagens de pertencer ao sistema cooperativo	122
15	Composição dos empréstimos das cooperativas agropecuárias e de crédito - 1969/1971	124
16	Número e porcentagem do destino da produção dos cooperados, segundo níveis de renda familiar mensal.	124
17	Meio de transporte utilizado para escoamento da produção, por tipo de Cooperativa	127
18	Composição das compras e das vendas das cooperativas agropecuárias 1969/1971	128
19	Cooperativas e associados beneficiados pelo Projeto SUDENE/BID/BNB, por Estados - posição em 31/12/1970	153
20	Distribuição dos recursos contratados pelo Projeto SUDENE/BID/BNB, segundo finalidade do crédito e por Estados - posição em 31/12/70	154
21	Distribuição percentual, por Estados, dos associados e recursos emprestados através do convênio SUDENE/BID/BNB - posição em 31/12/70	155

LISTA DOS APÊNDICES

APÊNDICE

Página

1	Cooperativas abrangidas na Pesquisa, por Estado....	182
2	Lista das cooperativas encontradas fora de funcionamento, ou em fase de extinção, por Estado	186

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

1. O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Já há mais de 40 anos existem cooperativas agrícolas no Nordeste. Sobretudo a partir da década de 60 organismos federais e estaduais - Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Departamentos Estaduais de Assistência ao Cooperativismo - DACs, desenvolveram variados programas de apoio ao setor cooperativo em termos de assistência técnica, creditícia (com apoio de Bancos oficiais) e educacional, sendo ademais sempre lembrado o cooperativismo nos tímidos ensaios de reforma agrária do Governo Federal.

Não obstante, o setor cooperativo nordestino não costuma aparecer como um modelo válido para a implementação de uma política agrícola. Assim, documento recente de assessor da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO junto à SUDENE, (FIGUEROA: 1973, p. 200), ao fazer "proposições de política agrícola para o Nordeste", simplesmente descarta a possibilidade das cooperativas desempenharem um papel relevante num programa destinado a prestar serviços à produção e comercialização agrícolas. Segue-se o trecho do documento supracitado:

"Registra-se no Nordeste, aproximadamente, 650 empresas cooperativas. Na sua grande maioria exercem funções que se enquadram dentro do cooperativismo de primeiro grau.

Com frequência registram-se as seguintes observações em relação ao movimento cooperativo nordestino:

- a) trata-se de processos cooperativos estruturados sobre a base de um incipiente grau de conscientização cooperativa;
- b) são reconhecidas as crônicas deficiências de administração comercial, consequência da escassa preparação empresarial de seus dirigentes como também pela influência perniciosa que exercem as pressões políticas originadas em interesses locais;
- c) as cooperativas que se aventuram no campo da comercialização encontram fortes limitações para enfrentar a concorrência, dadas suas reduzidas escalas de operações;
- d) é tradicional a insuficiência financeira das cooperativas agrícolas nordestinas, o que as impossibilita de operar em grande escala;
- e) além das deficiências apontadas, se sobrepõe a insuficiente assistência técnica e financeira das entidades públicas responsáveis pelo desenvolvimento do movimento cooperativo.

As considerações acima expostas limitam as possibilidades de que as empresas cooperativas pudessem de imediato assumir a condução do programa que ora se propõe. Salvo situações específicas onde um conjunto de cooperativas se encontrem bem localizadas, funcionando com relativa eficiência e demonstrando amplas potencialidades para melhorar sua organização comercial, seria viável e conveniente estabelecer as empresas deste programa sob a forma jurídica de cooperativa de segundo grau. Na generalidade dos casos, contudo, parece neces-

sário equacionar o problema em termos de Empresas Mistas".

Este quadro de limitações das cooperativas nordestinas pode ser demonstrado com recente estatística da ANCARPE - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural/Pernambuco (ANCARPE: 1973, p. 7). De 45 cooperativas trabalhadas por este órgão de extensão rural, apenas 11 realizaram serviços de comercialização agrícola. Isto significa que dos 28.766 sócios destas 45 cooperativas, apenas 1.444 comercializaram sua produção sem ser através de intermediários no ano de 1972. É de notar-se que as cooperativas trabalhadas pela ANCARPE foram antes selecionadas em função de suas potencialidades e de sua área de atuação entre as demais existentes no Estado de Pernambuco. Por outro lado, convém notar que o serviço de extensão não trabalha na área canavieira, não apenas em Pernambuco mas em todo o Nordeste. Vale dizer que a área de atuação da ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural, coincide com as regiões produtoras de alimentos voltados para o consumo interno e de alguns produtos industrializáveis (algodão, fumo, frutas, etc.).

Se nessas regiões não predomina a comercialização cooperativa, com exceção parcial do algodão no Ceará e do fumo e laranja em Sergipe, como se apresenta o processo de comercialização?

O economista SÁ JR. (1973, p. 127), assim o descreve: "A maior parte da produção agrícola destinada ao mercado interno é realizada por agricultores que vivem em redor do nível de subsistência, sejam eles trabalhadores sem terra - rendeiros, parceiros e moradores -

ou proprietários minifundistas. O elevadíssimo número desses pequenos produtores, e a necessidade dessa gente de obter, na época da safra, todo o dinheiro que puder conseguir, torna nulo o seu poder de barganha junto aos poucos comerciantes existentes na área. Assim, o preço pago ao produtor na época da colheita costuma cair a um nível tão baixo que anula os estímulos que possam incidir sobre essa lavoura. O problema assume maior gravidade se se considera o fenômeno de venda "na folha" que abrange não só o algodão, mas também os cereais a ele associados. Desses fatos resulta que tais culturas acham-se sujeitas a oscilações de preço que, conforme tivemos a oportunidade de observar, podem fazer cair o valor unitário do produto a um décimo ou até menos do preço maior atingido no mesmo ano e na mesma área. Tais oscilações propiciam ao comerciante um lucro que ele costuma aplicar na formação de estoques. Tais estoques elevam o poder de barganha dos comerciantes frente aos produtores".

De acordo com esta caracterização a problemática da comercialização agrícola não está desvinculada do problema da estrutura fundiária. Não são aspectos a serem abordados isoladamente. Isto já fornece uma pista para elaboração de uma hipótese, no sentido de que, a inexpressiva comercialização agrícola cooperativa nordestina decorre antes de contradições de interesses de classe dentro das próprias cooperativas, suas deficiências operacionais mais visíveis decorrendo daquelas contradições.

Sintetizando o nosso problema de pesquisa sobre cooperati-

vas rurais nordestinas, podemos apresentá-lo pelas seguintes proposições:

- a) o cooperativismo rural nordestino de áreas não-monocultoras, apesar de um certo período considerável de tempo de implantação e de uma assistência governamental crescente, não se impõe como estrutura econômica ou como grupo de pressão;
- b) a principal atividade econômica destas cooperativas é o repasse de recursos bancários, a atividade menos comum é a de comercialização da produção de seus associados;
- c) este conjunto de cooperativas se situa em um contexto social caracterizado por uma estratificação social extremamente heterogênea que reflete uma estrutura de classes;
- d) dita estrutura de classes encontra sua demarcação econômica através da propriedade dos bens de produção, sobretudo a terra, e da coordenação do processo de comercialização.

A pesquisa sociológica sobre o cooperativismo nordestino é relevante sob vários aspectos. Inicialmente cabe referir a escassez de estudos sobre o cooperativismo brasileiro do ângulo da análise sociológica. Alguns trabalhos de sumo interesse, sobre facetas de nosso cooperativismo, não serão incluídos na Revisão de Literatura, pelo fato mesmo de fazerem abordagens técnico-científicas que só indiretamente se ligam ao interesse central desse estudo. Por outro lado, a relativa abundância de pesquisas sob outros enfoques, microeconômico e de administração empresarial, sobretudo, demonstra o inte

resse e a atenção que têm despertado o cooperativismo junto aos especialistas das Ciências Agrárias.

Assim, CAMARGO (1960) dissertou sobre cooperação e cooperativismo; CORDEIRO (1961) fez um estudo de caso sobre uma cooperativa de plantadores de cana no Estado de São Paulo; ALENCAR (1967) abordou o problema da liderança em cooperativas mineiras; ANJOS (1968) fez análise comparativa de resultados econômicos entre cooperados e não-cooperados em região paulista; ARRUDA (1972) estudou policultura e cooperativas agrícolas paulistas; GAVA (1972) realizou importante e original estudo sobre administração de cooperativas agrícolas no Estado do Espírito Santo; MONTEIRO (1972) fez pesquisas sobre custo de beneficiamento e de transporte de leite em cooperativas mineiras; OLIVEIRA (1972) estudou o crédito para capital de giro junto a cooperativas de suinocultores do Rio Grande do Sul; CHAGAS (1973) fez análise econômica de cooperativas de consumo em várias cidades paulistas e HAMERSCHMIDT (1973) estudou a comercialização do trigo em cooperativas paranaenses.

Além da escassez de pesquisas sociológicas sobre o cooperativismo brasileiro, cabe ressaltar o fato dos vários órgãos de administração pública ou paraestatais que atuam no nível do planejamento agrícola, sempre terem incluído nos seus organogramas unidades administrativas que aplicam direta ou indiretamente recursos financeiros, materiais e humanos em políticas, programas e projetos de organização e assistência técnica a cooperativas. Se bem que consideremos o modelo

cooperativista "marginal" dentro do modelo de desenvolvimento brasileiro atual, a própria "marginalidade" do cooperativismo no cenário do planejamento nacional já constitui, a nosso ver, motivo relevante de estudo.

Conforme experiência do autor no Nordeste, a SUDENE desde 1963 vem aplicando recursos direta e indiretamente nos campos da assistência creditícia, técnico-agronômica e técnico-administrativa, bem como assistência educacional, sobretudo pela realização de treinamentos. Um balanço resumido das atividades da SUDENE neste setor, assinala que em 1973, em convênio com a ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, foram assistidas 53 cooperativas nos dez Estados da área da SUDENE, 15 destas recebendo além da assistência técnico-agronômica, assistência administrativa pela contratação de gerentes-técnicos. No âmbito da assistência financeira, (dados de 1971) 43 cooperativas eram contempladas por convênio firmado entre a SUDENE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco do Nordeste do Brasil - BNB. Dito convênio beneficiou cooperados no financiamento de custeio agrícola, investimentos de capital semifixo e fixo, além de terem sido financiados investimentos nas próprias empresas cooperativas. Quanto à assistência educacional, foram ministrados cursos intensivos para gerentes de cooperativas, administradores de armazéns e técnicos em contabilidade. Foram também assinados convênios com o Movimento de Educação de Base - MEB, em três Estados, para a realização de programas de "animação rural".

Ainda no âmbito da atividade denominada "educação", foi editada revista especializada, Cooperativismo & Nordeste, com tiragem de 3.000 exemplares e edições quadrimestrais. Cabe por fim referir a pesquisa financiada pela SUDENE e executada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - IJNPS, concluída em 1974 e ainda inédita, sobre aspectos sociológicos e econômicos do setor cooperativo rural nordestino. Trata-se de trabalho pioneiro, cujos dados fomos autorizados oficialmente a utilizar neste estudo.

Finalmente, se o planejamento for encarado não como simples "catálogos de projetos", mas como a "tradução de finalidades ideológicas em objetivos de desenvolvimento a realizar com o concurso de uma mobilização popular", (MEISTER: 1969, p. 342), o cooperativismo é um instrumento adequado como ponte entre o planejamento e o voluntariado.

2. ASPECTOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA NO NORDESTE

Os dados dos Censos Agrícolas de 1950 e 1960 mostram que a categoria de "trabalhador agrícola" que mais cresceu foi a dos arrendatários, 223,1%, a que menos cresceu foi a dos empregados assalariados, 26,0%, sendo o aumento dos proprietários de 45,0%. (SÁ JR.:1973, p.131). Qual a consequência dessa maior importância relativa dos arrendatários sobre os proprietários que trabalham a própria terra? "Is

so implica em que o conjunto dos produtores de cereais e leguminosas tende a apresentar cada vez maior debilidade em seu poder de barganha, pois a situação do arrendatário é muito mais precária do que a do pequeno proprietário". (Idem, p. 130). Esta relação produtor de cereais e leguminosas/minifundista (parceiro, morador, pequeno proprietário e arrendatário) fornece elementos complementares para a formulação de hipótese no sentido de que os cereais, leguminosas e tubérculos tendem a ser menos comercializados através de cooperativas nordes tinas do que os demais produtos, algodão por exemplo, menos por ra zões operacionais (administrativas e tecnológicas) do que por inter es de classe contrários aos dos pequenos produtores que cultivam ce reais, leguminosas e tubérculos.

Para situar-se com mais clareza as relações existentes entre comercialização agrícola e estrutura fundiária no Nordeste, sem desvincular-se uma problemática da outra, deve-se levar em conta que os papéis do comerciante e do proprietário que arrenda sua terra muitas vezes são vividos pelos mesmos indivíduos. "É frequente encontrar-se proprietários que abandonam a exploração direta de sua pro priedade, arrendando-a no todo ou parceladamente a trabalhadores autô nomos. Estes costumam produzir principalmente para o seu próprio con sumo e o de sua família. O pequeno excedente é muitas vezes comercia lizado por intermédio do proprietário que, por ocasião da safra, desconta os empréstimos feitos para a manutenção dos arrendatários. Esta é a maneira usual através da qual o proprietário deixa de ser agri

cultor e assume a nova função de comerciante-atravessador". (Idem, p. 128-9).

A dependência do arrendatário em relação ao proprietário não se dá apenas no que diz respeito ao fator terra e à comercialização do excedente, dá-se também em relação ao crédito bancário, formando-se assim uma tríplice dependência interrelacionada. "Como o crédito é canalizado para os proprietários e não para os arrendatários, aqueles o utilizam frequentemente no comércio ou mesmo no consumo, e quando o transferem para os arrendatários, costumam cobrar-lhes juros várias vezes superiores aos dos bancos. Grande parte da renda líquida de muitos proprietários que não exploram diretamente a terra é constituída pela diferença entre os juros cobrados dos arrendatários e os que o banco cobra. Tal negócio é tão vantajoso, que os proprietários não se limitam a financiar aos próprios arrendatários. Financiam com frequência a outros proprietários de menores recursos, e que teriam dificuldades de oferecer as garantias que são comumente exigidas pelos bancos ou sujeitar-se às repetidas viagens à cidade, exigidas pela tramitação burocrática das instituições de crédito". (Idem, p. 143, nota 24).

A conexão entre estrutura fundiária e comercialização agrícola encontra apoio empírico em pesquisa da Michigan State University, em convênio com a SUDENE, realizada entre 1966 e 1968. (SLATER et al., 1970). Esta pesquisa compreendeu um estudo das principais áreas de produção que abastecem o mercado de Recife. Embora os resultados não

sejam estatisticamente representativos de todo o Nordeste - a validade estatística fica limitada aos processos de mercado de Recife - dado o conhecimento e a vivência do problema, as distorções reveladas são representativas das condições predominantes na maioria das áreas produtoras. Através de um processo de amostragem de "produtores proprietários" cadastrados pelo antigo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA e de intermediários, foi possível conhecer, com extremo rigor, cada um dos aspectos mais relevantes que caracterizavam a produção e a comercialização de produtos e insumos agropecuários.

Uma conclusão importante desta pesquisa a respeito do sistema de comercialização das culturas de arroz, algodão, feijão e mandioca é a de que a coleta desses produtos "é usualmente realizada na base de baixo volume, por grande número de açambarcadores. Frequentemente, cerca da metade dos indivíduos que compra dos produtores é de produtores açambarcadores, que trabalham parte do tempo, ou varejistas açambarcadores que coletam e vendem para açambarcadores um tanto mais especializados". (Idem, p. 10-5, 10-6).

Referida pesquisa ao estratificar os intermediários de feijão nos Estados de Alagoas e Pernambuco, apresenta seis categorias de "firmas açambarcadoras", três das quais exercem também como "ocupação principal" a função de agricultores. Vale dizer que estas mesmas categorias também negociam com milho. Mais explicitamente, de um total de 415 intermediários, 211 eram também agricultores. O citado trabalho revela, mais uma vez, que o crédito costuma sempre acompanhar a

atividade de intermediação: "Cerca de 41% de todos os açambarcadores de feijão, incluídos no estudo, adiantaram crédito aos produtores, em 1966. A maioria dos empréstimos concedidos por açambarcadores é para pequenos agricultores. (...) A maior parte do dinheiro emprestado durante a estação de plantio é liquidada durante ou pouco depois da colheita". (Idem, p. 9-22).

Na comercialização do algodão também é importante a figura do intermediário-proprietário de terra (note-se que esta pesquisa só trabalhou com "produtores-proprietários"). Assim, "somente 13,2% de todos os açambarcadores entrevistados consideraram o negócio de algodão como a sua ocupação principal, enquanto 62% consideraram os trabalhos agrícolas como sua principal fonte de renda". (Idem p. 9-74).

Quanto ao crédito repassado pelos compradores de algodão, não é muito expressivo para o universo estudado pela pesquisa (produtores-proprietários) pois, menos de 20% do crédito recebido provinha dos compradores. Entretanto, ressalta a pesquisa a desvantagem da intermediação do crédito: altas taxas de juros cobradas, prazo exíguo, obrigação do pagamento da dívida na época da colheita (77% dos compradores que financiam os produtores exigem esta condição), e "in natura". Poucos compradores responderam que aceitariam pagamento em dinheiro. (Idem, p. 9-81, 9-82).

Cabe ver ainda os reflexos da intermediação sobre um preço diferencial por causa da qualidade do algodão, mesmo em se tratando de produtores-proprietários. A pesquisa revela que somente 55% dos açam-

barcadores pagam esse preço diferencial devido à qualidade do algodão. Esta prática configura de fato uma limitação muito forte para estimular uma melhoria na qualidade do algodão.

O papel do crédito rural como instrumento adicional de poder dos proprietários-comerciantes talvez explique a grande incidência do serviço de crédito cooperativo (sobretudo para custeio anual) no Nordeste. Com efeito, se é extremamente raro encontrar-se nesta Região uma cooperativa comercializando feijão, milho, farinha de mandioca, arroz, etc., é sumamente fácil encontrar-se cooperativas que repassam recursos bancários. Caso ocorra realmente uma contradição de interesses de classe dentro das cooperativas rurais nordestinas, a distribuição do crédito se fará em função dos interesses das classes dominantes, isto é, dos proprietários e comerciantes. A título de ilustração é bastante significativo o fato de que dos 13.249 associados das 17 cooperativas assistidas pela ANCARPE que mantêm serviços de crédito, apenas 4.370 receberam financiamentos em 1972. (ANCARPE: 1973, p.7).

MEDINA (1964) analisando a estrutura agrária brasileira é de opinião que a mobilidade permanente, intra e inter-fazendas, (provocada pelo uso extensivo da terra aliado à fragilidade dos laços empregatícios da mão-de-obra com os que a utilizam) implica num bloqueio de "soluções associativas". A deficiência da formação de laços de solidariedade estáveis entre trabalhadores é agravada pela orientação paternalista dada à solução dos problemas locais. Mas, além deste autor

descrever o quadro de condições desfavoráveis ao processo de cooperação, refere explicitamente o fenômeno que analisamos em outro trabalho nosso sobre o "dono da cooperativa". (RIOS: 1973). Os grandes proprietários, diz MEDINA, "Bloqueiam o aparecimento de iniciativas coletivas por parte dos habitantes locais e quando surgem cooperativas, sempre as dominam, dadas as suas maiores possibilidades econômicas, dando-lhes a orientação que desejam". (Idem, p. 89).

3. OBJETIVOS DO TRABALHO

- a) Elaborar e testar hipóteses relacionando posição na estratificação social com participação na cooperativa. A posição na estratificação social constituindo a variável independente e a participação na cooperativa constituindo a variável dependente;
- b) Sugerir medidas - a nível sobretudo de planejamento - com vistas a funcionalidade do setor em termos de mudança social.
- c) Realizar balanço crítico da programação de Cooperativismo da SUDENE.

C A P Í T U L O I I

COOPERATIVISMO

1. ALGUMAS ABORDAGENS

O tema cooperativismo dificilmente provoca o consenso, dada a própria multiplicidade de aspectos sob os quais pode ser tratado. Com efeito, o fato das cooperativas serem "sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria", (1) as torna objeto de estudo do Direito. Esta sociedade de pessoas é o resultado, de acordo com o Art. 3º da mesma Lei, da celebração de contrato entre "pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro". Este tipo de contrato com vistas ao exercício de uma atividade econômica, coloca o problema da empresa cooperativa em termos de abordagem microeconômica, de técnicas administrativas, de organização contábil, etc.

Mas é justamente por serem sociedades de pessoas, e não de capital, daí sua "forma e natureza jurídica própria", e por, malgrado visarem o exercício de uma atividade econômica, não terem o lucro como objetivo (da empresa como tal, bem entendido), que se coloca com pertinência a abordagem sociológica. Esta pode dizer respeito ora ao estudo dos condicionamentos de determinada população com vistas à organização cooperativa, ora ao estudo da interação entre as pessoas que "celebraram contrato" de sociedade cooperativa e desta com o meio social circundante, ora finalmente, ao estudo dos aspectos ideológicos

e utópicos do cooperativismo, tanto em outras épocas e lugares, como no aqui e agora. (2)

Justamente desta diversidade legítima de abordagens do fenómeno cooperativo, derivam por vezes perspectivas conflitantes que, se justificadas formalmente pela ótica de cada especialização, têm raízes de fato, quase sempre, nas funções opostas que se atribuem ou se esperam das cooperativas. Esta oposição na atribuição de funções às cooperativas não é de carácter técnico ou intelectual (havendo, pelo contrário, um consenso quanto às funções técnicas das cooperativas, a comercialização agrícola, por exemplo). A oposição se constitui em aceitar o cooperativismo como uma superestrutura fortalecedora da estrutura social vigente ou procurar construir um cooperativismo que seja um instrumento de mudança social (3) não apenas no nível micro, mas também ao nível macrossociológico. É pois sobretudo no nível ideológico e não no nível técnico que se dá a diversidade de perspectivas.

Obviamente esta oposição de perspectivas não se dá tão explicitamente assim, além de reconhecermos ser perigoso tentar delimitar fronteiras entre os níveis micro e macrossociológicos, dada a relação recíproca existente entre os elementos dos dois níveis e que se traduz em configurações estruturais ao longo do tempo. Entretanto, parece válido estabelecer que, primeiro, a escolha de determinadas políticas de ação não se esgota na sua justificativa técnica, pois, embora o linguajar técnico se pretenda objetivo, impessoal e asséptico quanto a impurezas ideológicas, na realidade sempre pressupõe e refle

te opções que não são neutras diante das classes sociais. (4) Em segundo lugar, o reforço do tradicional via modernização técnica ou a implementação de medidas numa perspectiva de mudança social é verificável empiricamente pela identificação dos beneficiários, enquanto categorias sociais, dos programas e ou projetos executados. Por seu turno, a legitimação mesma da existência de categorias sociais que seriam privilegiadas em detrimento de outras, constitui também uma opção ideológica, embora feita em nome da racionalidade técnica.

Distingue-se aqui três perspectivas que parecem mais comuns na abordagem do tema cooperativismo, em nosso meio. Uma idealista, outra, pragmática e uma terceira sociológica, que se pretende explorar neste trabalho em termos da utilização de uma sociologia histórica. (5)

Considera-se idealista a abordagem do cooperativismo em termos doutrinários. (6) Apesar desta perspectiva encontrar cada vez menos cultores, constitui sem embargo a referência pseudo-teórica de que lançam mão inclusive os pragmáticos, dada a funcionalidade que apresenta a Doutrina Cooperativa como recurso ideológico em favor de um cooperativismo que se superpõe comodamente à estrutura social vigente sem questioná-la. A Doutrina Cooperativa equivale, "mutatis mutandis" à doutrina liberal clássica da "igualdade de todos perante à lei", sem levar em conta fundamentais desigualdades econômicas. Assim, o princípio cooperativista "um homem, um voto", se bem de indiscutível teor igualitário, transforma-se numa figura de retórica se se levar em

conta, por exemplo, as radicais desigualdades econômicas, sociais, educacionais e políticas existentes entre categorias sociais no nosso meio rural.

Segundo BORDA (1970, p. 142-3) " a história dos pioneiros (de Rochdale) que se apresenta aos camponeses, operários e educadores latino-americanos é sumamente parcial e está deformada precisamente no que se relaciona com o problema da decantação da utopia. Convém saber que os pioneiros (pelo menos os mais destacados e influentes, como Charles Howarth) eram abertamente socialistas e seguidores de Owen. (...) No começo aquela cooperativa (de consumo) atuou como uma "ilhota cultural" que buscava impor seus ideais: foi a época mais frutuosa da mesma em termos educativos e intelectuais. Porém, em 1860, ao haver (aquela cooperativa de consumo) estabelecido um negócio próprio com operários, abandonando a idéia primitiva de uma "comunidade autônoma", já começou a experimentar as tensões entre o ideal cooperativo original e o meio ambiente empresarial existente, com seu culto ao lucro e à livre concorrência. Os pioneiros de Rochdale se encaminhavam para uma confrontação fundamental entre eles próprios e o meio ambiente: ou continuavam como ilhota cultural e não cresciam - antes podiam perecer - ou se amoldavam às circunstâncias e modificavam o significado de seus princípios. Em 1862, depois de várias sessões tumultuosas, se inclinaram pelo mais fácil: seus operários seriam tratados como nas outras empresas. Assim caíram por terra os princípios tão decantados da cooperação, dando margem aos do cooperativismo moderno ajustado ao capitalismo liberal. Os pioneiros de Rochdale não apenas deformaram as regras

sobre o controle democrático e a participação dos trabalhadores nos benefícios da produção, mas também limitaram o alcance das referentes à livre adesão, fomento educativo e neutralidade política". Sobre o mesmo tema ver o pertinente artigo de JESROCHE (1961).

A segunda abordagem do cooperativismo, a pragmática, será analisada em confronto à sociológica. Convém entretanto explicitar que não assimilamos a abordagem pragmática à técnica. Afinal, a abordagem sociológica também se vale de procedimentos técnicos, tanto no nível da investigação como no nível da intervenção na realidade. A perspectiva técnica significa fundamentalmente a utilização de procedimentos e normas previamente testados e elaborados a partir de pressupostos de racionalidade, que são também os da ciência. Essa digressão se justifica para que fique bem claro que o autor não faz nenhuma restrição à abordagem técnica, como tal, do cooperativismo. Considera sem nenhuma dúvida indispensável o concurso de especialistas de áreas diversas (administração, crédito, comercialização, etc.) junto às cooperativas, desde que não se queira utilizar ideologicamente a técnica para reforçar privilégios sociais. Um bom exemplo de abordagem técnica - do ponto de vista da administração de empresas - que não perde de vista o problema da participação na cooperativa, tem-se no trabalho de LAMMING (1973).

Ademais, a perspectiva pragmática, malgrado utilizar a técnica como razão última e única da intervenção na realidade, dada a pobreza mesma deste tipo de abordagem face à problemática do subdesen-

volvimento, tende a apresentar os mais contundentes exemplos de fracasso em termos de promoção do cooperativismo. Os problemas surgem geralmente na área da liderança estabelecida, pouco questionada pelos tecnocratas, mais preocupados com a aplicação imediata de recursos orçamentários, indicador formalista de eficiência administrativa, do que com a natureza e as funções de uma liderança cujo autoritarismo paternalista contrasta com a fraseologia cooperativista.

Por outro lado, se a perspectiva idealista se liga diretamente ao problema da "decantação da utopia" (7) de Rochdale, a pragmática se liga ao processo final dessa "decantação" ou seja, à aceitação pouco velada da ideologia liberal, assimilando "de facto" as sociedades de pessoas (as cooperativas) às sociedades de capital. Esta assimilação se caracteriza pelo culto da eficiência em detrimento da participação e por considerar irrelevante o divórcio muitas vezes existente entre a vida administrativa da cooperativa e a destinação da produção agrícola, por exemplo, da maioria dos cooperados. Finalmente, mesmo quando a perspectiva pragmática reconhece a existência de um tal tipo de divórcio, situa suas causas sistemática e exclusivamente na esfera técnico-administrativa. Sempre recusa a perspectiva sociológica, questionadora da estrutura social quanto à funcionalidade desta última para um projeto cooperativo não decantado em relação às suas origens utópicas, isto é, um projeto cooperativo que, ao menos no nível micro, não reproduza relações de dominação vigentes no meio mais amplo. (8)

A perspectiva sociológica que se pretende adotar na abordagem do cooperativismo, se situa em relação a dois níveis. Um micro, dizendo respeito sobretudo ao tipo de interação existente nas cooperativas, é o campo das relações intracooperativas. Neste nível se situam problemas sobre desempenho de papéis, exercício de liderança, participação nas atividades econômicas da cooperativa, etc. Enfim, o estudo da "conexão direta" existente entre "a participação dos associados nas atividades da cooperativa, de um lado, e o funcionamento da cooperativa, de outro lado". (LAMMING: 1973, p. 285).

A abordagem sociológica no nível macro tem sua justificativa metodológica na medida em que a unidade de produção isolada (considerando assim uma empresa cooperativa) ou mesmo um setor econômico (caso de uma Central de Cooperativas de e um determinado produto ou uma Federação) se ligam à história econômica da sociedade global onde se situam. Assim, o tipo de interação predominante nas cooperativas será função em grande medida das relações de produção vigentes no meio mais amplo. A ocorrência de um maior número de cooperativas "eficientes" na área dos produtos de exportação e industriais (cana-de-açúcar, café, cacau, algodão, etc.) em contraposição ao raquítico cooperativismo de produtos de subsistência, sobretudo no Nordeste, indica a ligação existente entre a distribuição da terra, da renda e do poder político com a maior ou menor expressão econômica das cooperativas. (9)

2. ALGUNS ESTUDOS

Não pretendemos inventariar exaustivamente pesquisas sobre cooperativas. A própria multiplicidade de aspectos sob os quais podem ser estudadas: sociológico, econômico, jurídico, histórico, administrativo, etc., já se constitui um motivo para esta limitação, considerando-se ademais a focalização sociológica deste estudo. Isto não significa cair num "sociologismo" ausente de uma realidade que, justamente por ser social, não tem fronteiras. (10)

Entretanto, dado o enfoque básico deste trabalho, o problema da participação em cooperativas, julgamos adequado limitar esta revisão às pesquisas que também deram ênfase ao mesmo tipo de problema. Acreditamos entretanto que os estudos escolhidos sejam significativos tanto do ponto de vista de abordagem teórica quanto em relação à realidade brasileira.

MEISTER (1962) fez um balanço de três pesquisas (11) sobre sociedades cooperativas, com o fim de "deduzir uma hipótese geral, de tipo genético, sobre a evolução do poder em grupos cooperativos". (p. 85).

A primeira pesquisa dizia respeito a 521 grupos cooperativos e associações de lazer no meio rural do Norte da Itália. Estes grupos foram criados entre 1870-80 em uma zona constituída por 48 pequenos municípios, compreendendo cerca de 50.000 habitantes. As sociedades cooperativas (de consumo, ajuda mútua, de utilização de máquinas

agrícolas, de compras em comum, de seguro pecuário, etc.) foram criadas sob a influência da crise agrícola do fim do século passado, das flutuações imprevisíveis dos preços, da instabilidade dos empregos, do enfraquecimento das instituições tradicionais de caridade, sob a influência ainda das idéias socialistas. Todos estes fatores estiveram mais ou menos ligados à industrialização do Norte da Itália.

Na época da pesquisa (1956) existiam 93 sociedades cooperativas sobre as 335 criadas anteriormente. Os grupos de lazer - fanfarras, corais, sociedades esportivas - eram em número de 52 sobre os 186 fundados anteriormente nas 48 aldeias. A extinção mesma de alguns dos grupos cooperativos incluídos no universo, era um dos objetivos da pesquisa a fim de compreender melhor os problemas com que se defrontaram os grupos.

A segunda pesquisa se referiu a 27 das 30 Comunidades de Trabalho (cooperativas de produção industrial) existentes então na França. Fora encomendada pela Federação das Comunidades de Trabalho com o fito de aquilatar o nível de espírito democrático vigorante nas comunidades filiadas.

A terceira pesquisa foi realizada em quatro conjuntos habitacionais cooperativos, construídos e administrados pelos próprios habitantes - também na França.

Malgrado a diversidade das funções econômicas dos diferentes tipos de cooperativas estudadas, as mesmas tinham em comum, além do pequeno porte (menos de 200 membros, em geral) o fato de terem sur-

gido como uma reação ao meio social circundante. Tinham ademais o designio muito marcante de criarem células de vida democrática, respeitando a igualdade entre os membros, baseada na participação máxima destes no exercício da democracia direta.

O autor reconhece que muitas dessas esperanças não se realizaram, se bem que estes grupos permaneçam democráticos e voluntários em sua estrutura e mesmo em seu funcionamento. Além disso, de um ponto de vista estritamente formal, os grupos estudados têm em comum a existência de uma assembléia geral dos membros, detendo o poder supremo, e um conselho executivo mais restrito que guia e coordena o trabalho dos empregados ou dos membros encarregados de executar as tarefas que o grupo determinou.

MEISTER (p. 88), enumerou as seguintes características dos grupos estudados: "separação entre os poderes, autoridade difusa de maneira igualitária entre todos os membros, regras mais ou menos estritas no que diz respeito à renovação dos dirigentes, apelo à participação de todos os membros, adesão e demissão voluntárias".

Identificou quatro etapas na evolução dos grupos cooperativos estudados: primeira, conquista; segunda, consolidação econômica; terceira, coexistência; e, quarta, o poder dos administradores.

A primeira etapa é a fase do entusiasmo e do proselitismo. A democracia do grupo é essencialmente direta, todos participam nas reuniões onde todos os problemas do grupo são discutidos. Predomina o espírito do trabalho voluntário, os papéis formais atribuídos a alguns

membros têm importância secundária.

A atividade econômica não é julgada interessante em si mesma, mas é encarada antes de um ponto de vista militante, como um meio de se opor à ideologia individualista circundante. Este é o caso sobretudo das Comunidades de Trabalho, onde se pretende apresentar ao mundo burguês o testemunho da gestão operária.

Mas, observa o autor, muitos grupos sofrem de um "excesso de democracia", a luta pela igualdade no seio mesmo do grupo faz com que os dirigentes sejam constantemente questionados, controlados, levados por vezes à paralisia. Nas Comunidades de Trabalho, por exemplo, reuniões frequentes e demoradas prejudicam o ritmo do trabalho produtivo.

Enfim, esta primeira etapa se caracteriza por uma contradição muito forte entre o exercício de uma democracia direta e as exigências organizacionais de uma atividade econômica incipiente. Ademais, a multifuncionalidade dos grupos (atividades culturais, sociais, recreativas, etc.) cria uma dispersão de esforços em detrimento da atividade econômica.

A etapa de consolidação econômica resulta da necessidade do grupo se adaptar a mudanças ocorridas no mundo exterior, aceitando certos ajustes internos, se quiser sobreviver como empresa. Inicialmente ocorre uma especialização interna nos grupos. Assim, nas primeiras sociedades italianas - que combinavam ajuda mútua, cooperativa de consumo e serviços de lazer - a contabilidade que antes não diferen

ciava os setores, passa a ser feita por departamentos. Isto por sua vez acarreta a criação de conselhos de administração para cada um deles. Esta setorialização interna leva por fim a uma especialização dos próprios membros do grupo, facultando a adesão apenas a um departamento.

Nas Comunidades de Trabalho são introduzidos estímulos financeiros com vistas ao aumento da produtividade, pois o entusiasmo e a propriedade coletiva dos meios de produção já não constituem estímulos suficientes. Nesta etapa os métodos de gestão tendem pois a tornar-se mais racionais. O poder de decisão dos dirigentes eleitos, e mesmo dos não-eleitos, tende a aumentar, o que por sua vez leva à consolidação de administradores experientes que ninguém pretende substituir. Passa-se pois do exercício da democracia direta para outro tipo, a democracia delegada. Além disso, há uma tendência para os grupos se restringirem a uma unifuncionalidade econômica, minimizando outros tipos de atividades, é o que foi observado sobretudo nas Comunidades de Trabalho.

Enfim, esta segunda etapa é sobretudo uma fase de transição, caracterizada predominantemente pelo conflito entre duas perspectivas. De um lado, gestionários, de outro, militantes fiéis aos ideais fixados originariamente.

A terceira etapa, da coexistência, se caracteriza sobretudo pela renúncia dos grupos cooperativos em se voltarem contra o meio circundante, há uma nítida mudança de valores. A delegação de poderes

se intensifica, a assembleia geral se limita praticamente à realização de eleições, perdeu todo o significado como corpo coletivo diretor da política econômica do grupo.

MEISTER assinala entretanto que o clima de trabalho (o moral), nas cooperativas de produção industrial, é bem superior ao existente correntemente nas empresas privadas, pois existe uma total liberdade de expressão aliada à facilidade com que se tem acesso aos dirigentes, sendo ademais inexistente o arrivismo.

Nesta terceira etapa observa-se que à maior especialização interna dos papéis nos grupos cooperativos (distinção entre dirigentes e dirigidos) corresponde um maior fechamento das cooperativas em relação ao mundo exterior do ponto de vista da militância, para transformá-lo. Concomitantemente as cooperativas se integram mais com o exterior pela intermediação do mercado, criando-se mesmo um certo fosso entre os dirigentes das Comunidades de Trabalho e seus companheiros de oficina. Afinal, aqueles dirigentes - pelas funções que exercem - tendem mais a se assemelhar aos executivos do setor privado com quem mantêm ligações comerciais do que com os operários, companheiros de origem. Tende a surgir uma separação dentro destas empresas cooperativas entre manuais e "intelectuais".

A quarta etapa, do poder dos administradores, constitui uma fase onde o poder efetivo do grupo, que já passara do legislativo para o executivo (da assembleia geral para o conselho de administração), passa deste último (constituído por dirigentes eleitos) para o nível pura

mente administrativo (dos dirigentes contratados). Esta etapa, se não foi vivida pela totalidade das empresas cooperativas estudadas, se configura como tendência que não pode deixar de ser levada em conta. Esta tendência é provocada pela complexidade crescente da vida econômica, de par com a burocratização interna das empresas. Os grupos deixaram de respeitar o esquema democrático adotado originariamente, se bem que nenhuma substancial modificação ocorresse nos seus estatutos jurídicos.

Fazendo um "ensaio de generalização" sobre as quatro etapas de evolução dos grupos cooperativos pesquisados, MEISTER coloca o problema da extrapolação dos resultados como uma questão em aberto, apesar de considerar que as tendências observadas encontram apoio em outras pesquisas. (12)

O autor explica a evolução dos grupos cooperativos pela consideração de dois fatores: a evolução do meio circundante e a perda de ligação do movimento cooperativista com o meio operário.

Quanto ao primeiro fator, refere como o aumento geral do nível de vida tornou secundário o papel das cooperativas de consumo, voltadas sobretudo para o fornecimento de gêneros de primeira necessidade. Por outro lado, nos conjuntos habitacionais cooperativos, a vida comunitária que inicialmente foi cultivada regrediu, dado o esforço organizatório exigido, consequência do extremo enquadramento já existente exteriormente. Os pequenos grupos informais de vizinhos e amigos e os lazeres individuais passaram a ser preferidos como refúgio

à burocratização crescente da vida moderna.

O segundo fator relaciona-se ao primeiro, observando MEIS-TER que os sindicatos e os partidos políticos ligados ao movimento operário também se encontram com problemas semelhantes de engajamento e militância provocados, entre outros fatores, pelo aumento das possibilidades de consumo. Finaliza observando que a utilidade de um ensaio de generalização, no plano metodológico, se limita "à abertura de novos campos de pesquisa e à formulação de uma hipótese geral suscetível de guiar estes estudos particulares". (p.119).

De acordo com esta linha de raciocínio, acreditamos que estudar a evolução do poder em grupos cooperativos em outras sociedades que apresentem traços históricos e culturais bem distintos das sociedades pesquisadas, (sociedades essas de forte e relativamente autônomo desenvolvimento capitalista), evidenciaria talvez distintas etapas de evolução do poder. No caso do Nordeste brasileiro, por exemplo, cremos mesmo que o exercício direto da democracia nunca passou, via de regra, de uma colocação formal em termos vulgares de propaganda. Quanto à "democracia delegada", teríamos antes uma "delegação de cabresto", alienada portanto.

BORDA dirigiu entre 1968 e 1970 uma pesquisa em onze comunidades camponesas da Colômbia, Venezuela e do Equador. Utilizando estudos de casos este trabalho compreendeu várias etapas técnicas: 1) análise dos condicionamentos sociais, históricos, econômicos da região escolhida, da política cooperativa adotada nacionalmente e das ideologias

contidas na literatura sobre cooperativismo; 2) estudo da documentação de arquivos e outros papéis referentes à história de cada cooperativa; 3) entrevistas com perguntas abertas a um total de 317 pessoas. 185 dessas entrevistas corresponderam a "diálogos sistemáticos e intensivos, em profundidade" (BORDA: 1972, p. 7), incluindo 13 administradores ou superintendentes nacionais de cooperativas, 15 promotores, 42 gerentes, líderes ou funcionários de cooperativas, 66 cooperados e 49 não-cooperados; 4) "observação por inserção", os pesquisadores fizeram anotações diárias durante quatro meses de trabalho de campo, baseadas inclusive em sua participação pessoal nos problemas da cooperativa pesquisada, indo além da clássica "observação participante".

Segundo BORDA (p.8), a ênfase metodológica desta pesquisa situou-se mais na compreensão do fenômeno social do que na sua mensuração. Os 11 estudos de caso compreenderam os mais importantes tipos de cooperativas rurais observáveis na época nos países pesquisados: cooperativas de produção, comercialização, crédito e de consumo. Ademais, refletem os mesmos estudos situações típicas no que diz respeito à promoção das cooperativas (Estado, Igreja, etc.), às políticas de desenvolvimento adotadas: crédito supervisionado, projetos de assentamento de reforma agrária, desenvolvimento de comunidade, etc., ao grau de modernização agrícola, a ambientes geográficos, etc.

Do ponto de vista teórico a pesquisa parte da distinção entre "modificações estruturais significativas" da sociedade e "modificações marginais". (Idem, p.9).

Uma das hipóteses centrais, confirmada, é que as cooperativas, tal como foram constituídas, seriam instrumentos de uma política de mudança social "controlada", isto é, só poderiam obter melhorias marginais (toleráveis portanto para o sistema capitalista circundante) dentro de uma ótica eminentemente reformista. Constituiriam ademais, sob uma fachada de modernismo e racionalização, instrumentos de reforço do poder econômico e político vigentes.

As principais conclusões da pesquisa foram:

- 1) "as cooperativas mostraram uma tendência a reproduzir, internamente, as estruturas sociais e hierárquicas encontradas no meio", (Idem, p. 198);
- 2) "nas cooperativas foram seus líderes e os homens-chave que receberam a maior parte dos benefícios do progresso, muitas vezes por meios não muito ortodoxos", (Idem, p.195);
- 3) "as cooperativas não tendem a efetuar uma redistribuição equitativa e justa do novo bem-estar que geram; ao contrário, reforçam os velhos padrões de exploração, beneficiando àquelas pessoas (...) que já eram dominantes de um ponto de vista econômico e social", (dem, p.161);
- 4) "em termos gerais, os costumes muito impregnados como o nepotismo e a lealdade familiar são racionalizados nas novas instituições cooperativas por meio das facilidades de crédito", (Idem, p. 160).

Os dados empíricos confirmam pois a estreita relação existente entre estrutura social e participação nas cooperativas, preocupação básica que norteia nosso estudo sobre estas associações.

A pesquisa reconhece que as cooperativas estudadas serviram, algumas vezes, para "difundir a tecnologia moderna, conseguir melhores serviços sociais e financeiros e elevar a produção rural e os níveis de vida". (Idem, p. 200). Não foram capazes entretanto de ampliar "a consciência política e cívica de seus membros, nem estimularam suficientemente a autodeterminação, criatividade e autonomia dos camponeses de forma a que conduzissem a uma transformação social, econômica e política significativa". (Idem, p. 200).

O autor considera, enfim, as cooperativas estudadas como um produto de medidas reformistas de curto alcance, refletindo as ambiguidades e contradições prevaletentes no capitalismo dependente, dominante na região.

MIRANDA (1973) fez um estudo de caso de três cooperativas agrícolas: citricultores, plantadores de cana e cafeicultores, da que denominou "Região de Araraquara", Estado de São Paulo. Estudou o histórico da fundação das três cooperativas, o que motivou a constituição das mesmas, a evolução econômica das três empresas, suas ligações com o mercado, etc. Elas se interpenetravam sociologicamente, pois, "do total de cooperados presentemente existentes nas três cooperativas ou que delas já fizeram parte, cerca de 30% são associados de duas ou de todas elas". (Idem, p. 178). A pesquisadora afirma, entretanto, que a fusão

das três entidades era inviável apenas por questões de prestígio dos respectivos dirigentes.

A análise dos dados empíricos é precedida por extensas considerações teóricas sobre "cooperação, doutrina cooperativista e empresa cooperativa", que a informam. Acharmos necessário um resumo dessas colocações sobre as quais teceremos algumas críticas.

A autora introduz o tema vinculando o surgimento do associacionismo cooperativo ao surgimento do modo de produção capitalista, mas já identificando o que chama de "o pensamento e a doutrina cooperativista" (p.2) com alguns ensaios históricos e determinadas Escolas de ní-tido alcance reformista. Faz pois caso omissso ou deixa na obscuridade experiências históricas, inclusive contemporâneas, e Escolas que surgiram não para "solucionar certos problemas trazidos à tona pelo capitalismo" (p. 3), mas em oposição radical a este.

Indício de que a autora reduz a polivalente história social do cooperativismo a uma determinada experiência européia do século XIX temos na definição que a mesma nos dá (p. 39) da associação cooperativa: "Pode-se definir a associação cooperativa como sociedade de pessoas, organizada em bases rochdaleanas, que visa não apenas suprir seus membros de bens e serviços, como também realizar determinados programas educativos e sociais". (Grifo nosso). Trata-se de uma definição típicamente liberal, dando ênfase às funções da associação cooperativa no relacionamento com seus membros, isolando-a da sociedade global e sem nenhuma referência a mudança social. A referência às "bases rochdaleanas"

significa uma postura tipicamente dogmática, porque doutrinária, o que implica em renunciar à análise sociológica da história social para substituí-la pela visão ideológica de um determinado evento, juízo de valor somente defensável no plano mesmo da "doutrina", ou seja, do dogmático.

O fato da autora adotar uma definição dogmática de associação cooperativa, definição essa que enquadra bem o que chamaríamos de um "cooperativismo marginal", não indica que a mesma não tenha consciência do dogmatismo exposto. Não, ela o reconhece explicitamente à página 41, nota de rodapé 27, ao distinguir os conceitos de doutrina e de teoria: (...) "a doutrina não se desenvolve a partir de uma legitimidade justificada; esta é afirmada a partir de princípios dogmáticos". O raciocínio sobre o qual desenvolve sua tese é: o cooperativismo se exprime pseudo-teoricamente através de determinados princípios que constituiriam uma Doutrina, a qual, por definição, é dogmática, logo, "suas possibilidades de explicação e atuação sobre a realidade se vêm limitadas, dada a ausência de instrumental teórico próprio". (idem, p.42).

Ora, na nossa opinião a premissa de que parte é falsa exatamente por considerarmos que os tão divulgados "princípios" se referem a uma única experiência da rica história associacionista da Europa da Revolução Industrial. BORDA (1970) chamou esta transformação de um ensaio isolado de reforma social em um "Decálogo" pretensamente universal, de "decantação da utopia". Definir o cooperativismo a partir de um suposto modelo, além de tornar o fenômeno refratário à análise sociológica ou histórica, mostra-se ademais inconsistente se encararmos outros

tipos de associações.

As associações sindicais, por exemplo, deveriam também derivar de alguma "doutrina"? E que dizer das associações como os partidos políticos, são por acaso definidos a partir de doutrinas universais? Ora, nem mesmo os partidos políticos que se reclamam de uma mesma ideologia e se pretendem "internacionalistas" (caso dos Partidos Comunistas), não se autodefinem a partir de uma "doutrina" universal, ao contrário, lutam pela afirmação das especificidades culturais das sociedades nacionais onde atuam.

Somos de opinião pois, que é a partir de uma sociologia das associações, e não de um enfoque doutrinário, que poderemos aquilatar as potencialidades e limitações do cooperativismo em determinado espaço cultural e determinado período histórico. Nessa perspectiva ampliada e operacionalizada com o auxílio da teoria sociológica atual, encararemos como cooperativas, se bem que não organizadas em "bases rochdaleanas", as associações de trabalho francesas de 1848 que através das corporações pretendiam "chegar a uma economia coletiva onde o Estado desempenhe o papel de coordenador". (MEISTER: 1972, p. 84). Consideramos como experiências cooperativas ainda: a autogestão iugoslava, "cuja inspiração remonta, como a cooperativa de produção industrial ocidental, ao socialismo utópico", (Idem, p. 152); os "kibbutzim" israelitas, cujas colônias agrícolas constituem "verdadeiros microlaboratórios das doutrinas comunistas", (Idem, p.155); a Propriedade Social peruana, através da qual "agora não são os capitalistas, mas os

trabalhadores, que merecem o apoio prioritário do governo para a geração de empresas. As fábricas já não objetivarão o lucro individual, converter-se-ão em instrumentos de criação de riqueza para toda a sociedade". (MOREIRA: 1975, p. 165). Cabe ainda referir experiências bem recentes como o "círculo" moçambicano, "organização de base, dentro da qual surgiu o embrião de uma nova sociedade comunitária, frugal e combativa. A multiplicação dos "círculos" gerou as "zonas liberadas" em cujo interior se estruturou um regime político e econômico que era a própria negação do colonialismo explorador, egoísta e perdulário". (CASTILHO: 1975, p.15).

A autora privilegia a apresentação de experiências e Escolas que do ponto de vista da análise econômica enfatizam a reforma da sociedade via organização do consumo. Assim, a própria cooperativa de Rochdale era uma cooperativa de consumo e o fundador da Escola de Nímes, Charles Gide, visava o estabelecimento do "Reinado do Consumidor" partindo do pressuposto da igualdade de interesses dos consumidores. Daí afirmar que o "princípio generalizador, representado pela primazia dada ao consumo, marca o movimento cooperativista". (p.48)

Ora, a ênfase dada à função consumo, elidindo-se "ipso facto" a diversidade de interesses a nível de classes sociais, não foi tão generalizada na história do movimento cooperativista como dá a entender a autora. Mais adequado à realidade histórica seria dizer que a ênfase à função consumo constituiria a concepção liberal do cooperativismo, a concepção socialista dando ênfase à função produção. A partir

desta perspectiva, pouco sentido faz afirmar que "após o surgimento do pensamento marxista processou-se o divórcio entre as duas correntes", (socialista e cooperativista). (p. 31). Com efeito, foi o próprio Marx quem redigiu as Resoluções do Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, reunido em Genebra em setembro de 1866, entre as quais encontramos a seguinte recomendação: "Nós recomendamos aos operários encorajarem o cooperativismo de produção em vez do cooperativismo de consumo, este atingindo apenas a superfície do sistema econômico atual, aquele atacando-o na sua base". (MARX:1965(e), p. 1469).

Outra indicação de convergência entre o pensamento marxista e o cooperativismo temos na afirmativa do próprio Marx no Livro III do Capital de que "as cooperativas de produção trazem a prova de que o capitalista tornou-se tão supérfluo como agente da produção quanto o é o grande proprietário de terras aos olhos do capitalista evoluído".(MARX: 1968(b), p. 1147). É verdade porém, que Marx encara o cooperativismo dentro de uma perspectiva de mudança social a nível de sociedade global: "Para que as massas trabalhadoras sejam libertadas, o cooperativismo deveria tomar uma amplitude nacional, e, por conseguinte, seria necessário favorecê-lo com meios nacionais. Mas aqueles que reinam sobre a terra e sobre o capital usarão sempre de seus privilégios políticos para defender e perpetuar seus monopólios econômicos". (MARX: 1965(a), p. 467).

Encerrando estas considerações teóricas para voltarmos aos dados empíricos, somos de opinião que a Doutrina Cooperativa longe de

expressar um "vazio ideológico", no dizer da autora, e ser portanto ocioso preocupar-se com tais "princípio fluidos" (cuja) "aplicação torna-se viável em qualquer sistema", (p. 214) está prenhe de significado ideológico, no sentido de que "normas, modos de pensamento e teorias antiquados e inaplicáveis tendem a degenerar em ideologias, cuja função consiste em ocultar o real significado da conduta, ao invés de revelá-lo". (MANNHEIM: 1972, p.121).

Analisando a evolução das três cooperativas agrícolas pesquisadas, a autora repetidas vezes faz referência a um fator que não apenas teria prejudicado um melhor desempenho das mesmas, como constituiria ademais grave obstáculo ao desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Refere-se ao "tratamento à parte", que realmente acaba resultando no alijamento relativo das entidades cooperativas do conjunto do sistema, ao menos no que se refere à sua incorporação nos planos do Estado." (p. 86).

Noutro trecho assinala que "a análise dos diversos planos levados a efeito pelo governo brasileiro evidencia que em nenhum deles há referência expressa às cooperativas". (p.84). Coloca pois o problema da ausência de ênfase do planejamento nacional para o setor cooperativo, significando essa ausência um dos sintomas do que chamamos de "cooperativismo marginal".

Estamos de acordo no que se refere a essa constatação e sua importância. Somos de opinião porém que essa carência de planejamento nacional para o setor, antes de ser um problema técnico a ser equacionado

do, corresponde a uma situação funcional (ou disfuncional) entre um Estado que privilegia o desenvolvimento capitalista e um setor cooperativo atomizado interna e externamente. O setor cooperativo nesse caso vem a ser uma superestrutura que adota uma fraseologia comunitária, embora perseguindo objetivos privatistas; "grosso modo", bem entendido.

Ora, a perseguição de objetivos privatistas é a antítese do planejamento, inclusive a nível interno das cooperativas, explicando a nosso ver "a ineficácia do comportamento cooperativista", (p.120); a "ausência de fidelidade por parte dos associados (...) (que) deixavam de entregar sua produção à cooperativa, com a qual haviam assumido compromisso, cedendo-a a preços pouco mais altos aos compradores que se apresentavam". (Ibidem).

Curiosamente a autora atribui o fracasso da cooperativa que apresentou essas defecções fundamentais à "ausência de planejamento tanto no nível da empresa quanto ao nível do Estado". (p. 162). Neste ponto cabe lembrar que "o princípio do planejamento é o corolário do princípio da igualdade". (MEISTER: 1972, p. 31, nota 9).

RIOS e MELLO (1970) realizaram pesquisa junto a uma cooperativa de pesca no Estado da Paraíba. Foi levantada a seguinte hipótese geral: "A organização social da Cooperativa Mista de Pesca de Cabedelo Ltda., se caracteriza pela superposição de três estratos de associados, a saber: estrato de sócios proprietários de embarcações, estrato de sócios não-proprietários de embarcações, operando em barcos de terceiros, e estrato de sócios operando nos barcos da cooperativa. Ora,

considerando-se a diversidade de interesses econômicos, e de aspirações, de cada estrato, tomado isoladamente, supõe-se ser essa diversidade um fator disjuntivo superior ao fator conjuntivo da comercialização cooperativa". (p. 57).

Além dessa hipótese geral, foram construídas hipóteses específicas para cada um dos três estratos, bem como definidos conceitos e indicadores. Esta elaboração de hipóteses e operacionalização de conceitos foi precedida de estudo prévio "in loco" e exame da documentação da cooperativa. Considerando-se o tamanho reduzido do universo, menos de 100 cooperados, foi dimensionada a amostra de 50% do universo, permitindo assim uma ampla e segura margem de generalização dos resultados. Os 34 associados componentes da amostra foram sorteados aleatoriamente, com exceção dos 3 Diretores, entrevistados como dirigentes e não como associados. Subsidiariamente também foram entrevistados o assessor técnico da Diretoria e a assistente social, da Secretaria do Trabalho do Estado, que exercia suas atividades junto aos associados da COOPESCA.

Considerando-se a distribuição dos associados em estratos distintos, adotou-se o mesmo critério dos 50% dentro de cada estrato.

Os resultados mostraram que os cooperados proprietários de embarcações empregavam como seus tripulantes predominantemente não-cooperados (81% - 34 pescadores - dos seus tripulantes não eram cooperados, contra 19% - 8 pescadores - que o eram). Por outro lado, a distribuição dos cooperados não-proprietários de embarcações era a seguinte: 36% (8 pescadores) trabalhavam em embarcações de cooperados e 64% (14 pescador-

res) trabalhavam em embarcações de terceiros, não-cooperados.

As consequências a nível de comercialização cooperativa desta distribuição de tripulantes eram, entre outras, as seguintes: primeiramente, a produção dos cooperados que operam em embarcações de não-cooperados não é entregue, via de regra, à cooperativa, pois a propriedade da embarcação e apetrechos de pesca determina quase sempre o canal de comercialização. Em segundo lugar, os cooperados proprietários de embarcações não tinham interesse em utilizar tripulantes cooperados porque entregavam em seu próprio nome, à cooperativa, além de sua produção, a de seus tripulantes não-cooperados, beneficiando-se das vantagens do retorno no fim do exercício financeiro. Ampliando ainda sua margem de obtenção de financiamentos por parte da cooperativa, proporcionais ao volume de produção entregue. Não havia pois interesse dos cooperados proprietários de embarcações empregarem tripulantes cooperados, isto por sua vez se refletia na impossibilidade dos cooperados não-proprietários de embarcações entregarem sua produção à cooperativa, uma vez que trabalhavam em barcos de terceiros.

Com base nestes dados, nas relações de trabalho vigentes e na limitação da frota própria da cooperativa, inferiu-se que os cooperados proprietários de embarcações não teriam interesse que seus tripulantes, em sua maioria não-cooperados, se associassem à cooperativa. Os dados absolutos mostram que não havia problema de absorção de tripulantes cooperados pelos cooperados proprietários de embarcações. Com efeito, enquanto 14 cooperados trabalhavam em barcos de terceiros, os coope

rados proprietários de embarcações empregavam 34 tripulantes não-associados.

Creemos que essa seletiva apresentação de pesquisas dá uma idéia razoável de alguns problemas, teóricos e práticos do cooperativismo.

NOTAS

- (1) Art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- (2) Sobre os conceitos de ideologia e utopia, ver adiante no Capítulo III.
- (3) Sobre o conceito de mudança social, ver também no Capítulo III. Entendemos mudança sobretudo como "redefinição de situações", em oposição à simples inovação técnica. Vide RIOS (1975).
- (4) Sobre o conceito de classe social, estratificação, etc. ver Capítulo III.
- (5) Isto é, uma sociologia que evite a rutura entre as idéias de estrutura e de função. (...) "a ligação indissolúvel entre a estrutura e a função, resultante do caráter relativamente durável das funções e do caráter relativamente provisório das estruturas, constitui o motor da história, ou, para evitar qualquer mal-entendido, o caráter histórico do comportamento dos homens". (GOLDMANN: 1966, p. 11).
- (6) Sobre esta abordagem, vide item 2, deste Capítulo, MIRANDA (1973).

- (7) BORDA (op. cit., p. 141, nota 1), descreve o fenômeno da "decantação da utopia" como o "acondicionamento dos ideais pela realidade, que tende a transformá-los ou acomodá-los, esvaziando-se assim de seu significado antigo, desvirtuando ou diluindo as metas originalmente propostas e deixando a descoberto as inconsistências ou "hipocrisias" da sociedade".
- (8) SILVA (1966, p. 29, nota 1), refere o conhecimento de "casos de Cooperativas cujos dirigentes não atacam o problema da comercialização pelo simples motivo de serem eles próprios os grandes compradores e exportadores da produção dos pequenos e médios agricultores da área".
- (9) MATO (1974), apresenta sugestiva tipologia sobre as cooperativas brasileiras dentro do marco do capitalismo periférico: 1) cooperativas altamente capitalistas de comercialização externa (café, açúcar, cacau, etc.); 2) cooperativas do capitalismo rural interno (de "colonos" japoneses em São Paulo, alemães e italianos no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); 3) cooperativas interclassistas, do campesinato em transição (região Nordeste).
- (10) A abordagem "sem fronteiras" da realidade constitui problema de ordem metodológica, o da redutibilidade, aparentemente cada vez mais insolúvel, malgrado os triunfos da ciência moderna parecerem se fundar no repúdio à doutrina da irredutibilidade. (MEDAWAR, 1974).
- (11) MEISTER, A. 1957. Associations coopératives et groupes de loisir en milieu rural. Paris, Editions de Minuit. 301 p.
- MEISTER, A. 1958. Les Communautés de Travail. Paris, Editions Entente Communautaire. 170 p.

MEISTER, A. 1957. Coopération d'habitation et sociologie du voisinage. Paris, Editions de Minuit. 176 p.

(12) Se bem que fazendo ver que os estudos sobre a evolução do poder nas associações voluntárias são raros, o autor cita entretanto:

CHAPIN, F.S. 1951. The growth of bureaucracy: an hypothesis. American Sociological Review. 16: 835-836.

TSOUDEROS, J.E. 1955. Organizational change in terms of a series of selected variables. American Sociological Review. 20: 206-210.

C A P Í T U L O I I I

O R I E N T A Ç Ã O T E Ó R I C A

Pretendemos neste capítulo fazer uma análise conceptual fundamentando as hipóteses que servirão de guia para a seleção e análise dos dados. Utilizamos os conceitos de: classes sociais e estratificação, ideologia e utopia, participação e mudança social. São básicos para nosso estudo pelo fato de considerarmos que o movimento cooperativo apresenta, em suas múltiplas circunstâncias históricas, uma carga ideológica conservadora ou manifestações utópicas contestadoras, que refletem ou condicionam situações de classe propiciadoras ou impeditivas de processos de participação social. Ahamos pois que os referidos conceitos além de apresentarem uma relação direta com o objeto desta pesquisa - o cooperativismo - se interrelacionam, ao menos quando referidos a este mesmo objeto.

1. CLASSES SOCIAIS

Nos escritos econômicos de MARX há duas conceituações de classes sociais: uma tricotômica e outra dicotômica. Esta ambiguidade de conceituações é entretanto apenas aparente, pois MARX encara uma das três classes apresentadas, a dos proprietários de terra, como uma classe que historicamente tende a se confundir com a dos capitalistas, considerando-se o declínio do feudalismo europeu. A conceituação dicotômica, capitalistas e trabalhadores assalariados é pois a base de sua visão da sociedade de classes.

Vejamos agora alguns trechos dos escritos econômicos de MARX onde o mesmo apresenta as conceituações tricotômica e dicotômica de classes sociais.

No final do Livro III de "O capital", sob o título de "Fragmentos", os quais segundo nota de RUBEL constituiriam "o último capítulo, apenas esboçado, do Livro III", MARX (1968(b) p. 1484) escreveu: "Aqueles que não possuem senão sua própria força de trabalho, aqueles que possuem o capital e aqueles que possuem a terra - suas fontes de renda sendo respectivamente o salário, o lucro e a renda da terra - em outros termos, os trabalhadores assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna fundada sobre o modo de produção capitalista".

Logo em seguida porém, o autor relativiza a sua tricotomia classista, apresentando-a inclusive como um "tipo ideal", fazendo o mesmo referência explícita a uma estratificação social, aspecto que trataremos no item 2.

"Foi sem dúvida na Inglaterra que a sociedade moderna conheceu, quanto a sua estrutura econômica, o desenvolvimento mais rico e mais clássico. Contudo, mesmo aí, esta estrutura de classes não se apresenta em toda a sua pureza. Lá também, camadas médias e intermediárias tornam por toda parte menos visíveis as linhas de demarcação (se bem que incomparavelmente menos no campo do que nas cidades)". (idem, ibidem).

A concepção dicotômica das classes sociais nos escritos econômicos de MARX aparece melhor nos seguintes trechos: "Nós partimos das premissas da economia política. Nós aceitamos sua linguagem e suas leis. Nós supusemos a propriedade privada, a separação do trabalho, do capital e da terra, bem como a do salário, do lucro capitalista e da renda da terra, assim como a divisão do trabalho, a concorrência, a noção de valor de troca etc. Da própria economia política, e em seus próprios termos, deduzimos que o operário é rebaixado ao nível da mercadoria mais miserável; que a miséria do trabalhador está em razão inversa do poder e da grandeza daquilo mesmo que ele produz; que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em um pequeno número de mãos, donde o restabelecimento mais terrível ainda do monopólio; que enfim a diferença entre capitalista e proprietário da terra, como entre camponês e operário de fábrica, desaparece, e que toda a sociedade deve se dividir em duas classes: aquela dos proprietários e aquela dos trabalhadores desprovidos de propriedade". (MARX: 1968(a) p. 56).

"Entende-se por burguesia a classe dos capitalistas modernos, que possuem os meios de produção social e empregam trabalho assalariado; por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não possuindo seus meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para viver". (Nota de ENGELS à edição inglesa de 1888 do Manifesto Comunista). (MARX: 1965(c) p. 1574)

Os trechos que selecionamos não apresentam uma definição exaustiva das classes sociais, além de tal definição não se encontrar em

toda a obra de MARX. Entretanto, como observa com propriedade STAVENHAGEN (1966, p. 129), "não é necessária (...) uma definição completa e exaustiva para dar ao conceito de classe o conteúdo específico que permita empregá-lo na análise estrutural da sociedade. Mais do que simples definições, é preciso assinalar, em primeiro lugar, o tipo de conceito de que se trata e como este se integra na teoria sociológica. Isto porque o conceito de classe social só tem valor como parte duma teoria das classes sociais".

Quais são os principais elementos desta teoria que segundo STAVENHAGEN permite uma abordagem "estrutural-funcional e dinâmica"? Os elementos que constituiriam essa teoria das classes sociais são os seguintes:

a) As classes sociais são, antes de tudo, categorias históricas, isto é, cada época tem suas classes sociais particulares que a caracterizam.

b) A base econômica da constituição das classes sociais, para o marxismo, está nas relações com os meios de produção.

c) As classes sociais não existem isoladas, mas fazem parte de um sistema de classes. As classes só existem em relação umas com as outras, são "complementares, opostas e antagônicas". Complementares, funcionalmente. Opostas em termos da relação dominação-subordinação e antagônicas "porque representam as contradições internas fundamentais do sistema e porque são as forças que levam à transformação radical deste". (STAVENHAGEN: 1966, p. 134).

d) "As classes (...) não apenas constituem elementos estruturais da sociedade, como também, acima de tudo, agrupamentos de interesses político-econômicos particulares, os quais, em circunstâncias históricas específicas, adquirem consciência de si mesmos e desses interesses, e tendem a organizar-se para a ação política com o objetivo de conquistar o poder do Estado. A consciência de classe é o elo que permite a passagem da classe "em si", agrupamento com interesses objetivos "latentes", à classe "para si", grupo de poder que tende a organizar-se para o conflito ou luta política, e cujos interesses tornaram-se, portanto, "manifestos". (STAVENHAGEN: 1966, p. 135-6).

Embora ele considere que o tema da tomada de consciência e da transformação da "classe em si" em "classe para si", só é abordado por MARX "nas análises históricas de casos concretos, mas não de forma teórica geral" (p. 136), destacamos da "Miséria da Filosofia" o seguinte trecho que a nosso ver constitui uma colocação teórica bastante explícita do tema acima referido: "As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país (a Inglaterra) em trabalhadores (assalariados). A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim esta massa já é uma classe face ao capital, mas não ainda para si própria. Na luta (...) esta massa se reúne, se constitui em classe para si própria. Os interesses que ela defende transformam-se em interesses de classe. Mas a luta inter-classes é uma luta política". (MARX: 1965(d) p. 134-5).

e) "A contradição principal, que constitui o motor fundamental das lutas de classes, é a contradição entre as forças de produção e as relações de produção". (STAVENHAGEN: 1966, p. 136).

Creemos que ao apontar relação entre forças de produção e relações de produção STAVENHAGEN se fundamenta no Prefácio da Crítica da Economia Política: "Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de suas vontades; estas relações de produção correspondem a um dado grau do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações forma a estrutura econômica da sociedade, a fundação real sobre a qual se ergue um edifício jurídico e político, ao qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, é ao contrário sua existência social que determina sua consciência. A um certo grau de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em choque com as relações de produção existentes, ou com as relações de propriedade no seio das quais elas haviam se movido até então, e que não constituem senão sua expressão jurídica. Ontem ainda formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas condições se transformam em pesados entraves. Começa então uma era de revolução social". (MARX: 1965(b) p. 272-3).

f) "As classes sociais não são a expressão do tipo de produção material dominante na sociedade, mas a expressão das relações de

produção dominantes da sociedade". (STAVENHAGEN: 1966, p. 138). Com este parágrafo ele refuta aos que chama de os teóricos do "industrialismo" (GURVITCH, SOROKIN etc.) que veriam a existência de classes sociais como um fenômeno específico surgido com a Revolução Industrial. Ora, "o industrialismo é um tipo de produção material, não um tipo de estrutura sócio-econômica". (Idem, ibidem). Aceitar esta perspectiva "industrialista" é praticar uma análise sociológica formalista e mecanicista, "para a escola marxista as classes constituem um fenômeno quase universal, característico de qualquer sociedade baseada na exploração duma parte da população por outra, ou seja, tanto do escravismo, como do feudalismo e do capitalismo". (Idem, ibidem).

2. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL - SINÔNIMO, COMPLEMENTAR OU OPOSTO AO CONCEITO DE CLASSES SOCIAIS?

Os conceitos de classes sociais e de estratificação são muitas vezes, na literatura sociológica, tomados um pelo outro. Fala-se em "classes" alta, média e baixa e às vezes acrescentam-se subdivisões a estas três categorias básicas. Esta classificação grosseira pode ser refinada fazendo-se referência a critérios de renda, educação, etc. Se é inegável que "aceita-se universalmente que todas as sociedades humanas estejam estratificadas de uma ou de outra maneira (...) isto significa que os indivíduos ou os grupos estão dispostos hierarquicamente numa escala". (STAVENHAGEN: 1966, p. 118). Resta saber entretanto se a

inegável existência de camadas ou estratos sociais pode ser assimilada simplesmente às classes sociais, ou conviria distinguir os dois conceitos.

O estudo da estratificação coloca os seguintes problemas:

a) Determinar quais são os critérios empregados para estabelecer a estratificação, ou melhor, sobre que índices se baseiam as hierarquias;

b) Saber se são os indivíduos os hierarquizados, segundo certos atributos individuais, ou se a estratificação implica a hierarquização de grupos sociais bem definidos e delimitados;

c) Determinar a relação que existe entre a estratificação e a estrutura da sociedade e principalmente com as mudanças sociais.

No que diz respeito ao primeiro problema, convém distinguir entre critérios quantitativos e qualitativos de estratificação social.

Os primeiros podem ser representados por curvas ou graduações (renda, educação), enquanto os últimos constituem hierarquias graduadas (posse ou não de certos bens, posição em escalas hierárquicas, etc.).

STAVENHAGEN coloca vários problemas no que diz respeito aos critérios de estratificação: peso relativo de cada um dos critérios estabelecidos, delimitação do universo social no qual esta ou aquela estratificação é válida, setores rural e urbano, por exemplo. A divisão da sociedade nestes dois setores é uma das razões pelas quais, segundo o mesmo autor, "as estratificações não são aceitas universalmente como

um fenômeno de classes sociais, já que estas devem representar o sistema sócio-econômico de uma sociedade em geral, e não somente um ou outro de seus setores regionais". (Op. cit., p. 121).

No que tange à unidade de estratificação, o indivíduo ou o grupo social, o estudo dos sistemas de "status" - onde o indivíduo é a unidade de investigação - constitui somente um aspecto do estudo da estratificação. O "status" do indivíduo é o resultado de uma série de atributos individuais, baseados nos critérios de estratificação quantitativos ou qualitativos. Daí o fato de um sistema de estratificação poder ser representado por um "continuum" de "status" ou por uma hierarquia de categorias discretas, dependerá dos indicadores utilizados. "Os critérios quantitativos produzirão um "continuum", e os qualitativos, uma hierarquia graduada". (Idem, p. 124).

Quando se toma por unidade de estratificação o grupo social "se reconhece não somente uma escala de "status" individuais como também a existência objetiva, hierarquizada, de uma série de categorias sociais mais ou menos homogêneas". (Idem, p. 122). Segundo STAVENHAGEN trata-se apenas de "categorias estatísticas". Estas categorias estatísticas foram muitas vezes chamadas de classes, sendo o modelo mais difundido o das classes altas, médias e baixas.

No que se refere à relação entre estratificação e estrutura social e as mudanças que ocorrem na sociedade, convém inicialmente fazer referência aos estudos sobre mobilidade social ascendente que "tomam geralmente como ponto de partida as mudanças na ocupação do indivi

duo". (Idem, p. 127). STAVENHAGEN observa que "a sociologia norte-americana está cheia de estudos sobre a ascensão social dos indivíduos, graças à educação, às oportunidades econômicas, ao esforço individual, etc., e, por implicação, graças ao sistema da livre iniciativa nos Estados Unidos. A descensão social de muitos pequenos empresários independentes ao status de operários assalariados e a dos artesãos ao de trabalhadores não-qualificados - característica do desenvolvimento capitalista - foi ignorada sistematicamente". (Op. cit., p. 127).

Sobre esta observação do sociólogo mexicano convém referir a notável exceção criada por MILLS (1969) ao analisar o que denomina "As antigas classes médias" e sua decadência.

Podemos agora responder à questão colocada pelo título deste ítem. As estratificações sociais não se confundem com as classes sociais, nem as contradizem, apenas são aspectos complementares das mesmas. Isto nas sociedades onde prevaleceram relações sociais organizadas dentro de um mecanismo de apropriação privada dos bens de produção, como as relações existentes entre senhores e escravos, capitalistas e proletários, etc. Nos casos das sociedades socialistas - onde a apropriação privada dos meios de produção foi eliminada, portanto - cremos que a estratificação social deixa de ser predominantemente complementar para ser sobretudo significativa em si mesma. Mesmo levando-se em conta que as sociedades socialistas são relativamente recentes e, por conseguinte certas estratificações são resquícios do antigo regime de classes, somos de opinião que determinadas estratificações subsistirão independentemente do "advento do comunismo".

Afinal, cremos que as hierarquias baseadas em aspectos de especialização técnica ou em posições dos indivíduos face à organização do poder político, independem da abolição das classes sociais. Por outro lado, se quisermos nos voltar para a realidade presente das sociedades socialistas, inegável o peso das estratificações baseadas na especialização técnica, na colocação do indivíduo dentro do Partido e mesmo de estratificações baseadas em fatores étnicos ou étnico-religiosos, como seria o caso dos judeus na União Soviética atual. QUEIROZ (1975, p.735) classifica a estratificação social dos países socialistas como "configuração pelo sistema ocupacional".

STAVENHAGEN considera que uma determinada sociedade pode conter vários sistemas de estratificação, enquanto apenas uma estrutura de classes é possível dentro de um sistema sócio-econômico determinado. "As classes são incompatíveis entre si, isto é, excluem-se mutuamente; mas o mesmo não sucede com os diversos sistemas de estratificação. Isto significa que um indivíduo pode ter diversos "status" na sociedade, participar de diversas estratificações, enquanto apenas pode pertencer a uma classe". (Op. cit., p. 147).

3. IDEOLOGIA E UTOPIA

MANNHEIM (1972) apresenta duas concepções de ideologia, uma particular e uma total. Por concepção particular de ideologia entende "todas as expressões cuja falsidade é devida à ilusão de si mesmo ou

de outros, intencional ou não, consciente, semiconsciente ou inconsciente, que ocorre em um nível psicológico e se assemelha estruturalmente à mentira". (p. 287). O autor considera particular esta concepção de ideologia pelo fato da mesma não atingir a integridade da estrutura mental total do sujeito que enuncia falsidades. Com efeito, enquanto a concepção particular de ideologia opera no nível psicológico, a concepção total opera no nível noológico, pressupondo esta última existir uma correspondência entre uma dada situação social e uma dada perspectiva. De acordo com MANNHEIM (1972, p. 100), "foi a teoria marxista que por primeiro concretizou a fusão das concepções particular e total de ideologia. Foi esta teoria a que primeiro concedeu a devida ênfase ao papel da posição e dos interesses de classe no pensamento".

SANTOS (1967), teórico marxista, considera que a ideologia é antes de tudo a expressão consciente dos interesses de classe. Quanto ao aspecto falsidade, pode ser que ocorra ou não, pois, "nem todas as ideologias são falsas, nem nenhuma ideologia é falsa, desde que é a representação dos interesses que expressa. (...) só há ideologias quando ocorre representação verdadeira dos interesses". (p. 101) Pergunta então o autor: "Como pode ocorrer que a representação verdadeira dos interesses de uma classe seja ao mesmo tempo falsa? Isto se dá pelo fato dos interesses das classes dominantes incluírem a necessidade de falsear as verdadeiras relações de classe". (p. 102) Esta falsificação se dá através do interesse da classe dominante (burguesa) em negar o caráter de classe de sua sociedade, afirmando existir igualdade de oportu

nidades para todos os indivíduos.

MANNHEIM submete ao crivo da análise sociológica também o pensamento marxista, pois "nenhuma razão existe para que não viéssemos a aplicar ao marxismo as percepções que o próprio marxismo produziu, indicando, em cada caso, o seu caráter ideológico". (op. cit. p. 150). Logo em seguida explicitando, de acordo com a distinção anteriormente feita entre concepção particular e concepção total de ideologia, que não está utilizando este termo como um juízo de valor negativo mas com o fim de designar a ligação existente entre o ponto-de-vista e uma dada situação histórica e social.

Dáí porque ele acrescenta outra distinção à precedente de particular e total, que é a de restrita e genérica. "Enquanto a primeira distinção diz respeito à questão de saber se as idéias isoladas ou se a mentalidade inteira devam ser consideradas ideológicas, e se a situação social condiciona somente as manifestações psicológicas de conceitos ou se penetra até nos significados psicológicos, na distinção entre restrita e genérica a questão decisiva é saber se o pensamento de todos os grupos (inclusive o nosso) ou apenas o de nossos adversários é reconhecido como sendo socialmente determinado". (p.103, nota 17).

A abordagem do fenômeno ideológico pela sociologia do conhecimento colocou para o próprio MANNHEIM o problema do relativismo. Ele o rejeita em favor do que chama de relacionismo. "Não se deve confundir o relacionar idéias individuais à estrutura total de um dado

objeto histórico-social com um relativismo filosófico que negue a validade de quaisquer padrões e da existência de ordem no mundo". (p. 303)

Se por um lado o relacionismo rejeita o nihilismo noológico, por outro lado coloca o problema da validade: "Relacionismo não significa que não haja critérios de verdade e erro numa discussão. Insiste, entretanto, no fato de que é da natureza de certas afirmativas a impossibilidade de se as enunciar de modo absoluto, mas apenas em termos da perspectiva de uma dada situação". (p. 304)

Somos de opinião que DURKHEIM (1966) já adotara esta perspectiva relacionista: "Um fato social não pode, pois, ser acimado de normal para uma espécie social determinada, senão em relação com uma fase, igualmente determinada, de seu desenvolvimento; por conseguinte, para saber se é possível lhe dar tal denominação, não basta observar sob que forma se apresenta na generalidade das sociedades que pertencem a esta espécie, é preciso ainda ter o cuidado de considerá-lo na fase correspondente de evolução da mesma". (p. 52-3)

Na literatura sociológica o termo ideologia costuma fazer par com o de utopia, também devendo-se a MANNHEIM muito da elaboração deste último conceito. Mas ele próprio reconhece nem sempre ser fácil distinguir concretamente o ideológico do utópico, pelo fato mesmo da aplicação destes conceitos necessariamente envolver uma identificação com uma das partes em luta pelo domínio do processo histórico. É pois em relação sobretudo à estrutura de classes que MANNHEIM refere o termo utopia. "Será sempre o grupo dominante, que esteja em pleno acordo com a or

dem existente, quem irá determinar o que se deve considerar utópico, ao passo que o grupo ascendente, em conflito com as coisas como estão, de terminará o que deve ser considerado ideológico". (p. 227)

O autor opõe os termos ideologia e utopia, aquela referindo-se fundamentalmente à justificativa da ordem presente, esta projetando uma ordem futura. Mas apesar de referir-se ao futuro, a utopia, na concepção de MANNHEIM, se liga diretamente com a realidade. Assim, considera utópicas todas as idéias que situacionalmente transcendentes, de alguma maneira possuam um efeito de transformação sobre a ordem vigente. Ele chama utopia "o que pareça irrealizável tão-só do ponto de vista de uma ordem social vigente". (p. 220)

Apesar de considerarmos relevante para nossos propósitos a conceituação de utopia de MANNHEIM, cremos que na literatura sociológica o conceito é pouco utilizado, servindo o de ideologia para designar também o que MANNHEIM chama de utopia. Cremos que isto se dá por duas razões que se interpenetram, ou seja, a dupla valoração negativa que recebe usualmente o termo utopia, tanto por parte do senso comum como por parte da tradição marxista que opôs o "socialismo científico" ao "socialismo utópico". Ademais, como o marxismo considera a ideologia expressão de interesses de classes, o termo pode ser utilizado com o significado da utopia de MANNHEIM, desde que esteja se referindo à ideologia das classes ascendentes ou classes dominadas. Neste caso haverá identidade de significados, dado o caráter dicotômico do conceito de ideologia (concepção particular e total para MANNHEIM e referida

a classes dominantes ou dominadas, no caso de MARX) sem incongruências, embora com um universo vocabular mais restrito.

Creemos que é nesta perspectiva, utopia como ideologia das classes dominadas ou das nações não desenvolvidas, que certos autores enfatizam o papel da ideologia no processo de desenvolvimento ou mesmo em relação ao cooperativismo.

Assim, CAJARVILLE (1971) considera que a base ideológica liberal, subjacente a determinadas análises das sociedades subdesenvolvidas, bem como uma concepção culturalista da mudança social, constituiria o fator determinante de sua incapacidade para promover a participação social.

Por outro lado, MEISTER (1972, p. 158) frisa o "papel fundamental da ideologia no desenvolvimento cooperativo". De acordo com este autor a ideologia desempenha a função social de, pela união de esforços e sacrifícios, criar um capital fixo e realizar investimentos em prol do desenvolvimento. Assinala que é justamente a ausência de ideologia, ou "impermeabilidade ideológica" nas sociedades tradicionais que torna problemático o funcionamento de cooperativas numa perspectiva de mudança social.

Noutra obra (1969), referindo-se à sociedade argentina, que julgamos, neste caso, extrapolável para a sociedade brasileira, o mesmo autor considera disfuncionais para o desenvolvimento os valores da sociedade de consumo estimulados pelos meios de comunicação de massa. Nem mesmo a expansão de um mercado interno pode contrabalançar positivamente

os efeitos da ideologia do consumo (ideologia das classes dominantes), dados os impedimentos estruturais à distribuição da renda. (1)

4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Apesar de aparentemente simples, o termo participação é suscetível de vários significados sociológicos, ocorrendo até que um mesmo autor apresente tipologias de participação diferentes, mais ou menos matizadas. Isto não se deve a um capricho ou inconsistência de quem teoriza a respeito, mas apenas à possibilidade lógica de determinados elementos apresentados em uma tipologia poderem ser assimilados a outros mais abrangentes. Assim, MEISTER (1962, 1969, 1972) constrói tipologias com, respectivamente, quatro, cinco e três tipos de participação. Utilizaremos a última pelo fato de considerarmos mais adequada aos propósitos desta Dissertação.

MEISTER (1969, p. 21) aborda o conceito de participação pelo processo técnico ou "behaviorista" da mesma, encarando o comportamento de participação como "uma espécie de resultante de um certo número de aspirações, elas próprias função de atitudes formadas no quadro de um dado nível de informação". Tal abordagem leva a tipos de participação que chamaríamos de abrangentes, pois aplicáveis, em termos de constatação empírica e de intervenção na realidade, a variadas situações históricas e sociais e a não importa que estratos sociais. Trata-se pois de uma tipologia bastante operacional, e-la:

Quadro 1. Tipologia de participação social

Tipos	Iniciativa da criação	Modo de recrutamento	Função social do grupo
Participação de fato	Grupo pré-existente, criado pela tradição	De fato	Controle social, repetição dos comportamentos julgados desejáveis pelo grupo e seu meio
Participação suscitada	Grupo novo, de criação exterior	Voluntário, por vezes, fortemente suscitado	Aquisição de comportamentos novos julgados desejáveis pelo exterior.
Participação voluntária	Criação pelo próprio grupo	Voluntário	Reivindicação, criação de comportamentos novos por iniciativa do grupo.

Esta tipologia é sumamente adequada ao estudo das associações, sendo a cooperativa uma delas, no que diz respeito ao segundo e terceiro tipos, pois o primeiro tipo se relaciona sobretudo com as instituições familiares e religiosas. A participação voluntária tem fundas raízes na história social dos países ocidentais, França e Estados Unidos, sobretudo, em termos do associanismo não apenas cooperativo, mas também sindical e político-partidário. Já a participação suscitada toma vulto com o surgimento da planificação socialista, transmitindo-se aos países ocidentais, França e Estados Unidos, inclusive,

através da adoção das técnicas do planejamento setorial e local. O exem
plo clássico do planejamento socialista operacionalizado com a partici-
pação é o da autogestão industrial iugoslava em oposição à tradição, tza
rista diríamos, do centralismo burocrático soviético. Como toda tipolo-
gia, requer uma observação que a relativize. Planejamento e voluntaria
do, longe de se excluírem, constituem um binômio de tensão para os pes-
quisadores e homens de ação que se preocupam com a eficiência e democra
cia, considerando-se que "participar" é precisamente fazer uma opção,
decidir". (MEISTER: 1972, p. 211)

Além da tipologia apresentada, bastante operacional como foi
dito, julgamos adequado também adotar um conceito de participação social
que revista uma opção ideológica. Para STAVENHAGEM (1970: p.85), parti-
cipação social é "qualquer tipo de atividade organizada mediante a qual
determinado grupo social de baixo "status" expressa suas necessidades ou
demandas, defende seus interesses comuns e intenta conseguir certos obje
tivos econômicos, sociais ou políticos, ou pressionar ou influir sobre
as autoridades públicas seja de maneira direta ou indireta".

Naturalmente tal definição refere-se explicitamente à partici
pação social de grupos de baixo "status" e só a adotamos na perspecti
va, que é a nossa, de encarar as cooperativas como instrumentos auxi
liares de mudança social. Para testar nossas hipóteses de pesquisa,
que consideram participação na cooperativa como variável dependente, o
interesse principal é justamente identificar a participação dos vários
estratos sociais componentes das cooperativas. Para este fim entende

mos participação na cooperativa em dois níveis que se interpenetram: subjetivo e objetivo.

Por participação subjetiva entendemos a identificação do as sociado com a cooperativa a que pertence como coproprietário, isto é, ele não a vê como uma entidade de fulano ou sicrano, mas a vê como uma entidade pela qual também se sente responsável e diretamente interessado, enfim, como uma extensão de sua unidade de produção agríco la.

Por participação objetiva entendemos frequência e atuação em Assembléias da cooperativa, integralização de capital subscrito, realização de operações econômicas com a cooperativa e percepção de re torno, ocorrendo sobras no exercício financeiro.

No que diz respeito a uma tipologia de associações, instrumentos concretos do processo de participação, MORAIS (1971), apresenta dois tipos que a nosso ver são bastante funcionais. Classifica as associações, que chama organizações, em associações de estabilização social e de luta. "As organizações de luta são aqueles que se propõem a reivindicar direitos e benefícios ainda não consagrados nos marcos institucionais vigentes em determinado país ou área. (...) As organizações de estabilização social são aquelas que procuram fazer uso de direitos ou de benefícios já consagrados ou reconhecidos nos marcos institucionais vigentes" (p.82-3). Considera que as associações de es tabilização contribuem para a manutenção do "statu quo", não atuam com vistas à mudança estrutural. Cita as cooperativas agrícolas como um

caso típico de associação de estabilização social, embora reconheça que "uma cooperativa que passa a trabalhar em prol de benefícios ainda não aceitos, nem consagrados pela estrutura de poder local, assume imediatamente o caráter de órgão de luta". (p. 83)

De acordo com o mesmo autor o que determina o caráter da organização de luta ou de estabilização é o grau de contradição existente entre os objetivos das organizações e os marcos institucionais vigentes. "Assim, não importa o tipo de organização ou o seu nome, pois seu caráter será determinado pela agressividade do ambiente social onde atue". (p. 83)

Utilizando a tipologia proposta por MORAIS, uma cooperativa pode vir a tornar-se uma "organização de luta" apenas tentando por em prática objetivos já estabelecidos nos seus Estatutos, a comercialização do produto de seus associados, por exemplo, mas que não seriam do interesse da estrutura de poder local, do qual a cooperativa é um satélite como "organização de estabilização social".

5. MUDANÇA SOCIAL

A mudança social antes de ser um capítulo à parte na teoria sociológica, constitui o próprio estado normal de qualquer sociedade, isto é, o modo mesmo através do qual as sociedades se dão à observação e à interpretação dos cientistas sociais. Imaginar-se um estado de equilíbrio constitui mero recurso metodológico e didático. Há sempre

em qualquer sociedade em funcionamento uma "combinação de tensões estatísticas e de mudanças sociais". (FERNANDES: 1974, p. 24). Este autor define o conceito objeto do presente item como sendo "quaisquer espécies de alterações do sistema social, vistas independentemente de condições particulares de tempo e de espaço". (Idem, p. 317)

Duas perspectivas podem ser adotadas no estudo da mudança social: a da sociologia sistemática e a da sociologia diferencial. Elas não se excluem, antes se complementam, em termos de funcionalidade teórica, daí por isso mesmo a necessidade de especificá-las. A abordagem propiciada pela sociologia sistemática é de ordem sincrônica, enquanto a realizada pela sociologia diferencial é de caráter diacrônico. A sociologia sistemática focaliza, de forma típico-ideal, diferentes estados das sociedades de classes. A sociologia diferencial situa, no plano histórico, a formação e as tendências de reintegração ou de desagregação das sociedades de classes. "A análise sincrônica revela qual é a natureza, a variedade e as funções dos mecanismos de consciência social e das técnicas sociais de controle na sociedade de classes. Cabe à análise diacrônica evidenciar quais são as influências dinâmicas mais profundas e persistentes dos referidos elementos na preservação e na alteração do padrão de equilíbrio dessa sociedade". (Idem, p.332)

Em termos de sociedade brasileira o estudo da mudança social requer levar em consideração sermos uma sociedade de classes dependente. Com efeito, a "ordem social competitiva" apresenta variações não

apenas de cultura para cultura, mas também variações que configuram dois blocos típicos, a saber, as sociedades de classes, centrais, e as sociedades de classes, dependentes. Isto não invalida as perspectivas teóricas sobre sociedades de classe em geral pois, efetivamente, o regime de classes é sempre o mesmo. Requer uma assimilação crítica dessa teoria clássica que leve em conta as especificidades do surgimento e desenvolvimento do regime de classes em sociedades com características estruturais diversas. Segundo FERNANDES (op. cit., p. 27), o grande erro dos cientistas sociais dos países capitalistas dependentes consistiu em assimilar a burguesia de seus países à burguesia dos países capitalistas hegemônicos. (...) "ignoraram que a dominação burguesa nunca poderá ser descrita e interpretada corretamente, no caso de seus países, sem que suas conexões causais e funcionais com as sociedades de classes hegemônicas sejam agregadas às conexões causais e funcionais puramente internas".

A agregação dessas conexões com as internas se explicita ao examinarmos os dois focos principais da mudança social: a organização da sociedade e a difusão cultural.

A organização da sociedade brasileira no período colonial-escravista apresenta características estamentais pela polarização existente entre raça dominante e raças escravizadas. (2) O poder local se organiza em torno dos "homens bons", da "gente de prol". Este modelo se transpõe para o nível nacional, uma vez cortados os laços políticos com a metrópole, até a supressão do tráfico negreiro que marca a

crise estrutural do escravismo. A desagregação do regime estamental não implica entretanto no afloramento de ordem econômica competitiva e aberta, pois ocorre o que FERNANDES (op. cit., p. 36) chama de "coetaneidade de várias idades históricas distintas" dada a existência e concorrência do trabalho servil, do trabalho semilivre e do trabalho livre. Ocorre ademais, no mesmo sistema econômico, uma articulação de modos de produção capitalistas e pré-capitalistas. Nestas condições, o modelo de organização do poder em termos elitistas chega aos nossos dias, modelo autoritário, não-participacionista portanto, cuja expressão mais formal temos na negação do direito de voto ao analfabeto. Isto nos coloca diante do problema, ao qual voltaremos, dos estratos sociais beneficiários das mudanças ao longo de nossa história.

O outro foco de mudança social, o da difusão cultural, é de suma importância na análise das conexões existentes entre a sociedade dependente e os centros hegemônicos. O padrão de "modernização dependente", decorrente da absorção de dinamismos sócio-econômicos e culturais dos centros capitalistas, faz com que a modernização e a incorporação de mercado se expressem como uma expansão de fronteiras econômico-culturais externas, de fora para dentro da sociedade brasileira, verdadeira "conquista". (3)

Se o exercício do poder é por natureza elitizante, dado o caráter funcional organizatório que exerce em qualquer sociedade, nas sociedades do capitalismo dependente este fenômeno é radicalizado. Esta radicalização no caso brasileiro se viabiliza através do monopólio, pe

los estratos altos e médios, dos benefícios imediatos das mudanças, tanto econômicas como institucionais. Por outro lado, as mudanças malgrado beneficiarem restritamente algumas camadas sociais, sempre são realizadas em nome de toda a Nação. Trata-se do recurso ideológico de considerar como idênticos aos da Nação interesses privatistas.

O autor que vimos citando neste item, sintetiza o problema dos beneficiários das mudanças ocorridas em nossa história: "Há mais de um século e meio depois da Independência e há mais de três quartos de século da universalização do trabalho livre e da proclamação da República, a mudança social ainda não se dá para a sociedade brasileira como um todo, mas para uma minoria privilegiada, a qual pode ser estimada, para efeitos de classificação social efetiva "no sistema", no máximo em quarenta por cento, mas que não passa, na realidade, de dez por cento, em termos de concentração de renda ou de poder e de renda média compatível com o "padrão de vida decente" das elites". (FERNANDES, op. cit., p. 43-4)

A problemática da mudança social enlaça os conceitos teóricos apresentados anteriormente reportando-se ao objeto deste estudo, o cooperativismo. Vimos como a mudança social se dá através e para determinados estratos sociais que configuram as classes dominantes através de nossa história. Ademais, estas mudanças sempre contêm justificativas ideológicas que têm a função de legitimar o papel de líderes e de principais beneficiários exercido por aqueles estratos como "tutores" econômicos e políticos da Nação. Finalmente, se levarmos

em conta o quadro histórico de dependência, palco e processo de grande parte de nossas mudanças econômicas e políticas, (4) temos uma série de elementos condicionantes do cooperativismo. Esta observação é pertinente em termos de organização da sociedade, de distribuição do poder econômico e político, de ideologia privatista, de polarização técnica e financeira de nossa agricultura em termos de agricultura de exportação e agricultura de mercado interno, etc.

Enfocar o cooperativismo relacionando-o com o problema dos beneficiários das mudanças que ele propicia inegavelmente, beneficiários esses que se situariam mais ou menos concentradamente em determinados estratos sociais, eis a perspectiva que consideramos fundamental na análise dos dados que faremos.

NOTAS

- (1) A ideologia do consumo dos países subdesenvolvidos antes de o ser das classes dominantes locais, foi exportada pelos países centrais capitalistas. Esta ideologia do consumo é a antítese do puritanismo da "ética protestante" bem como do seu homólogo socialista.
- (2) A existência de uma ampla e variada camada intermediária de homens livres, dedicados sobretudo à agricultura de subsistência, não invalida mas antes esclarece a referida polarização, agora sob o aspecto da oposição agricultura de exportação versus agricultura de subsistência. Sobre características sócio-culturais

e históricas desta camada intermediária, vide QUEIROZ (1973).

- (3) Modalidade mais enfática dessa "modernização dependente", configurando uma "conquista" de nosso espaço, temos nos projetos de criação de gado aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). (VEIGA: 1975).

- (4) É útil sempre frisar que a relação dominação/dependência não é mecânica no sentido de que um antecedente externo conduziria a um consequente interno, é justamente a existência de uma relativa autonomia das estruturas dependentes que torna possível "estudar as possibilidades de negação dos atuais modos de relação, e de criação histórica de novos tipos de estrutura, a partir das forças sociais internas que põem em xeque as condições de dependência". (CARDOSO:1969, p. 18)

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA OPERACIONAL

Os dados empíricos dessa Dissertação foram coletados pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, autarquia do Ministério da Educação e Cultura sediada em Recife, nos termos de um convênio firmado entre este Instituto e o Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE. Teve como objetivo a realização de pesquisa sócio-econômica sobre o setor cooperativo agropecuário e de pesca nordestino. Cabendo à SUDENE o financiamento do trabalho e estando fundamentalmente interessada em melhor conhecer as cooperativas às quais prestava assistência técnica e financeira, ficou decidido desde o início que as cooperativas a serem incluídas no estudo seriam indicadas pela SUDENE.

Conforme demonstra o Apêndice 1, referidas cooperativas se distribuem pelos nove Estados da área de atuação da SUDENE e incluem além das 64 cooperativas assistidas tecnicamente ou que haviam recebido financiamentos através de projetos aprovados pelo órgão de desenvolvimento regional, mais 36 cooperativas sugeridas pela equipe do IJNPS, que jamais haviam sido beneficiadas diretamente por ela. Dizemos diretamente em termos dos programas de assistência técnico-agronômica e técnico-administrativa e de assistência financeira, pois, em princípio todas as cooperativas nordestinas foram assistidas através dos sucessivos convênios firmados com os Departamentos (estaduais) de Assistência ao Cooperativismo (DACs), a partir do primeiro firmado com o Governo do Estado da Paraíba em 1963.

Com exceção do financiamento da pesquisa e da indicação do universo pela SUDENE, toda a pesquisa foi elaborada e realizada pelo IJNPS. Isto não quer dizer que a SUDENE não haja feito sugestões a nível teórico e mesmo de elaboração de hipóteses. Tais sugestões ocorreram, mas já no puro nível de "brain storm", pois, pela própria divisão de trabalho estabelecida pelo convênio, caberia ao órgão executor, como especialista, a elaboração do projeto de pesquisa. Na apresentação da metodologia desenvolvida pelo órgão executor, nos limitaremos à descrição da mesma.

Das cem cooperativas incluídas no universo, 21 deixaram de ser estudadas pelo fato de serem "encontradas fora de funcionamento ou em fase de extinção", conforme Apêndice 2. Cabe ressaltar que das 21 cooperativas paralisadas ou em vias de, 4 (três agrícolas e uma de pesca), em algum período receberam assistência direta da SUDENE.

"Das 79 cooperativas visitadas, deixaram de ser preenchidos 4 questionários destinados à computação de dados relativos aos seus movimentos gerais. (...) Dessas 79, duas Cooperativas Centrais possuem características próprias, justificando um estudo isolado do seu funcionamento. Analisaram-se dados referentes a 73 cooperativas, das quais, 64 agropecuárias, 4 de crédito, 3 de pesca, 1 de colonização e 1 de avicultura". (IJNPS, Análise sociológica: 1974, p. 15)

A hipótese central daquela pesquisa era a de que "o funcionamento da cooperativa depende do grau de interação entre os agentes". (Idem, p. 8). As hipóteses específicas foram as seguintes:

1. A integração no sistema cooperativo relaciona-se com o grau de tradicionalismo do cooperado.
2. A integração no sistema cooperativo depende da percepção da importância deste sistema pelo cooperado.
3. A integração no sistema cooperativo relaciona-se com o nível sócio-econômico do cooperado.

Integração no sistema cooperativo foi pois a variável dependente e definida como "série de atitudes que atestem ter o cooperado assimilado os princípios da doutrina e os valores do grupo". (Idem, p. 9). Adotaram-se os seguintes indicadores:

- Exercício do direito de voto
- Participação nas assembleias
- Avaliação dos resultados da cooperativa
- Negociações com a cooperativa: compra, venda, empréstimo
- Participação no retorno
- Utilização de equipamento da cooperativa, de serviços (médico, dentário, educacional, etc.) e de assistência técnica.
- Considerações do critério de escolha dos dirigentes
- Aspirações em relação à cooperativa.

Foram consideradas três variáveis independentes: tradicionalismo, percepção da importância do sistema cooperativista e nível sócio-econômico do cooperado. Tradicionalismo foi definido como "série de atitudes que se apresentam defasadas ao estágio em que se encontra uma sociedade, num determinado momento, constituindo entrave à mudança".

(Idem, p.9). Utilizaram-se como indicadores os itens da escala de KAHL (1962), adaptada.

Percepção da importância do sistema cooperativista foi definida como o "fato de o indivíduo tomar consciência de que o processo associativo trará vantagens aos seus componentes e ao desenvolvimento global da área ou país". (Idem, p. 9). Foram adotados os seguintes indicadores:

- Forma como tomou conhecimento da implantação da cooperativa
- Motivos pelos quais se filiou à cooperativa
- Enumeração das atribuições da cooperativa
- Vantagens do sistema cooperativo
- Volume de entrega da produção do cooperado à cooperativa.

Nível sócio-econômico foi definido como "posição ocupada pelo indivíduo na sociedade". (Idem, p. 10). Foram dados como indicadores o nível de instrução e a renda familiar mensal.

No que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados, planejou-se três tipos de formulários. Um a ser aplicado junto às Prefeituras dos municípios onde se localizassem as cooperativas, com o fito de obterem-se dados sobre volume da produção municipal, canais de comercialização, dados demográficos e fundiários, etc. Pretendia-se com este formulário chegar à elaboração de índices que "relacionassem a participação da cooperativa com a absorção da produção e que indicassem a sua participação no setor infra-estrutural, através da oferta de serviços, o que seria possível por intermédio da aplicação do questionário

aos dirigentes da cooperativa". (Idem, p. 11)

Entretanto, este formulário não chegou a ser aplicado pela constatação da inexistência de dados nas Prefeituras. Contudo, outras fontes foram tentadas, debalde. "Os escritórios da ANCAR procurados, na tentativa de serem preenchidos os formulários, não dispunham desses dados de produção. (...) O IBGE, obedecendo a uma Portaria federal, não fornece dados não publicados, tornando, desta maneira, impossível o cálculo dos índices, uma vez que os dados de produção dos cooperados, obtidos no questionário da cooperativa, referiam-se ao último ano, e os do município ainda não se encontravam publicados pelo IBGE". (Idem, p. 11-2)

Os outros dois instrumentos de coleta foram um formulário aplicado aos dirigentes de cooperativas e outro aos cooperados da amostra. Cabe ainda referir os Diários de Campo redigidos pelos entrevistadores, de valor desigual, mas sempre complementares em termos de informação.

No que tange à aplicação dos instrumentos, além do pré-teste, o relatório de pesquisa refere que "os cooperados mostraram-se reservados, sobretudo em relação aos itens de avaliação dos resultados". (Idem, p.12). Faz-se ainda referência à dificuldade apresentada por alguns itens da escala de tradicionalismo de KAHL. Esta escala, que originalmente consta de 29 itens, foi adaptada pelo IJNPS para 20 itens, procurando-se também adequar a linguagem ao nível de compreensão do cooperado.

As proposições originais de KAPL os indivíduos poderiam se situar em quatro níveis distintos: concordar (muito ou pouco), discordar (muito ou pouco), obedecendo à seguinte valoração:

- Discordo muito - 1
- Discordo pouco - 2
- Concordo pouco - 3
- Concordo muito - 4

"Na contagem dos pontos que, pelos valores atribuídos às respostas, limitava o campo de variação entre 20 e 80, procurou-se determinar os limites para os quatro conceitos resultantes: moderno, pouco moderno, pouco tradicional e tradicional.

Feita a distribuição de frequência, considerou-se como marcos divisórios para a partilha do intervalo total naqueles conceitos os pontos que congregassem 20% dos informantes nas posições extremas e 30% nas posições intermediárias, estabelecendo-se os seguintes limites:

Posição na escala	Conceito	Limite dos escores nos 20 itens	% na amostra
1	Moderno	20 - 50	19,8
2	Pouco moderno	51 - 58	28,5
3	Pouco tradicional	59 - 68	31,7
4	Tradicional	69 - 80	20,0

Quando o entrevistado deixou de responder a um dos itens, a este atribuiu-se um escore médio, segundo a tendência da maioria das respostas". (Idem, p. 14)

A amostra de associados a serem entrevistados foi dimensionada pelo critério de proporcionalidade, considerando-se a distribuição por tipo de cooperativa no universo, além do fator custo tornar mais adequado o modelo adotado.

Foi a seguinte a distribuição de cooperados na amostra por tipo de cooperativa:

Quadro 2. Distribuição da amostra por tipo de cooperativa

Tipos de cooperativas	Tamanho da amostra
Agropecuária	912
Avicultura	6
Colonização	59
Crédito	112
Pesca	11
Total	1.100

Cabe assinalar que o critério utilizado na seleção dos sócios foi o sorteio aleatório pela lista de matrícula. Entretanto, algumas vezes fez-se sorteio de substituição com o objetivo de selecionar cooperados residindo mais proximamente à sede, dados os fatores

limitantes de tempo e recursos financeiros.

Finalmente, apesar do dimensionamento da amostra em 1.100 cooperados, só foram efetivamente entrevistados 947, pelo fato, já as sinalado anteriormente, de terem sido encontradas paralisadas 21 cooperativas constantes do universo. Algumas tabelas apresentam um total superior a 947, originando-se isto de perguntas de múltipla escolha, onde as alternativas surgidas não se excluem.

Esta Dissertação aprofundará o estudo dos mesmos dados sob uma perspectiva mais teórica e mais analítica, perseguindo hipóteses diferentes daquelas estudadas pelo IJNPS.

A hipótese central é que a participação na cooperativa varia com o "status" do associado.

Hipóteses específicas:

- 1a. As cooperativas agrícolas nordestinas se caracterizam, sociologicamente, por apresentarem vários estratos sociais nos seus quadros de filiados. Referidos estratos são definidos em relação aos fatores propriedade da terra e renda familiar mensal.
- 2a. A estratificação suposta na primeira hipótese se refletiria no organograma das cooperativas, sendo as Diretorias das mesmas constituídas por indivíduos pertencentes predominantemente aos estratos superiores.
- 3a. Os associados pertencentes aos estratos inferiores tendem a participar menos nas cooperativas.

4a. As relações entre os estratos superiores e inferiores são de modo geral relações de dominação/subordinação econômica, política e social, tanto no nível interno das cooperativas como fora delas.

Definição das variáveis:

Posição na estratificação social, definida em relação aos fatores propriedade da terra e/ou renda familiar mensal, constitui a variável independente. A variável dependente é participação na cooperativa. Para definir esta participação usaremos indicadores objetivos e subjetivos. Dividimos os primeiros em dois tipos: burocrático-formais e econômico-financeiros. Os indicadores subjetivos se referem aos juízos de valor e percepções do associado em relação à cooperativa.

Indicadores objetivos burocrático-formais:

- Ocupação de cargos no Conselho de Administração ou Fiscal.
- Frequência a Assembléias ou reuniões.

Indicadores objetivos econômico-financeiros:

- Integralização de capital.
- Tipos e frequência de operações efetivadas com a cooperativa.
- Percepção de retorno.

Antes de iniciar a análise dos dados, cremos ser interessante apresentar alguns pressupostos do pensamento hipotético-dedutivo, que nos norteará, enumerados por MEDAWAR (1975, p.240).

"Aceita-se que a iniciativa para o tipo de ação nitidamente científica provém, não da apreensão de "fatos", mas de uma pré-concepção imaginativa do que poderia ser verdadeiro.

O esquema hipotético dedutivo enseja uma teoria de incentivo especial. Nossas observações não mais se estendem por sobre o universo de observáveis, mas confinam-se aos que têm alguma relação com a hipótese investigada.

O esquema hipotético-dedutivo dá o devido peso aos propósitos críticos da experimentação: experimentamos mais frequentemente para discriminar entre possibilidades do que para aumentar o estoque da "informação factual".

Este mesmo autor exprime a idéia de que "o raciocínio científico é um contínuo jogo ou interação entre hipóteses e as expectativas lógicas que elas originam; existe incessante ir e vir de pensamento, a formulação e retificação de hipóteses, até chegarmos à hipótese que, de melhor maneira em face do conhecimento dominante, satisfatoriamente dê conta do caso". (Idem, p. 239).

As considerações acima expostas sobre o papel da hipótese no raciocínio são bastante adequadas à maneira como esperamos desenvolver nossa análise. Como foi visto, a pesquisa do IJNPS foi projetada não apenas para testar hipóteses distintas das que apresentamos, mas inclusive hipóteses em sentido oposto ao que propomos. Assim, enquanto a pesquisa do IJNPS considera "percepção da importância do sistema cooperativista" como variável independente, nós consideramos esta percepção

como um indicador da variável dependente "participação".

Também não adotamos "tradicionalismo" como variável, e muito menos como variável independente. Ademais, mesmo quando a pesquisa do IJNPS adota "nível sócio-econômico" como variável independente, enfoque que também adotamos, dá como indicadores renda familiar mensal e nível de instrução, indicadores que não empregamos, substituindo nível de instrução por relação com a terra. Há pois diferenças fundamentais de perspectivas entre os dois grupos de hipóteses, exigindo da análise que pretendemos fazer não apenas uma seleção dos dados coletados pelo IJNPS, como uma reinterpretação dos mesmos em função dos novos objetivos de pesquisa.

Quanto ao problema de verificação das hipóteses levantadas, convém lembrar a observação de DURKHEIM (1973, p. 198) --para quem "provar uma hipótese (...) é fazer ver que os fenômenos entre os quais se estabelece uma relação, ou concordam universalmente, ou não subsistem um sem o outro, ou variam no mesmo sentido e na mesma relação".

Antes de passarmos ao exame das hipóteses achamos interessante referir que se costuma contestar o interesse da relação apontada na hipótese central, sob o pretexto de que "todos sabem". Neste ponto cabe lembrar a observação de GOODE e HATT (1968, p. 78) de que há duas respostas a esta objeção. "Primeira, "o que todos sabem" não está apresentado em termos precisos nem integrado no quadro de referência da ciência. (...) Segunda, "o que todos sabem" pode bem estar errado. Traduzir idéias do senso comum em conceitos precisamente definidos e submeter a proposição à verificação é uma tarefa importante da ciência".

CAPÍTULO V

ANÁLISE DOS DADOS

Considerando-se os dois primeiros objetivos desta Dissertação: o exame de hipóteses relacionando posição na estratificação social com participação na cooperativa; e a sugestão de medidas, a nível de planejamento, com vistas à funcionalidade do setor cooperativo em termos de mudança social, dividiremos o capítulo em duas partes. Naturalmente, elas não serão estanques, meramente superpostas, mas a segunda provirá da primeira, em termos de ilações e consequências práticas decorrentes do exame das hipóteses levantadas.

1. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NA COOPERATIVA

1.1. Primeira hipótese

É a matriz da qual derivam as quatro seguintes, não como uma decorrência mecânica e necessária, o que tornaria ociosa a elaboração destas últimas, mas como níveis crescentes de especificação da suposta hierarquia em classes existente nas cooperativas rurais nordestinas.

De acordo com a primeira hipótese, as cooperativas agrícolas nordestinas apresentariam vários estratos sociais nos seus quadros de filiados. Os estratos foram definidos em relação aos fatores propriedade da terra e renda familiar mensal. O interesse desta hipótese radica na suposição de que, conforme foi apresentado na Orientação teórica, a estratos sociais diversos correspondem interesses diversos e nesta suposição encontramos também uma das razões de ser das demais

hipóteses. Tal suposição se refere à existência de estratos sociais fortemente contrastantes bem como à suposta prevalência de determinados fatores sobre outros. Daí a importância da escolha dos indicadores de estratificação. No caso de cooperativas, entidades que operam fundamentalmente na esfera econômica, selecionamos indicadores de estratificação também de ordem econômica.

Em relação ao primeiro indicador, propriedade da terra, os dados da Tabela 1 apresentam uma variada gama de regimes de ocupação da propriedade indo da categoria "própria" à categoria "não tem terras", passando por outras modalidades de acesso à terra como a parceria, o arrendamento, etc.

Por outro lado, as várias categorias especificadas se distribuem por distintos limites de classes estatísticas, indo de 0 - 49 a 1.000 ha e mais. Cabe observar nesta Tabela que se calcularmos percentagens no sentido horizontal, teremos 39 por cento de cooperados com terra própria na faixa 0 - 49 ha, 20 por cento na faixa intermediária de 50 - 99 ha e 40 por cento na faixa dos grandes proprietários (100 - 1.000 ha e mais). Ademais, dos cooperados que trabalham em terras arrendadas, 81 por cento estão na faixa 0 - 99 ha, sendo as percentagens para os que trabalham em terras cedidas e em parceria, respectivamente, 86 e 83 por cento para os que se encontram nessa mesma faixa de área.

Lendo a Tabela 1 no sentido vertical, destaca-se o segundo mais alto percentual, depois de "terra própria", ou seja, 15 por cento da

categoria "não tem terras". De acordo com o relatório de análise sociológica, (p. 75 e 77) grande parte deste percentual corresponde a cooperados que residem em cidades, não exercendo na ocasião da entrevista atividades agrícolas. Consideramos esta observação, indicadora de uma estratificação, relevante não só para esta hipótese, mas também para outras hipóteses como adiante veremos.

No que diz respeito ao indicador renda familiar mensal, os dados das Tabelas 2 e 3 também apresentam uma evidente estratificação. O contraste entre os dois valores extremos é bem nítido (Cr\$ 122,00 e Cr\$ 17.010,00), na Tabela 2.

Por outro lado, na Tabela 3 pode-se observar, examinando-se as colunas das frequências acumuladas, como 52 por cento das famílias detêm apenas cerca de 9 por cento da renda global e 16 por cento das famílias dispõem de 57 por cento da renda total. O Relatório Econômico estabelece uma ligação direta entre a distribuição de renda e propriedade da terra: "Uma das razões para existir essa concentração de renda é o fato de haver também uma desigual repartição das áreas das propriedades". (p. 1)

Visualiza-se esta relação entre distribuição da renda e da propriedade da terra através da Tabela 4.

Assim, no primeiro grupo de renda (0 - Cr\$199,00) 76 por cento dos cooperados possuem propriedades inferiores a 50 ha. No último grupo de renda (Cr\$10.000,00 e mais) só há cooperados com propriedades superiores a 100 ha.

Tabela 1. Número e Porcentagem dos Associados Segundo Regime e Tamanho da Propriedade*

Área (ha)	Tamanho da Propriedade (ha.)												Total		
	0 - 49		50 - 99		100 - 999		1000 e +		N. D.		Não tem terras		N	%	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%			
Especificação															
Própria	259	68,9	132	91,0	235	92,2	29	96,7	6	66,7	-	-	561	69,1	
Arrendada	22	5,8	3	2,1	4	1,6	1	3,3	1	11,1	-	-	31	3,2	
Cedida	77	20,5	8	5,5	12	4,6	-	-	2	22,2	-	-	99	10,3	
Parceria	18	4,8	2	1,4	4	1,6	-	-	-	-	-	-	24	2,5	
Não tem terras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	142	100	142	14,9	
Total	376	100	145	100	255	100	30	100	9	100	142	100	957*	100	

* Respostas múltiplas.

Fonte dos dados brutos: IJNPS (1974 - Análise Sociológica)

Tabela 2. Renda Média Mensal Familiar, Segundo Níveis de Renda

Renda (Cr\$)	Renda Média Mensal Familiar (Cr\$ 1,00)
0 - 199	122
200 - 499	324
500 - 999	682
1000 - 1999	1.344
2000 - 2999	2.283
3000 - 4999	3.703
5000 - 9999	6.469
10000 e +	17.010
Total	1.555

Fonte dos Dados Brutos: IJNPS (1974 - Relatório Econômico)

Tabela 3. Percentagem Simples e Acumulada do Total das Famílias e do Total da Renda, Segundo Níveis de

Renda

Renda	% total família		% do total renda	
	% total família	% total da renda	simples	acumulada
0 - 199	10,3	10,3	0,7	0,7
200 - 499	18,8	29,1	3,5	4,2
500 - 999	22,7	51,8	8,9	13,1
1000 - 1999	21,8	73,6	17,0	30,1
2000 - 2999	10,0	83,6	13,2	43,3
3000 - 4999	9,7	93,3	20,9	64,2
5000 - 9999	4,9	98,2	18,5	82,7
10000 e +	1,8	100,0	17,3	100,0
Total	100,0	-	100,0	-

Fonte dos Dados Brutos: IJNPS (1974 - Relatório Econômico)

Tabela 4. Porcentagem dos Cooperados, Segundo Nível de Renda e Área das Propriedades, 1972

Renda (Cr\$)	Área (ha)						Total
	0 - 49	50 - 99	100 - 999	1000 e +	Não declarada		
0 - 199	76,4	15,7	5,9	-	2,0	100	
200 - 499	66,3	19,8	12,9	-	1,0	100	
500 - 999	36,0	27,9	34,5	1,4	-	100	
1000 - 1999	34,7	19,0	41,5	3,4	1,4	100	
2000 - 2999	23,8	19,0	54,0	3,2	-	100	
3000 - 4999	16,6	16,7	57,7	7,7	1,3	100	
5000 - 9999	20,6	11,8	50,0	17,6	-	100	
10000 e +	-	-	50,0	50,0	-	100	

Fonte dos Dados Brutos: IJNPS (1974, Relatório Econômico)

Analisando a população estudada em termos do coeficiente de Gini, (medida significando que quanto mais próximo da unidade maior será o desnível de renda), o Relatório Econômico (p. 1) diz que o mesmo foi da ordem de 0,57, semelhante ao do Nordeste como um todo 0,56.

Os dados apresentados confirmam a nosso ver amplamente a hipótese 1 através dos indicadores utilizados. Mas eles apenas captam estatisticamente a estratificação social existente nas cooperativas rurais nordestinas. As outras hipóteses foram elaboradas com o fito de captarem dinamicamente os reflexos desta estratificação no estabelecimento e funcionamento das cooperativas.

1.2. Segunda hipótese

A hipótese 2 supõe que os componentes dos estratos superiores tendem a ocupar os cargos diretivos das cooperativas. Dispomos basicamente de dois tipos de dados atinentes à proposição suposta. O primeiro diz respeito à opinião dos próprios cooperados, devidamente estratificados, sobre a possibilidade de serem escolhidos para cargo nas cooperativas. O segundo se refere aos critérios efetivamente utilizados para escolha dos dirigentes.

As respostas à pergunta "O Sr. acha que pode ser escolhido como candidato a algum cargo da cooperativa?", através da Tabela 5, mostram que, em geral, à medida que cresce a renda aumentam as respostas positivas à pergunta. Enquanto o maior percentual 63 por cento encontra-se na faixa 3.000 - 4.999, o mais baixo 44 por cento está na faixa 200 - 499.

Tabela 5. Número e Porcentagem da Opinião do Cooperado Sobre a Possibilidade de ser Escolhido para Car-
gos Eletivos na Cooperativa, Segundo Níveis de Renda Familiar

Opinião do cooperado	Sim		Não		Não sabe		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Renda Cr\$								
0 - 199	39	44,3	46	52,3	3	3,4	88	100,0
200 - 499	70	43,7	84	52,5	6	3,8	160	100,0
500 - 999	97	50,2	93	48,2	3	1,6	193	100,0
1000 - 1999	101	54,3	77	41,4	8	4,3	186	100,0
2000 - 2999	48	56,5	36	42,3	1	1,2	85	100,0
3000 - 4999	52	62,6	30	36,2	1	1,2	83	100,0
5000 - 9999	24	57,1	17	40,5	1	2,4	42	100,0
10000 e +	8	53,3	7	46,7	-	-	15	100,0
Não declarada	46	48,4	46	48,4	3	3,2	95	100,0
Total	485	51,2	436	46,0	26	2,8	947	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IJNPS (1974 - Análise Sociológica)

Na resposta a uma pergunta versando sobre uma situação hipotética, como a anterior, a respeito da eventualidade dos entrevistados virem a ocupar cargos diretivos, se pôde constatar que essa possibilidade aumenta com o acréscimo de renda. Será que a relação encontrada reflete possibilidades reais ou mera casualidade? As respostas dadas à pergunta complementar "Por que sim?" indicam que efetivamente as possibilidades de virem os cooperados a serem escolhidos para cargos eletivos variam de acordo com a renda. Os que responderam "sim" se situam preponderantemente na categoria "ocupa ou já ocupou" (cargo diretivo), 27,5%, conforme Tabela 6. Os percentuais referentes a esta categoria já não se referem pois a uma situação hipotética, mas radicam no campo da realização concreta. Os limites extremos são ademais bem significativos: 13 por cento na faixa 0 - 199 contra 42 por cento na faixa 5.000 - 9.999.

Note-se ainda nesta Tabela que os mais altos percentuais das respostas "é bem aceito pelos sócios" e "tem capacidade" (25,0%) se situam na faixa 10.000 e mais, além destas respostas não eliminarem a possibilidade de os que assim responderam não ocupem ou tenham ocupado cargos, pois trata-se de resposta a pergunta aberta.

Uma indicação bem precisa da relação suposta na hipótese 2 temos nas respostas dos próprios dirigentes das cooperativas pesquisadas sobre "critérios adotados para escolha dos candidatos a cargos eletivos". A Tabela 7 nos apresenta os resultados a esta pergunta, observando-se que o mais alto percentual (17,0%) corresponde à categoria

Tabela 6. Número e Porcentagem dos Cooperados que Aham Possível sua Escolha para Cargos na Cooperativa, Segundo Motivo Alegado e Renda Familiar

Renda Cr\$	0 - 199		200-499		500-999		1000-1999		2000-2999		3000-4999		5000-9999		10000 e +		Não Declarada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
É bem aceito p/sócio	8	20,5	5	7,2	7	7,2	7	6,9	1	2,1	5	9,6	1	4,2	2	25,0	4	8,7	40	8,3
Acha que sabe agir	5	12,8	3	4,3	13	13,4	10	9,9	4	8,3	1	2,0	4	16,6	1	12,5	7	15,2	48	9,9
É sócio	8	20,5	14	20,0	22	22,7	13	12,9	8	16,7	10	19,2	3	12,5	1	12,5	8	17,4	87	17,9
Ocupa ou já ocupou cargo	5	12,8	18	25,7	26	26,8	29	28,7	17	35,4	15	28,8	10	41,7	-	-	13	28,3	133	27,5
É Agri-cultor	1	2,6	2	2,8	1	1,0	1	1,0	-	-	1	2,0	-	-	1	12,5	-	-	7	1,5
Tem Ins-trução	2	5,1	3	4,3	4	4,1	5	5,0	2	4,2	2	3,8	1	4,2	-	-	3	6,5	22	4,5
Tem Ca-pacidade	1	2,6	14	20,0	20	20,6	18	17,8	10	20,8	10	19,2	4	16,6	2	25,0	1	2,2	80	16,9
Depende da Dire-toria	1	2,6	1	1,4	-	-	3	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1,0
Resposta Vaga	5	12,8	10	14,3	1	1,1	7	6,9	2	4,2	5	9,6	-	-	-	-	9	19,5	39	8,0
Sim, mas ã.aceita	3	7,7	-	-	3	3,1	8	7,9	4	8,3	3	5,8	1	4,2	1	12,5	1	2,2	24	4,9
Total	39	100,0	70	100,0	97	100,0	101	100,0	48	100,0	52	100,0	24	100,0	8	100,0	46	100,0	485	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IJMPS (1974 - Análise Sociológica)

"boa referência bancária e patrimônio para avaliar os empréstimos da cooperativa".

Esta ênfase dada ao papel de se dispor de um bom cadastro bancário para se habilitar ao exercício de cargos de direção nas cooperativas, revela por si mesma a existência e o peso da estratificação social (hipótese 1). Indica também o tipo de atividade dominante, crédito, das cooperativas rurais nordestinas, que vivem no círculo vicioso repassando crédito de custeio, sem se capitalizarem por justamente não comercializarem a produção de seus cooperados. Note-se ademais que estamos diante de uma tabela de respostas múltiplas. É razoável supor que se fosse feito um agrupamento de categorias com perguntas fechadas, teríamos um percentual bem superior a 17,0%.

Esta ênfase do cooperativismo nordestino na atividade crédito, requer dos Bancos que operam com as cooperativas a exigência de garantias reais por parte dos próprios dirigentes. Essa exigência bancária, comumente alegada como "causa" do elitismo das Diretorias das cooperativas, nós a encaramos apenas como parte de um processo de causalção circular, funcional para o reforço e permanência das elites.

Alguns trechos do relatório social confirmam esta colocação: "A dependência exagerada em que vive o cooperativismo regional dos empréstimos bancários (...) favorece a discriminação econômica em detrimento da própria capacidade técnico-administrativa e de liderança natural, favorecendo aos detentores de uma posição econômica mais privilegiada maiores possibilidades de alcançar os cargos de direção de um

Tabela 7. Critérios Utilizados para Escolha dos Candidatos à Direção das Cooperativas*

Critérios utilizados para escolha dos candidatos	Nº	%
Aprovação dos associados	3	2,9
Substituição dos elementos da diretoria que não tiveram bom desempenho	1	1,0
Líderes da comunidade escolhem os candidatos que devem concorrer às eleições da Cooperativa	1	1,0
Ser sócio	15	14,4
Ser Agricultor	7	6,7
Estar em dia com os compromissos firmados com a Cooperativa	3	2,9
Não haver laços de parentesco até o 2º grau	1	1,0
Ter condições para trabalhar e tempo para atender às necessidades da Cooperativa	5	4,8
Compreender o Cooperativismo e ter espírito cooperativista	13	12,5
Assiduidade às eleições	1	1,0
Ser conceituado na comunidade	3	2,9
Ter nível de instrução adequado	7	6,7
Liderança e honestidade	7	6,7
Capacidade administrativa	12	11,5
Idoneidade moral	7	6,7
Boa referência bancária e patrimônio para avalar os empréstimos da Cooperativa	18	17,3
Total	104	100,0

* Respostas múltiplas.

Fonte: IJNPS (1974 - Análise Sociológica)

sistema de bases reconhecidamente democráticas". (p. 103) Comentando o mais alto percentual da Tabela 7, o referido relatório vê três consequências na ênfase dada à situação cadastral dos dirigentes: "selecionamento puramente econômico dos candidatos e, após a sua eleição, a atitude paternalista de quem está arriscando a sua fortuna pessoal em benefício dos sócios, e longa permanência no cargo em virtude do prestígio econômico". (p. 96)

A longa permanência no cargo reflete um verdadeiro sistema de cooptação, malgrado a adesão formal à fraseologia democrática, sintetizada no princípio cooperativista "um homem, um voto". O contraste entre a fraseologia proclamada e as atitudes reais enquadra-se bem na quela concepção particular de ideologia exposta por MANNHEIM. Queremos dizer com isso que o contraste entre a fraseologia democrática da Doutrina Cooperativa, adotada formalmente, e o comportamento efetivo de líderes autoritários e paternalistas é muito forte e gritante. O ritual das eleições (formalização da fraseologia democrática) preenche então funções opostas às declaradas. Longe de exprimir um processo de participação, significa ao contrário a legitimação de tradicionais dominações.

A Tabela 8 é bem esclarecedora a esse respeito. Foi elaborada a partir das respostas dos cooperados à questão "Como são escolhidos os candidatos para as eleições da diretoria da cooperativa?"

Tabela 8. Forma de Escolha dos Candidatos à Diretoria da Cooperativa

Especificação	Nº	%
Por aclamação	57	6,0
Através de eleições	180	19,0
Em assembléia geral	193	20,4
A Diretoria é quem escolhe	133	14,0
Pelo órgão de orientação	7	0,7
Por amizade	5	0,5
Pelo prestígio	9	1,0
Pelas qualidades	31	3,3
Por intervenção	3	0,3
Outros	8	0,9
Não sabe	321	33,9
Total	947	100,0

Fonte: IJNPS (1974 - Análise Sociológica)

Os dados dão bem uma idéia (relacionando-se com a hipótese 3) do baixo grau de participação existente nas cooperativas rurais nordestinas, sem dúvida interrelacionado à situação de quase-monopólio dos cargos diretivos pelos estratos superiores. Ressalta na Tabela 8 o mais alto percentual (34,0%) para os associados que responderam ignorar como se dá a escolha dos seus dirigentes. Bastante expressiva é também a percentagem de 14,0% referindo serem os candidatos escolhidos pela própria Diretoria. É o que classificamos como sistema de cooptação. Note-se que é perfeitamente legítimo somar os 6,0% da categoria "por aclamação" com os 14,0% já referidos, pelo fato do sistema de aclamação ser uma modalidade de voto a descoberto com nítidas características coercitivas.

Interrelacionando as hipóteses 1 e 2, destacamos um período do relatório de análise sociológica que confirma como a relação apontada na hipótese 2 flui da indicada na primeira hipótese: "Quanto ao problema da igualdade de condições para ascensão aos cargos diretivos, já que as lideranças cooperativistas são escolhidas, estatutariamente, através de eleição entre seus membros, ela é destorcida principalmente pela grande diversidade econômica desses membros, pelo tipo de estratificação social existente, pois, tanto é agropecuarista quem possui 10 cabeças de gado ou 16 hectares de terra, quanto quem possui 1.000 cabeças de gado ou 500 hectares de terra. As influências e interesses pessoais de tais membros, em uma região onde a posse de gado e de terra é determinante de status e poder, são, portanto, bastante di

ferentes entre si, e diferentes também são as oportunidades de instrução, renda, prestígio político e controle de situações que levem à criação ou direção de unidades cooperativas agropecuaristas". (p. 110-1)

1.3. Terceira hipótese

Coloca o problema que consideramos básico na operacionalização do cooperativismo: o da participação. Participação não apenas burocrático-formal (através de eleições, por exemplo), mas sobretudo nas operações econômicas desenvolvidas pela unidade cooperativa. A ênfase na participação econômica não deve entretanto obscurecer a importância da administrativa, pois as duas esferas se condicionam mutuamente, sobretudo tratando-se do processo eleitoral, legitimizador das políticas econômicas.

As duas expressões de participação (burocrático-formal e econômica) são importantes também se utilizarmos a tipologia de MEISTER (1972) apresentada no Capítulo III. Tanto no que diz respeito à participação voluntária quanto à participação suscitada, são pertinentes a participação administrativa e a econômica. No tipo de participação voluntária a empresa cooperativa surge - sobretudo no Ocidente liberal - como o protótipo de instituição procurando fundir os princípios da democracia política com a igualdade de direitos econômicos. Por outro lado, no tipo de participação suscitada - através do planejamento-

a "educação cooperativa" é concebida justamente como uma atividade situada na interseção de dois conjuntos de informações, atitudes, normas, etc. referentes de um lado ao campo burocrático-formal e de outro lado ao campo de interesses econômicos.

Se utilizarmos a tipologia de associações de MORAIS (1971), que as dividiu em duas categorias, associações de luta e de estabilização social, o exame dos indicadores de participação, burocráticos e econômicos, pode auxiliar a classificação de associações em relação à dicotomia apresentada por MORAIS. Assim, considerando-se que o caráter de uma associação, de luta ou de estabilização social, é determinado pelo grau de contradição existente entre os seus objetivos e os marcos institucionais vigentes, a maior ou menor participação, quer econômica quer administrativa, nas cooperativas, pode servir para indicar se estas funcionam como instrumentos de controle ou de mudança social.

Quanto à participação burocrático-formal, a análise da hipótese 2, sobretudo através das Tabelas 7 e 8, já forneceu elementos que indicam a existência de condicionamentos negativos que se originam de uma estratificação econômica. Examinemos agora o comportamento e opiniões dos próprios cooperados e sua situação face às atividades desenvolvidas pelas cooperativas.

A Tabela 9 apresenta os resultados, por categorias de renda, à seguinte pergunta: "O Sr. geralmente vota nas eleições para escolha da diretoria da cooperativa?"

Tabela 9. Frequência às Eleições, Segundo a Renda Familiar

Renda Cr\$	Frequência às eleições		Sim		Não		As vezes		Total	
			N	%	N	%	N	%	N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0 - 199	44	50,0	43	48,9	1	1,1	88	100,0		
200 - 499	86	53,8	74	46,2	-	-	160	100,0		
500 - 999	123	62,7	69	36,8	1	0,5	193	100,0		
1000 - 1999	118	63,8	66	35,5	2	1,1	186	100,0		
2000 - 2999	58	68,2	27	31,8	-	-	85	100,0		
3000 - 4999	54	65,1	29	34,9	-	-	83	100,0		
5000 - 9999	29	69,0	13	31,0	-	-	42	100,0		
10000 e +	10	66,7	5	33,3	-	-	15	100,0		
Não declarada	60	63,2	34	35,8	1	1,0	95	100,0		
Total	582	61,3	360	38,1	5	0,6	947	100,0		

Fonte dos Dados Brutos: IJNPS (1974 - Análise Sociológica)

Os dados indicam o sentido apontado pela hipótese 3, pois o percentual de frequência às eleições aumenta à medida que aumenta a renda. O relatório de análise sociológica (p. 98) considera "natural" a relação encontrada: "Como os sócios de renda mais alta têm naturalmente um maior volume de negócios com a cooperativa e estão mais aptos a saldar os empréstimos contraídos, é compreensível o seu maior interesse pelas eleições, assim como sua preocupação quanto a quem vai dirigir, no próximo mandato, as cooperativas. Por outro lado, esse interesse dos que possuem rendas mais altas, e seus mais frequentes contatos com as cooperativas em virtude de maior volume de negócios (...) acarreta uma maior possibilidade de que o preenchimento dos cargos diretivos seja feito em detrimento dos que possuem rendas mais baixas, isto é, sejam eleitos candidatos que representem a cúpula econômica do quadro de sócios".

Este período é duplamente elucidativo. Primeiro, mostra nitidamente a ligação existente entre participação administrativa e participação econômica; em segundo lugar, traz novos subsídios à confirmação da hipótese 2.

Finalmente, cabe referir que o percentual de 61,0% referente ao "sim" da frequência não é tão expressivo como pareceria à primeira vista. A veracidade desta resposta foi testada através do exame de livros de frequência nas próprias cooperativas, relativos ao comparecimento às cinco últimas eleições, chegando os pesquisadores do IJNPS ao cálculo de que o percentual médio dos sócios que comparecem atinge

apenas a 13 por cento. (p. 120). Interpretam essa incongruência entre frequência real e frequência declarada como resultante de um possível temor por parte do cooperado em "patentear sua omissão a um dever esta belecido". (p. 120) Esta interpretação, se bem verossímil, não torna menos incisiva a relação encontrada na Tabela 9 entre nível de renda e participação nas eleições da cooperativa. O χ^2 foi igual a 13,48 com um grau de liberdade igual a 7, sendo o valor crítico igual a 14,1. Ademais, sobretudo se se leva em conta esta outra afirmativa do relatório de análise sociológica, melhor transparece a relação encontrada na Tabela 9: "O que, de fato, constatou-se (...) foi a frequência de elei ções por aclamação e chapas únicas. (...) É um tipo de eleição, devido às implicações de ordem política e social da área, francamente coercitivo". (p. 101)

É legítimo portanto supor que se o total percentual da Tabela 9 exprime uma frequência superestimada, a relação encontrada entre nível de renda e frequência foi subestimada.

Passando ao problema da participação econômica, dispomos de da dos que levam a supor a existência de uma correlação entre essa participação e o nível de renda familiar, bem como com a área das proprieda des dos cooperados. As Tabelas 10 e 11 indicam esta correlação em termos do indicador integralização de capital.

Tabela 10. Relação Entre o Nível de Renda Familiar e a Parte do Indivíduo em Dinheiro, na Cooperativa,
1971

Níveis de Renda	Intervalos de Participação em Dinheiro na Cooperativa							3000 e + não sabe Total
	0 - 99	100 - 299	300-499	500-999	1000-2999	3000 e +	Total	
0 - 199	53,5	17,4	2,3	-	3,5	-	23,3	100,0
200 - 499	48,4	19,0	8,5	3,9	2,6	0,6	17,0	100,0
500 - 999	33,7	22,4	10,2	13,4	6,9	-	13,4	100,0
1000 - 1999	27,5	21,2	12,8	12,8	7,8	0,6	17,3	100,0
2000 - 2999	17,1	25,6	13,4	20,7	7,3	4,9	11,0	100,0
3000 - 4999	13,6	19,8	14,8	22,2	12,3	1,2	16,1	100,0
5000 - 9999	14,6	14,6	7,3	12,2	24,4	9,8	17,1	100,0
10000 +	6,7	-	13,3	33,3	6,7	6,7	33,3	100,0
Total	33,2	19,3	9,7	11,4	6,9	1,4	18,1	100,0

Fonte: IJNPS (1974 - Relatório Econômico)

Verifica-se pela Tabela 10, como nos níveis mais baixos de renda mais de 50 por cento dos cooperados integralizaram menos de Cr\$ 300,00. Inversamente, nos níveis mais altos de renda (a partir de Cr\$3.000,00) mais de 50 por cento dos associados integralizaram quotas-partes que totalizam mais de Cr\$300,00. Observe-se ainda nesta Tabela a elevada proporção de respostas no item "não sabe", indicativo de um alheamento em relação à cooperativa.

A Tabela 11 mostra que, para os associados que possuem menos de 100 ha, mais de cinquenta por cento deles tem menos de Cr\$300,00 integralizados. Os cooperados que possuem mais de 1.000 ha, em geral têm mais de Cr\$500,00 integralizados. Foi encontrada uma correlação positiva, embora pequena, entre as duas variáveis de 0,23.

Antes de passarmos a outros indicadores de participação econômica na cooperativa, convém notar que o indicador "integralização de capital", tomado isoladamente, não é bem significativo dado o fato mesmo de se esperar menor integralização de quem possui nível de renda mais baixo. Entretanto, outros indicadores, como "ser beneficiado por empréstimo" e "assistência técnica recebida" - como logo examinaremos através das Tabelas 12 e 13 - comprovam a hipótese 3.

A Tabela 12 indica que o volume dos empréstimos varia de acordo com a renda de cada cooperado. Quanto mais alta a renda dos associados, maior também é o volume dos empréstimos.

Tabela 11. Número e Porcentagem dos Cooperados, Segundo Área da Propriedade e Participação em Dinheiro na Cooperativa, 1971.

Participação na Cooperativa em Cr\$	0 - 99		100 - 299		300 - 499		500-999		1000-2999		3000 e +		Não sabe		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Área (ha)																
0 - 49	150	39,9	77	20,5	26	6,9	19	5,1	11	2,9	5	1,3	88	23,4	376	100,0
50 - 99	48	33,1	33	22,8	22	15,2	9	6,2	15	10,3	3	2,1	15	10,3	145	100,0
100 - 999	48	18,8	42	16,5	31	12,2	70	27,4	31	12,2	2	0,7	31	12,2	255	100,0
1000 e +	3	10,0	1	3,3	4	13,3	8	26,7	4	13,3	2	6,7	8	26,7	30	100,0
Não tem terras	68	47,9	31	21,8	9	6,3	2	1,4	3	2,1	1	0,7	28	19,8	142	100,0
Total	317	33,4	184	19,4	92	9,7	108	11,4	64	6,7	13	1,4	170	18,0	948*	100,0

* Para a construção desta tabela foram utilizados os valores absolutos da tabela 1 que contém respostas múltiplas (957). Não constam da tabela os 9 indivíduos incluídos na categoria "não declarada", na tabela 1.

Fonte dos Dados Brutos: IJNPS (Relatório Econômico)

Tabela 12. Porcentagem dos Cooperados Beneficiados ou não com Empréstimos da Cooperativa, Segundo Níveis de renda, Durante os Anos de 1969, 1970 e 1971.

Ano	Receberam Empréstimo			Não solicitaram Empréstimo			A Cooperativa não faz			Não sabe e não declarado			Total		
	1969	1970	1971	1969	1970	1971	1969	1970	1971	1969	1970	1971	1969	1970	1971
Renda Cr\$	1969	1970	1971	1969	1970	1971	1969	1970	1971	1969	1970	1971	1969	1970	1971
0 - 199	5,1	2,6	5,1	60,0	60,7	60,0	15,0	16,3	15,4	19,9	20,4	19,5	100,0	100,0	100,0
200 - 499	4,3	3,6	5,7	70,7	71,1	69,7	10,0	10,3	9,6	15,0	15,0	15,0	100,0	100,0	100,0
500 - 999	7,5	5,7	6,3	70,9	71,1	70,1	9,1	10,1	10,5	12,5	13,1	13,1	100,0	100,0	100,0
1000 - 1999	5,7	4,1	4,2	64,4	65,2	64,0	13,3	13,7	14,9	16,6	17,0	16,9	100,0	100,0	100,0
2000 - 2999	8,0	7,5	5,6	67,8	67,3	69,9	12,9	14,1	13,4	11,3	11,5	11,1	100,0	100,0	100,0
3000 - 4999	6,6	6,0	5,8	70,8	71,3	71,3	8,9	9,2	9,2	13,7	13,5	13,7	100,0	100,0	100,0
5000 - 9999	4,8	5,7	4,7	63,3	61,9	61,9	15,7	15,7	16,7	16,2	16,7	16,7	100,0	100,0	100,0
10000 e +	3,9	4,0	9,3	38,7	37,3	33,3	6,7	6,7	5,4	50,7	52,0	52,0	100,0	100,0	100,0
Total	5,9	4,7	6,0	67,0	67,3	66,1	10,9	11,5	11,6	16,2	16,5	16,3	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IJNPS (1974 - Relatório Econômico)

Tabela 13. Porcentagem de Utilização dos Serviços da Cooperativa, Segundo Categoria do Serviço e Níveis de Renda, 1972

Utilização Serviços Categoria Serviço	Utilizam serviços da Cooperativa							Total	NÃO uti- lizam ser- viços Coop.	Total
	Assist. Técnica	Educação	Saúde	Emprésti- mo de Equip.	Seção de Vendas	Outros	Total			
Renda Cr\$										
0 - 199	14,8	3,4	6,8	19,3	9,1	1,1	54,5	45,5	100,0	
200 - 499	15,6	5,0	5,0	15,0	10,0	-	50,6	49,4	100,0	
500 - 999	19,2	2,6	5,2	18,1	11,4	0,5	57,0	43,0	100,0	
1000 - 1999	14,5	1,1	2,7	19,8	9,7	-	47,8	52,2	100,0	
2000 - 2999	16,5	-	2,4	31,8	7,1	1,2	59,0	41,0	100,0	
3000 - 4999	24,0	-	1,2	28,9	10,8	2,4	67,3	32,7	100,0	
5000 - 9999	30,9	-	4,8	30,9	7,1	-	73,7	26,3	100,0	
10000 e +	20,0	6,6	-	26,6	-	-	53,2	46,8	100,0	
Total	18,3	3,2	5,2	20,3	9,0	0,5	56,5	43,7	100,0	

Fonte dos Dados Brutos: IJNPS (1974 - Relatório Econômico)

A Tabela 13 apresenta dois tipos de serviços prestados pela cooperativa, um mais voltado para os aspectos econômicos, outro para os aspectos comumente chamados de sociais (educação e saúde). Note-se que há, via de regra, uma relação oposta entre maior percepção de serviços econômicos e renda alta, de um lado e, maior percepção de serviços sociais e renda baixa, de outro. Talvez isto seja outra relação "natural", como "natural" é que quem disponha de menos renda menos integralize. Igualmente "natural" é que os cooperados que mais operam com as cooperativas (os de maior renda) mais participem dos processos burocráticos e políticos das cooperativas. Finalmente, "natural" é que a estratificação de classes existente no meio rural nordestino se reflita na estrutura interna das cooperativas. Resta saber se um tal ajustamento à realidade circundante por parte de muitas das cooperativas rurais nordestinas, faz das mesmas um meio de reforço de dominações ao invés de instrumentos de mudança social.

1.4. Quarta hipótese

Para o exame desta última hipótese não dispomos de dados quantitativos, entretanto, o relatório de análise sociológica é bastante explícito em suas descrições e interpretações sobre o tipo de liderança comumente encontrado nas cooperativas rurais da amostra. Nos limitaremos pois a fazer uma seleção dos trechos mais significativos daquele relatório que configuram o personagem que já descrevemos em tra

balho anterior (RIOS: 1973) como o "dono da cooperativa".

"Se os "coronéis" do tipo carismático e possuidores de extensos feudos político-econômicos, onde exerciam um poder de vida e de morte sobre as pessoas, são raros nos dias de hoje, ainda permanecem numerosos os chamados chefes políticos, os "donos das cidades", menos onipotentes, é verdade, do que os "coronéis", mas relativamente poderosos e fonte de prestígio que é sempre levada em consideração quando se pretende tomar alguma iniciativa social ou econômica de vulto para o município. Detêm eles as informações mais completas, as facilidades de colocar pessoas em empregos públicos ou privados, o poder de concentração de recursos, de promover reuniões, de mobilizar pessoas, etc. São esses chefes políticos, na maioria dos casos, pertencentes às famílias tradicionais da cidade, detentores de excelente condição econômica e protegidos por poderosos políticos dos grandes centros. Os pesquisadores de campo constataram a incidência generalizante desse tipo de liderança política nos quadros dirigentes das cooperativas nordestinas. (Grifo nosso) (...) De um modo geral criada por tais pessoas, grande parte das cooperativas em estudo, desde sua fundação, encontra-se sob o controle de uma elite que as utiliza para satisfação de necessidades de poder, de prestígio e de influência". (p. 109-110)

O tipo de liderança predominantemente encontrado à frente das cooperativas pesquisadas, coloca o problema da utilização das cooperativas como instrumentos de controle social. Isto pode ser referido a vários aspectos. Um deles diz respeito ao controle dos serviços prestados

pelas cooperativas (crédito, sobretudo) pelos estratos superiores, tanto em termos de maior obtenção de benefícios como de manipulação político-econômica dos serviços ofertados. Outro aspecto deste controle social refere-se ao presumível desinteresse dos estratos superiores - dirigentes das cooperativas - de levarem-nas a ingressar na faixa de comercialização de produtos originários dos minifúndios e médias propriedades.

Finalmente, as cooperativas, pelo fato de se constituírem em mais uma das instituições de nível local através das quais se exprimem os interesses e a ideologia dos estratos superiores da sociedade rural, tornam-se típicas associações de "estabilização social", de acordo com a já citada classificação de MORAIS (1971).

O peso deste tipo de liderança, que não afirmamos ser a única, mas apenas a mais comum, no Nordeste, se evidenciou na coleta de dados: "A política partidária e a utilização da cooperativa como instrumento de ascensão política foram fatos constatados pelos pesquisadores de campo nos vários Estados nordestinos, fatos que vieram em parte justificar as reservas dos entrevistados nas perguntas que dizem respeito diretamente à cooperativa, isto é, o problema político impedindo o pronunciamento espontâneo e imparcial dos cooperados, dificultando um julgamento mais completo sobre as atividades dos dirigentes na área". (p. 93, grifo nosso).

Embora não estranhando, e achando mesmo compreensível, os relatores do IJNPS não deixaram de registrar o que consideramos como uma síndrome anticooperativa: "Nessas cidades interioranas, os detentores

de maiores rendas ou das maiores propriedades são comumente chefes po
líticos de grande penetração e influência nos vários setores da comu-
nidade. E, sendo as cooperativas sociedades geralmente compostas de
grupos numerosos, havendo algumas na região que abrangem mais de dez
municípios, não é de estranhar que as lideranças político-econômicas
normalmente se confundam com as lideranças cooperativistas da área.
Estando o interesse político-partidário sobreposto aos próprios inte-
resses cooperativistas, é ainda compreensível que o tipo de relacio-
namento que surge, entre cooperados e dirigentes, seja condicionado
por interesses estranhos às metas cooperativistas dos grupos, e que
esse jogo de interesses seja mantido através de uma atitude paterna-
lista e às vezes discriminatória". (p.111)

Convém notar que o fato dos componentes dos estratos superio-
res via de regra estarem à frente das cooperativas não implica em
maior eficiência administrativa por serem mais letrados, versáteis,
etc., como costumam alegar os que primam pela abordagem pragmática do
cooperativismo. A pesquisa constatou um agudo absentismo de tais di
rigentes, a cooperativa representando uma entre múltiplas atividades
políticas e econômicas.

"O controle de grande parte das cooperativas pelos líderes po
líticos de atuação paternalista não se limita à pura ingerência disfar-
çada, mas é ostensivo. Diretorias onde fazem parte prefeitos, deputa-
dos e vereadores foram constantemente encontradas pelos pesquisadores
de campo. Quando esses políticos não estão ocupando cargos eletivos fa

zam das cooperativas instrumentos de influência através de uma rede de compadrio e parentesco e grupos de correligionários. Muitos dirigentes eram ex-prefeitos ou tinham ocupado outros cargos políticos anteriormente. A cooperativa representa para muitos dirigentes apenas mais um negócio, mais uma ocupação entre mil atividades que desempenham no município, o que acarreta a liberação de um tempo mínimo ao setor cooperativista. Uma das coisas, portanto, que chamou a atenção dos pesquisadores foi a persistente ausência dos dirigentes dos altos escalões nas sedes das cooperativas, na ocasião das entrevistas, uma ausência que chegou a ser sistemática. (...) Esse absentismo de dirigentes que, além de ocupar cargos importantes na cooperativa acumulam ao mesmo tempo os de prefeito, comerciante, profissional liberal, etc. mostra até que ponto a cooperativa se transforma em uma preocupação secundária, enquanto cooperativa, apesar de utilizada como instrumento de ascensão política e determinante de "status" elevado para essas elites diretoras". (p. 113)

Concluindo a exposição desta série de evidências que a nosso ver confirmam suficientemente a existência do padrão de dominação/subordinação aventado na hipótese 4, transcreveremos outro trecho do relatório de análise sociológica, significativo para a citada hipótese: "Foi observada uma tendência à subestimação, por parte dos quadros dirigentes, das possibilidades de conscientização e aprendizado dos sócios, havendo o pretexto de que, sendo "ignorantes", não podem compreender os problemas de suas respectivas cooperativas, e, por isso, devem ficar à margem das decisões. Isso tem favorecido o culto ao

"homem insubstituível", ao "dono da cooperativa". (p.154-5)

A análise dos dados referentes às quatro hipóteses específicas levantadas, confirma a hipótese central deste estudo: a participação na cooperativa varia com o "status" do associado, "status" esse definido em relação a uma situação de classe.

2. "PROBLEMAS INTERNOS" E "PROBLEMAS EXTERNOS" DO COOPERATIVISMO NOR-DESTINO

Analisaremos agora os dados em função do segundo objetivo desta Dissertação. Antes porém queremos justificar o título desta seção, dado o interesse teórico dos conceitos nele contidos.

CASTRO (1972, p.10) ao fazer análise da economia brasileira distingue duas facetas de abordagem, presentes, embora nem sempre explícitas, na análise de problemas ligados ao desenvolvimento e à mudança social. Estas duas facetas são o que chama de "problemas internos" e "problemas externos".

"Constituem "problemas internos" os obstáculos de toda ordem que dificultem o funcionamento e a expansão da economia" - leia-se, do cooperativismo, no nosso caso - "na direção em que aponta o processo histórico em curso. Fica, assim, desde já incluída uma série de decisões que poderiam ser concebidas como ingredientes de uma dada evolução. Estão, porém, excluídas todas as opções e decisões que impliquem em mudança de rota, que procurem novos caminhos para a história. Estas seriam soluções para "problemas externos". Este gênero de "pro

blemas" só ganha existência real na medida em que formulados e socialmente reconhecidos como tal. É, pois, em boa medida um produto da tomada de consciência, crítica e condenação de aspectos parciais ou globais do sistema econômico-social".

Os "problemas internos" se referem pois aos problemas, obstáculos, etc., disfuncionais em relação aos fins explicitamente propostos para determinado sistema, são problemas de expansão. No caso do cooperativismo nordestino consideramos como um exemplo típico o fraco papel desempenhado no processo de comercialização agrícola, como logo veremos pela análise dos dados empíricos.

Assim, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974, p. 44) prevê o "apoio às formas de organização de produtores, especialmente cooperativas, objetivando ganhos de escala nas operações de compra e venda, assistência técnica e prestação de serviços". (Grifo nosso). Também se preocupa em "evitar o açodamento do produtor em desfazer-se do produto para o intermediário". (Idem, ibidem). É pois a existência de problemas no cooperativismo nordestino à consecução destes legitimados objetivos, que chamamos de "problemas internos".

Entendemos por "problemas externos", por exemplo, a proposta de modelos, medidas, sugestões, etc. com vistas à implantação de um setor cooperativo inteiramente reformulado no seu alcance e objetivos. Um setor cooperativo que fosse mais identificado com o próprio processo produtivo - no quadro de uma reforma agrária - e não apenas como um apêndice do setor de serviços (crédito, revenda de insumos, comercia-

lização, etc.).

Não pretendemos fazer propostas a nível de "problemas externos" porque sentimos que seria uma postura iluminista, utópica no sentido vulgar da palavra. Trata-se de reconhecer humildemente que não é possível ao intelectual ou ao técnico "tomar as rédeas da história, e de reorientá-la parcial ou globalmente". (CASTRO, op. cit. p. 10) Não se trata de nenhuma recusa de encarar a história, mas, pelo contrário, consiste justamente em "conceber o presente como história".

Este autor dá importância tanto à "autoria" dos "problemas externos" como ao contexto histórico, trata-se pois de uma perspectiva dialética em oposição à postura individualista do técnico ou intelectual como "falso "sujeito" na história". (p. 14). "Adquirem neste caso importância máxima o "sujeito" que os formula (grupo, classe social), sua inserção no sistema, força, potencialidade, etc. As chances de que venham a ser solucionados - pela mudança de características de maior ou menor profundidade no sistema - são determinadas não apenas pela eficácia daqueles que os formulam e a força dos que se interessam por sua solução como pela disposição e capacidade do sistema de resistir à introdução de mudanças. Este último fator é da máxima importância: enquanto em certas etapas, estando em curso a solução de importantes problemas internos e sendo elevado o ritmo de expansão econômica, é mínima a receptividade ao levantamento de problemas externos, em outras atinge-se verdadeiras encruzilhadas históricas, em que se dividem as próprias forças de sustentação do "status quo", aumentando enormemente

as possibilidades de mudança". (p. 11)

Passemos pois ao exame de alguns dados que indicam a existência de problemas à própria consecução de objetivos como os expressos no II PND.

A Tabela 14 foi elaborada com as respostas dadas à seguinte questão: "Quais as vantagens que o Sr. vê em pertencer a uma cooperativa?"

Os dados nos indicam uma gradação bastante típica das principais atividades econômicas exercidas pelas cooperativas rurais nordestinas. A primeira e principal atividade é o crédito (próprio algumas vezes, via de regra repassado dos Bancos). Depois desta que avulta como a principal vantagem (34 por cento), segue a atividade de revenda de insumos ou bens de consumo doméstico (14 por cento) e finalmente, em última colocação, a comercialização cooperativa (11 por cento). Verdade é que se pode objetar que esta Tabela não exprime propriamente os serviços prestados pela cooperativa, mas tão somente as "preferências subjetivas" dos cooperados. O exame de outras Tabelas entretanto, mostrará como as vantagens percebidas decorrem efetivamente da maior ou menor incidência dos diferentes tipos de serviços prestados, coincidindo com a gradação apresentada pela Tabela 14. Note-se ademais que, os percentuais referentes às atividades de crédito e de revenda ou consumo (48 por cento no total), podem ser legitimamente somados às categorias "conseguir empréstimo e compra de equipamentos" (6 por cento) e "pagar juros mais baratos" (1 por cento). Teríamos então

Tabela 14. Número e Porcentagem dos Motivos Alegados como Vantagem de Pertencer ao Sistema Cooperativo

Vantagens em pertencer à cooperativa	Total	
	N	%
Vender o produto	124	11,2
Conseguir a integração do povo	7	0,6
Comprar mais barato	151	13,6
Obter empréstimo	376	33,9
Conseguir terras	11	1,0
Receber assistência técnica	36	3,2
Receber ajuda para agricultura e pecuária	57	5,1
Conseguir empréstimo e compra de equipamentos	65	5,8
Ajudar a Cooperativa e vice-versa	67	6,0
Ajudar a região	18	1,6
Receber retorno	18	1,6
Utilizar seus serviços	23	2,0
Pagar juros mais baratos	9	0,9
Não sabe/Resposta vaga	44	4,0
Nenhuma	104	9,4
Total*	1.110	100,0

* Respostas múltiplas

Fonte dos Dados Brutos: IJNPS (1974 - Análise Sociológica)

para o conjunto das duas atividades - em oposição a "vender o produto" - o percentual de 55 por cento. Por outro lado, operação semelhante não pode ser efetivada com o percentual de 11 por cento referente à comercialização, como pode se observar pela codificação realizada.

A Tabela 15 apresenta a composição dos empréstimos das cooperativas, avultando o financiamento de custeio anual como principal linha de crédito.

A predominância da atividade de crédito, mormente o de custeio anual já era apontada, ainda em 1967, pela SUDENE, como uma das carências do cooperativismo nordestino: "O quadro oferecido por quase um milhão de cooperativas rurais mistas existentes no Nordeste deixa muito a desejar: pouco mais de uma centena assiste seus associados no fornecimento de material agropecuário e não atinge duas dezenas o número daquelas que operam na faixa de comercialização. A grande maioria limita suas atividades ao funcionamento atrofiado das seções de crédito, simplesmente fazendo o repasse de recursos destinados ao custeio dos trabalhos agrícolas". (SUDENE: 1967, p. 23)

A Tabela 16 demonstra como a comercialização agrícola continua a ser uma atividade pouco expressiva no cooperativismo rural nordestino. Apenas 10 por cento dos associados da amostra entregam sua produção à cooperativa. Note-se que estão incluídas na amostra todas as cooperativas beneficiadas pelo programa de assistência financeira da SUDENE, operacionalizado justamente com o objetivo declarado de enfatizar a comercialização cooperativa. De seis linhas de crédito do

Tabela 15. Composição dos Empréstimos das Cooperativas Agropecuárias e de Crédito, 1969/1971

Tipos de Empréstimos	Composição dos Empréstimos das Cooperativas					
	Agropecuárias (%)			De Crédito (%)		
	1969	1970	1971	1969	1970	1971
Entressafra	77,3	79,8	80,4	59,3	71,9	100,0
Melhoramentos	9,3	12,0	9,5	29,7	8,7	-
Aquisição de adubos	-	-	6,4	-	-	-
Compra de animais	12,7	7,1	3,2	11,0	19,4	-
Compra de equipamentos	0,7	1,1	0,5	-	-	-

Fonte: IJNPS (1974 - Relatório Econômico)

Tabela 16. Número e Porcentagem do Destino da Produção dos Cooperados, Segundo Níveis de Renda Familiar Mensal

Liar Mensal

Destino da Produção	Entregue para Cooperativa		Comércio		Consumo Próprio		Outros		NÃO tem Produção		NÃO Declarado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Renda Cr\$														
0 - 199	9	10,2	37	42,1	13	14,8	2	2,2	10	11,4	17	19,3	88	100,0
200 - 499	12	7,5	67	41,9	36	22,5	5	3,1	24	15,0	16	10,0	160	100,0
500 - 999	31	16,1	77	39,8	32	16,6	7	5,3	28	14,5	18	9,3	193	100,0
1000 - 1999	16	8,6	77	41,4	33	17,7	11	8,5	28	15,0	20	10,8	186	100,0
2000 - 2999	10	11,8	32	37,6	21	24,7	10	11,8	12	14,1	-	-	85	100,0
3000 - 4999	11	13,2	40	48,2	13	15,7	5	6,0	8	9,7	6	7,2	83	100,0
5000 - 9999	5	11,9	20	47,6	4	9,5	2	4,8	7	16,7	4	9,5	42	100,0
10000 e +	-	-	4	26,6	3	20,0	1	6,7	1	6,7	6	40,0	15	100,0
NÃO declarada	3	3,2	33	34,8	12	12,6	9	9,4	9	9,5	29	30,5	95	100,0
Total	97	10,2	387	40,8	167	17,6	35	5,9	127	13,4	116	12,2	947	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IJNPS (1974 - Análise Sociológica)

referido projeto, quatro se destinavam à utilização direta por parte das cooperativas, sendo uma delas de "financiamento para a formação de capital de giro e comercialização". (SUDENE: 1967, p.26)

A Tabela 17, construída para tabular o meio de transporte utilizado pelas cooperativas para escoarem a produção recebida de seus associados, apresenta o número exato de cooperativas da amostra que participam da atividade vendas em comum. Exatamente 60,3% das cooperativas comercializam contra 39,7% que não o fazem, 44 e 29 cooperativas, respectivamente, em relação ao total de 73.

As percentagens calculadas a partir dos dados da Tabela parecem indicar que, afinal, se mais de sessenta por cento das cooperativas da amostra comercializam a produção de seus associados, a situação se encaminha para os objetivos desejados pelo II PNC.

Examinando entretanto a Tabela 18 - referente à composição das compras e vendas, e onde são discriminados os produtos comercializados cooperativamente - veremos como as cooperativas refletem interesses de classe no quadro de uma economia voltada para o mercado externo. É nítido o contraste entre os percentuais da agricultura dos pequenos produtores, feijão e milho, sobretudo, a mandioca nem sendo citada, e as culturas dos grandes produtores, algodão e cacau. Cabe notar que não foram incluídas na amostra as cooperativas dos plantadores e usineiros de cana-de-açúcar, o que tornaria o contraste mais gritante ainda.

Tabela 17. Meio de Transporte Utilizado para Escoamento da Produção, por Tipo de Cooperativa

Tipo de Cooperativa	Meio de Transporte						
	Rodoviário		Ferroviário		Marítimo		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Agropecuária	34	87,1	1	100,0	4	100,0	39 88,6
Avicultura	1	2,6	-	-	-	-	1 2,3
Colonização	1	2,6	-	-	-	-	1 2,3
Pesca	3	7,7	-	-	-	-	3 6,8
Total	39	100,0	1	100,0	4	100,0	44 100,0

Fonte: IJNPS (1974 - Análise Sociológica)

Tabela 18. Composição das Compras e das Vendas das Cooperativas Agropecuárias, 1969/1971

Produtos	Composição das compras(%)			Composição das vendas(%)		
	1969	1970	1971	1969	1970	1971
1. Agrícolas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Feijão	0,3	-	0,8	0,3	-	0,7
Arroz	7,4	1,0	1,0	6,8	0,7	0,5
Milho	1,9	0,3	0,4	2,7	0,2	0,2
Algodão	-	2,3	8,1	-	-	0,9
Cacau	-	73,2	53,3	-	74,5	77,1
Mamona	3,2	-	0,2	2,7	-	0,1
Fumo	79,3	18,2	31,0	78,8	18,3	17,0
Outros	7,9	5,0	5,2	8,7	6,3	3,5
2. Pecuária e derivados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Leite	-	78,1	99,3	-	46,7	29,2
Ovos	-	-	0,7	-	41,7	70,8
Bovinos	100,0	21,9	-	100,0	11,6	-
3. Industriais*	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Algodão	100,0	75,8	74,4	100,0	49,0	48,4
Outros	-	24,2	25,6	-	51,8**	51,6

* Neste item foram considerados produtos que a cooperativa adquire para beneficiamento.

** A partir deste ano torna-se significativa a venda de caroço e dos subprodutos de algodão. O percentual de participação de ambos é de 32,4% em 1970. Em 1971 este valor é de 22,9%.

Fonte: IJNPS (1974 - Relatório Econômico)

Entre os produtos que se destacam na Tabela 18 cabe fazer uma observação sobre o fumo, cuja maior produção provém de uma cooperativa de colonização sergipana. Trata-se de produção de pequenos agricultores organizados cooperativamente. Esta exceção entretanto apenas confirma a regra e em dois sentidos. Primeiro, apesar do percentual referente à comercialização do fumo ser nitidamente superior ao dos demais produtos agrícolas, é extremamente inferior ao percentual da comercialização do cacau. Em segundo lugar, a expressividade da comercialização do fumo decorre justamente da cooperativa destes pequenos produtores não apresentar a contradição de interesses de classes resultante da existência de vários estratos sociais, como costumam apresentar as cooperativas de serviços, chamadas agropecuárias. Esta cooperativa de fumicultores é realmente uma cooperativa de produção, organizada a partir de um projeto de loteamento que conseguiu uma integração econômica e comunitária de seus membros. Trata-se de um exemplo de uma cooperativa bem sucedida, econômica, financeira e socialmente. Este êxito pressupõe entretanto, a nosso ver, a existência de determinadas condições sociológicas, condições estas não apenas propiciadas pelo planejamento mas também por determinadas circunstâncias históricas que não cabe analisar aqui, pois cairíamos no estudo de caso.

Face aos dados analisados neste capítulo, que tipos de sugestões poderíamos formular com vistas a "evitar o açodamento do produtor em desfazer-se do produto para o intermediário"?, utilizando as palavras do II PND. (p. 44) Voltamos ao problema - que constitui quase um im-

passa - dos problemas internos e externos. Aqueles referidos ao pro seguimento da expansão, os segundos dizem respeito a mudanças de natureza sócio-política. Mas de que expansão se trata? Não é o caso de saber a quem beneficiaria, mas se ela chega mesmo a existir.

O Relatório Econômico do INPS conclui que "de uma maneira ge ral, o sistema cooperativista do Nordeste requer uma atuação mais eficiente e dinâmica". (p.5) Caberia concluir então como fazem muitos, que a inadequação está no próprio modelo cooperativo, bom para outras culturas e outros povos de tradições comunitárias etc., mas não adequado à nossa cultura "individualista"? Esta observação apresenta inte resse até o momento em que não passa a confundir o substrato cultural com as idiossincrasias individuais. A argumentação inicia-se com a re ferência aos condicionamentos culturais e finaliza apresentando os a tores individuais como os únicos elementos do que se referiu como cul tura...

A uma conclusão cremos poder chegar. Os dados apresentaram um cooperativismo avesso aos objetivos comumente proclamados nos planos re gionais e nacionais de desenvolvimento, no que tange à expansão de as sistência técnica, à utilização do crédito para investimentos, à co mercialização agrícola, à distribuição da renda e ao exercício da par ticipação democrática. Diante disto, nova pergunta surge: inadequado o co operativismo ou os planos são um mero biombo ideológico proclamando bus car objetivos que se sabe de antemão inalcançáveis dentro das estru turas sócio-políticas vigentes? Cremos que a resposta a uma tal pergun-

ta só terá sentido em termos da práxis...

À luz dos dados analisados e consciente das questões em aberto que colocamos, acreditamos poder sugerir se não medidas propriamente ditas, ao menos preocupações a serem levadas em conta no planejamento de um cooperativismo que busque no mínimo os objetivos fixados no II PND.

A primeira preocupação diz respeito a não se minimizar - em nome da suposta eficácia e objetividade em si dos diagnósticos e projetos técnicos - a importância das estruturas locais de poder, refratárias a inovações que impliquem em redistribuição de sua área de influência. Cremos ter sido demonstrada a importância deste tipo de problema no decorrer desta Dissertação, sobretudo neste capítulo, o que é objeto de preocupações por parte de especialistas e pesquisadores com larga experiência de trabalho e estudo na América Latina. "A experiência prática e as últimas pesquisas de campo realizadas deveriam contribuir para que os programas contivessem uma avaliação mais realista das estruturas locais de poder, a fim de evitar que os mesmos caiam sob o poder de influência das mesmas". (ONU: 1969, p.301)

Convém honestamente reconhecer, entretanto, que nem sempre é fácil "isolar" as "estruturas locais de poder". Pode-se mesmo afirmar que em determinadas circunstâncias históricas estas estruturas transcendem o nível local, confundindo-se, e aos seus interesses, com outras instâncias a nível de sociedade global.

Outra preocupação se refere ao descompasso existente entre os

altos objetivos proclamados nos planos e a alienação dos que seriam os principais interessados na operacionalização dos mesmos.

LEWIN (1974, p. 96) analisando os planos brasileiros de desenvolvimento econômico, assinala que "Embora todos os planos, em suas justificativas, realcem nuclearmente seus objetivos no progresso econômico do país e o bem estar de toda a coletividade nacional, principalmente os das camadas de baixas rendas, verifica-se concretamente que o cidadão marginal, em nome de quem se fala, sequer toma conhecimento do conteúdo das medidas propostas para a sua "reintegração na sociedade civil", devido a um quadro geral de baixa informação política".

Estamos pois diante do problema da participação que, se bem possa apresentar níveis relativamente autônomos dentro de uma mesma sociedade, são na realidade interdependentes, sobretudo quando se trata de participação na esfera econômica, como é o caso do cooperativismo.

KOWARICK (1970, p.81), define o planejamento como "uma ação que está contida dentro da esfera das decisões políticas". Esta definição é importante porque vai além das aparências "técnicas" do planejamento, situando-o no contexto das especificidades históricas e culturais. Assim, no que se refere ao atual momento brasileiro, KOWARICK assinala o caráter de nosso sistema político como "autoritário de caráter não mobilizador". (p. 83) Este contexto sócio-político condiciona a natureza do planejamento adotado: "O estilo deste planejamento é de cunho tecnocrático cujas opções tendem a excluir as aspirações que

decorrem da dinâmica de participação popular e a ganhar uma lógica em que a funcionalidade do sistema econômico passa a ser uma espécie de "deus ex machina", uma espécie de entidade neutra que provocaria por definição o progresso e o bem-estar comum, como se a técnica pudesse fornecer critérios de maximização que servissem para a coletividade no seu conjunto, ou ainda, como se a sociedade fosse uma totalidade destituída de classes e interesses sociais díspares e muitas vezes antagônicos". (p.83)

Dado o quadro atual do cooperativismo rural nordestino - ineficiente economicamente e opressor socialmente - o mesmo é disfuncional inclusive para os propósitos modernizadores de nosso planejamento nacional tecnocrático. Cremos que a mobilização participante a nível das cooperativas nordestinas poderia superar o descompasso existente entre os objetivos do II PND e o setor cooperativo nordestino. Esta mobilização entretanto, se acha automaticamente inibida pelo nosso atual regime político autoritário. (1)

NOTAS

- (1) KOWARICK (1970, p. 96, nota 24) citando COSER (1967, p. 254-5), as sim define o "Estado Autoritário": "Pode-se dizer que o modelo autoritário fica a meio caminho entre o modelo totalitário e o liberal. Enquanto a sociedade totalitária suprime todas as formas de organização autônoma e todas as fontes independentes de informação,

o regime autoritário suprime a oposição organizada e a crítica pública. Enquanto a sociedade liberal protege a autonomia das várias ordens institucionais, a sociedade autoritária limita e confina as atividades dentro destas ordens, mas não procura controlá-las completamente. Enquanto as sociedades totalitárias suprimem todos os conflitos entre as partes componentes da estrutura social, a sociedade autoritária canaliza e desvia tais conflitos, sem no entanto eliminá-los totalmente. (...) Nas sociedades autoritárias a ordem militar é de certa forma independente da ordem política; pode mesmo tender a dominá-la. Enquanto as sociedades totalitárias têm "exércitos politizados", as sociedades autoritárias frequentemente têm uma "política militarizada". (...) Distintas das sociedades liberais, as ordens não-políticas não possuem as imunidades costumeiras em relação ao exercício da vontade política, mas não estão inteiramente destituídas de poder".

CAPÍTULO VI
A PROGRAMAÇÃO DE COOPERATIVISMO
DA SUDENE

Tentaremos neste capítulo fazer um balanço crítico da progrmação de cooperativismo da SUDENE ao longo de pouco mais de uma década. Não se trata de uma avaliação no sentido rigoroso do termo, pois isto implicaria numa pesquisa específica e poderia ser mesmo objeto de uma Dissertação de Mestrado. Apenas, lançando mão de dados secundários e sobretudo de nossa vivência quotidiana na Divisão de Organização Agrária (hoje de Projetos Integrados de Desenvolvimento Agrícola), faremos algumas reflexões sobre dita programação em relação às abordagens idealista ou doutrinária, pragmática e sociológica do cooperativismo. Antes porém de passarmos a tal balanço, julgamos dever esclarecer que a análise será necessariamente limitada pela nosa posição na divisão de trabalho existente na SUDENE. Em termos concretos, nossa experiência direta diz respeito sobretudo ao setor de "assistência técnica educacional", sendo o contato com outros setores, como "assistência administrativa" ou "assistência financeira", apenas indireto, dadas as separações burocráticas internas existentes na Divisão de Organização Agrária. Como entretanto esta divisão do trabalho ocorria dentro de uma mesma unidade de programação, as tendências centrífugas das Seções de que se compunha a Divisão eram compensadas intermitentemente pela tendência centrípeta desta última.

Apesar de pretendermos analisar a programação da SUDENE em função das perspectivas doutrinária, pragmática e sociológica do cooperativismo, não se trata de modo algum de rotular tal ou tal programa ou projeto de doutrinário, pragmático ou informado pela perspectiva

sociológica. Isto poderá ser feito ocasionalmente, mas, o fundamental é captar cada uma das perspectivas in flux, isto é, como atividades que em si são apenas técnicas, são orientadas por valorações pragmáticas, por exemplo, sem que isto ocorra como uma necessidade intrínseca da atividade ou projeto. Queremos dizer com isso, verbi gratia, que um projeto de crédito rural pode estar informado por uma perspectiva pragmática, isto ocorrendo não por ser o crédito rural um campo de ação "prática", mas pelo fato dos técnicos envolvidos neste tipo de atividade via de regra não reconhecerem os problemas de ordem sociológica, desdenhosamente classificados de "teóricos".

Um trecho do Projeto de crédito rural citado anteriormente (SU DENE: 1967, p. 26) esclarecerá melhor a oposição das duas perspectivas. Definindo os tipos de beneficiários do projeto, que compreendia financiamentos a cooperativas e a cooperados, é explicitado em relação a estes últimos: "(...) a aplicação dos recursos à utilização direta pelos agricultores-cooperados será feita tendo em vista a capacidade atual ou potencial dos mutuários em produzirem além do nível de subsistência, não contemplando produtores marginais ou submarginais, que deverão ser assistidos com recursos das próprias cooperativas ou de outras fontes de crédito". (Grifo nosso). Por este trecho vemos como se coloca cruamente a exclusão de determinados estratos sociais, inferiores obviamente, de possíveis benefícios advindos para as cooperativas de um aparelho estatal de planejamento. O projeto em pauta não questiona o marginalismo, apenas o constata para transferir "o proble

ma" para outras esferas, as próprias cooperativas inclusive, carentes de recursos financeiros de acordo com o diagnóstico do projeto. Ademais, alia-se o adjetivo marginal à produção de subsistência, sem se atentar para as ligações estruturais existentes em termos de categorias de produtos.

O mesmo trecho também coloca o problema de se considerar ou não, o cooperativismo como instrumento de mudanças sociais. A posição assumida demonstra que se encara o crédito rural de maneira puramente seletiva, adequada talvez aos correntes critérios bancários, mas, exatamente por isso, inadequada aos propósitos proclamados de um desenvolvimento que se quer voltado para os estratos inferiores. Paradoxalmente, mas apenas nas aparências, o mesmo projeto revela preocupações com os estratos inferiores da sociedade rural. É reconhecido na introdução: "O cooperativismo rural, no Nordeste, apesar dos esforços dispendidos, não tem experimentado progresso satisfatório na marcha para a consecução de seu objetivo primordial, que é a defesa sócio-econômica dos pequenos e médios produtores". Idem (p.23) Noutro trecho, como se não houvesse nenhuma identidade entre "produtores marginais e submarginais" e "produtores pequenos e médios", é definido que "O Projeto objetiva (...) amenizar as distorções do mecanismo de oferta e procura dos produtos agrícolas básicos da Região, através da concentração da oferta pelas Cooperativas, como forma hábil e eficaz de propiciar uma efetiva garantia de preço justo aos pequenos e médios produtores". Idem, (p. 26) Estes trechos nos revelam como,

utilizando a perspectiva de FERNANDES (1974) e de LEWTIN (1974), justifica-se o emprego de recursos públicos para os estratos sociais menos necessitados, embora apresentando-se os estratos inferiores como os destinatários finais das políticas de desenvolvimento. Até aqui nos limitamos a criticar aspectos do projeto em termos de sua redação. Voltaremos a criticá-lo na sua operacionalização.

Retornemos entretanto às três perspectivas de abordagem do cooperativismo. A sociológica é bastante óbvia... para os sociólogos. Com efeito, falar-se de abordagem sociológica do cooperativismo para um sociólogo que nunca trabalhou com cooperativas, pode parecer até deixar de tratar de cooperativismo, vendo apenas um tópico de pesquisa ou sociologia aplicada. Entretanto, num organismo de planejamento onde o sociólogo costuma ser uma "avis rara", onde o enfoque econômico-financeiro é o predominante e, além de tudo, o objeto de planejamento, o cooperativismo, possui uma carga ideológica fortíssima (doutrinária), o enfoque sociológico constitui um verdadeiro repto à falsa dicotomia da "teoria e prática" do cooperativismo. Há dez anos atrás, mesmo num organismo técnico e inovador como a SUDENE, o cooperativismo era encarado e debatido através do complacente casamento das perspectivas doutrinária e pragmática. À doutrinária correspondia "a teoria" e à pragmática correspondia "a prática". Dissemos complacente casamento porque se tratava da justaposição das duas perspectivas, que malgrado juntas eram estanques. Esta justaposição se dava na elaboração dos diagnósticos técnicos, nos currículos dos treinamentos para o setor cooperativo,

nas reuniões entre os técnicos etc., onde a "teoria" servia para dar o tom "social" a projetos técnicos como o de crédito há pouco referido. Mas, justamente porque a "teoria", dizia respeito a um corpo de princípios abstratos, sem referência a situações históricas e de classe, não interferia com a "prática", não a enriquecia nem a contestava. Daí termos afirmado que as duas perspectivas apesar de justapostas são estranhas. Isto não quer dizer entretanto que uma não seja funcional para a outra. Se a "teoria" justificava a perspectiva pragmática, pois esse pragmatismo se concretizava em estruturas jurídicas cooperativas, por outro lado, a "prática" malgrado independente, tornava prestigiada a "teoria" que se via como operacionalizada, embora só o fosse aparentemente. Ademais, como a "teoria" significava um corpo doutrinário de tradição firmada, os seus arautos eram naturalmente envolvidos pelo respeito devido aos guardiães da tradição... uma tradição escrita, mas nem por isso menos tradição, que se transpunha para um órgão protótipo de renovação, no início da década de 60, como foi a SUDENE. Naturalmente a introdução da perspectiva sociológica constituía, entre outras coisas, literalmente, "um desrespeito aos mais velhos", além de apresentar ares de heresia.

É fácil ver-se como essa constitui verdadeira cunha. Não apenas entre a justaposição das duas outras, como também em relação a cada uma delas isoladamente. Quanto ao anterior casamento das perspectivas doutrinária e pragmática, a sociológica desfez o isolamento funcional existente entre "teoria" e "prática". Para a perspectiva sociológica

não bastava a "profissão de fé" nos princípios dos Pioneiros de Rochdale nem a formalização jurídica da empresa cooperativa, para caracterizar um grupo cooperativo. Para a perspectiva sociológica existiam classes e estratos sociais (coisas muito óbvias talvez para um sociólogo) dentro e condicionando as cooperativas. Estas obviedades entretanto eram indiferentes para os pragmáticos que encaravam a sociedade de uma ótica darwinista, sendo-lhes bastante o fornecimento de "assistência técnica e financeira" para "comprovar" a eficiência dos mais aptos, fazendo uma fé infinita no efeito multiplicador dos investimentos... Tampouco para os doutrinários a existência de uma estratificação social dentro das cooperativas era importante. Em princípio não existia. A "neutralidade política, religiosa, racial e social", "um homem, um voto", a cooperativa é uma "sociedade de pessoas e não de capital", etc. etc., todos estes belos princípios fixados como verdades indiscutíveis em Congressos, treinamentos, folhetos, cartazes, campanhas, etc., são a própria negação das desigualdades circundantes. Para esses "teóricos" as cooperativas seriam como oásis de confraternização econômica e política numa sociedade competitiva, hostil e egoísta. Basta apenas um pouco de tempo e mais eficiência - e para isso são úteis os pragmáticos - para que a sociedade vá se metamorfoseando, de dentro para fora, das partes para o todo, de sociedade competitiva em sociedade cooperativa. E, mesmo quando se elimina esta perspectiva globalizante na abordagem doutrinária, isto apenas significa que se passa a considerar o simples funcionamento de unidades cooperativas, independentemente dos

estratos a que sirvam, como a realização mesma dos princípios doutrinários.

Dai porque insistimos que se certas caracterizações sociológicas das cooperativas, como a constatação da existência de uma estratificação social dentro delas, podem refletir o evidente, não é tanto assim num órgão de planejamento como a SUDENE, com técnicos das mais variadas formações, que ademais encontraram um cômodo sucedâneo para a análise sociológica: a doutrina cooperativa.

Passemos agora a examinar alguns dos pressupostos da programação da SUDENE. Em trabalho de cunho indiscutivelmente pioneiro, elaborou aquele órgão de desenvolvimento, em 1966, documento definindo uma política de intervenção, documento este que foi posteriormente objeto de debate e sugestões por parte de outros órgãos atuantes na região, como a ANCAR, os DACs, Bancos oficiais, etc. (LOPES: 1969). Na introdução do trabalho é traçado um diagnóstico global do cooperativismo no Nordeste, alinhando-se os principais problemas como segue:

- "I - falta de compreensão exata do papel das cooperativas no contexto da economia nordestina;
- II - inexistência de um programa integrado de ação que abranja as reais necessidades das cooperativas;
- III - falta de entrosamento entre os órgãos que, direta ou indiretamente, atuam no sistema;

- IV - desaparelhamento material e humano dos Departamentos Estaduais de Assistência ao Cooperativismo (DACs), face à escassez dos recursos orçamentários, principalmente os destinados ao pagamento do pessoal técnico;
- V - deficiente política de crédito, por parte da maioria dos Bancos Oficiais, que atinge as cooperativas, quase sempre, com o financiamento anual de custeio, não permitindo, assim, possam essas sociedades ter o mínimo de estrutura e serviços necessários ao ingresso na faixa da comercialização;
- VI - carência de pessoal técnico especializado nos órgãos públicos e nas cooperativas, para as múltiplas atividades necessárias ao desenvolvimento do sistema;
- VII - desconhecimento, por parte dos associados das cooperativas, da importância de suas respectivas associações, na vida da comunidade onde se situam;
- VIII - inflexibilidade e superação da legislação vigente, face à realidade do cooperativismo brasileiro, agravada pela inexistência de uma objetiva delimitação das atribuições dos vários órgãos que, atualmente, legislam no setor." Idem, (p. 83)

A enumeração dos problemas indicados requer alguns comentários. Assim, o problema apontado no item I reflete o papel marginal do cooperativismo na economia da região, a "falta de compreensão" apontada não sendo senão um reflexo desta posição secundária, conforme já foi assinalado

no Capítulo I.

Note-se que com exceção do item VII, todos os problemas do cooperativismo regional são identificados no nível da superestrutura. Os problemas das cooperativas estão na falta de entrosamento entre os órgãos de assistência e fiscalização, no desaparelhamento humano e material dos órgãos delegados (os DACs), na política de crédito dos Bancos, na carência de pessoal técnico e finalmente na legislação existente. Nenhuma referência às cooperativas em si, à estrutura de classes subjacente. Mesmo no item VII, a atribuição dos problemas quando referida às cooperativas, se situa apenas no nível dos associados, em nenhum momento as lideranças cooperativas tradicionais (as Diretórias) são contestadas. Vemos neste diagnóstico a influência das duas perspectivas, a pragmática e a doutrinária. O peso dado ao papel da superestrutura no condicionamento dos problemas reflete uma visão tecnocrática, típica do pragmatismo.

Deixa-se de encarar o marginalismo do setor cooperativo dentro da estrutura global do capitalismo dependente, ignorando-se que o desaparelhamento de órgãos como os DACs, as deficiências da política oficial de crédito etc., já refletem o próprio marginalismo do setor dentro da sociedade global. Por outro lado, a perspectiva doutrinária reflete-se na ênfase dada à "ignorância" dos cooperados, falta-lhes não a possibilidade de participação, mas a informação sobre "a importância de suas respectivas associações". É típico da perspectiva dou-

trinária privilegiar a informação em detrimento da formação, a propaganda em detrimento da análise. Ora, ficou bastante evidente pela análise que fizemos dos dados da pesquisa do IJNPS, que o que menos falta aos cooperados é informação, eles as têm até bastante, chegando mesmo a reservar-se em dá-las aos entrevistadores. Curioso como o diagnóstico enfatizando a "ignorância" dos cooperados, endossa antecipadamente a "tendência à subestimação" por parte dos dirigentes em relação aos cooperados, constatada pela pesquisa do IJNPS.

O destaque dado à propaganda em oposição ao debate e crítica, determinou que escrevêssemos na "Apresentação" do n.º 1 de Cooperativismo & Nordeste: "O sentido novo da presente revista está no seu caráter formativo; ela não visa a "propaganda", que aliena, mas a divulgação que participe". (SUDENE: 1966, p. 3)

Foi sobretudo no campo da "assistência educacional" (publicações, treinamentos, trabalho junto a comunidades e convênios específicos) que se confrontaram as perspectivas doutrinária e sociológica. A substituição da disciplina tradicionalmente dada em treinamentos, de "Doutrina Cooperativa" pela de "História e sociologia do cooperativismo", constitui um dos aspectos dessa confrontação. Por outro lado, muitos milhares de cruzeiros foram gastos com Agências de Publicidade privadas das capitais nordestinas para a confecção de "jingles", a serem transmitidos - também muito se pagando - pelas emissoras de rádio. Discos com marchas "patrióticas e cooperativistas" também foram gravados, tudo isto no quadro de convênios com os DACs. Programas radiofônicos

também foram financiados alardeando aos quatro ventos a "atuação" dos convênios SUDENE/DACs. Milhares de folhetos e alguns Boletins, estes últimos editados pelos DACs, foram impressos chegando a confundirem-se a "divulgação e propaganda" da Doutrina Cooperativa e a dos órgãos financiadores desta duvidosa "educação". Isto nos leva a concluir que a propaganda da Doutrina Cooperativa - por ser uma mensagem de sentido único - tornava-se funcional para os tecnocratas e dirigentes de cooperativas, na medida em que não deixava margens à reflexão e à resposta.

A nível de trabalhos junto às comunidades também se confrontaram as perspectivas doutrinária e sociológica. No quadro dos convênios com os DACs foram instituídos Cursos Populares de Cooperativismo, estilo comício-relâmpago, consistindo na realização de palestras, em determinado dia e sede de cooperativa, por parte dos técnicos dos DACs. O próprio título do "curso", "popular", já indica o casamento das perspectivas doutrinária e pragmática. O curso era "popular" em dois sentidos, primeiro (visão tecnocrático-pragmática-paternalista) porque se pretendia não-sofisticado, mas apenas divulgador, os técnicos levando a mensagem, sempre em sentido único, a um "auditório". Em segundo lugar, o curso era "popular" - visão doutrinária, porque se destinava de maneira indiferenciada não apenas aos cooperados em si já considerados como uma massa homogênea mas ao "povo da cidade", estudantes, funcionários públicos, comerciantes, políticos, simples curiosos, etc. Neste nível didático, geográfico e social terminava a educação cooperativa de cunho doutrinário. Didático no que diz respeito ao sentido único da

mensagem, os "debates" tendo um caráter meramente formal de algumas perguntas depois de uma conferência. Geográfico pelo fato destas palestras, se bem que realizadas em "dias de feira", se limitavam ao núcleo urbano dos municípios. Social no que se refere à busca expressa de um auditório onde as pessoas de categorias sociais diferentes se confundiam fisicamente, mas nem por isso perdendo suas especificidades e motivações próprias.

Um trabalho junto a comunidades, informado pela perspectiva sociológica, foi o tratado em trabalho anterior nosso (RIOS: 1975) sobre o convênio SUDENE/MEB-PI (Movimento de Educação de Base do Estado do Piauí). Nos três níveis acima referidos se distinguiu este tipo de intervenção dos Cursos Populares de Cooperativismo. No nível chamado por assim dizer de didático, "a intenção do convênio era realizar um programa de educação cooperativa que fugisse à tradicional e pouco comunicativa propaganda da "doutrina cooperativa". Importava identificar e trabalhar líderes, ao invés de desperdiçar escassos recursos financeiros e humanos na divulgação de "slogans". A metodologia habitualmente empregada pelo MEB se caracteriza pelo seu caráter antipaternalista, isto é, leva os envolvidos no processo a tomarem suas próprias decisões e tentarem resolver seus problemas. Outra característica da metodologia educacional do MEB é a ênfase dada ao caráter grupal das reflexões e decisões. É da combinação destas duas características, autonomia e espírito de grupo, que surge o que chamaríamos de a "estratégia pré-cooperativa", pois nem as cooperativas estabe

lecidas favoreciam - via de regra - o desempenho de papéis autônomos por parte dos cooperados, nem interessava ao MEB trabalhar ao nível de promoção individual". (Idem, p. 829).

Ainda sobre a metodologia de trabalho adotada neste convênio escrevemos no artigo citado: "(...) o MEB realiza primeiramente treinamentos com elementos escolhidos pela própria comunidade. A partir da realidade de cada comunidade são elaborados planos de trabalho com os participantes que, ao retornarem, procuram seus vizinhos e companheiros de trabalho para executarem o planejado. Posteriormente, o MEB promove encontros na própria comunidade, onde são discutidos os problemas de realização dos planos. Essa a sistemática geral do trabalho".(Idem, p. 830).

Quanto ao aspecto de ordem geográfica, também nisto se diferenciava o trabalho do MEB daquele desenvolvido aleatoriamente pelos DACs: "(...) o MEB não se voltava para a comunidade como sede do município, mas trabalhava com comunidades específicas de pequenos agricultores, independentemente das divisões político-administrativas. Estas comunidades não eram trabalhadas isoladamente; constituíam apenas pontos concretos de referência na programação. Não apenas os técnicos do MEB trabalhavam simultaneamente com as várias comunidades, integrando um território de vários municípios limítrofes, mas também as várias comunidades, através de representantes escolhidos entre si, se confrontavam periodicamente em treinamentos, encontros, etc.". (Idem, p. 837).

Quanto ao tipo de categorias sociais visadas pelo convênio SUDENE/MEB-PI, o artigo citado revela em mais de um trecho que se trata de pequenos produtores. Naturalmente tal tipo de programa era objeto de reservas por parte dos pragmáticos, além de não se prestar à propaganda cooperativista do asfalto."(...) a própria iniciativa de operacionalizar um programa como o do MEB-PI encontrava resistências e preconceitos tipicamente tecnocráticos dentro da própria SUDENE. (...) o programa do MEB-PI contava antes com reticências e reservas do que com estímulo e interesse. Isto porque, dado um tipo de planejamento que põe grande ênfase na iniciativa econômica privada de grande escala, qualquer programa que privilegie o aspecto coletivo recebe uma valorização secundária, senão negativa". (Idem, p. 837) E ainda sobre o mesmo tipo de problema: "Cremos que certas reservas que este programa inspirava - feitas muitas vezes em nome da objetividade técnica - apenas refletiam as reservas, suspeições e valorações de cunho político. (...) Talvez o fato de o convênio SUDENE/MEB-PI lidar com agricultores de baixo "status" explique também a descrença de certos técnicos e órgãos em programas deste tipo, uma vez que estão mais habituados a lidar com agricultores de "status" elevado, nos quais se deposita uma fé irracional quanto à eficiência, o que é bem estranho por parte de profissionais que se reclamam da racionalidade". (Idem, p. 838).

Se no campo da "assistência técnica educacional" a perspectiva sociológica se opunha sobretudo à doutrinária, no campo da "assis-tência financeira" a oposição era à perspectiva pragmática. Já tecemos

algumas considerações sobre um projeto de crédito rural em que a SUDENE teve um papel de destaque no seu planejamento e operacionalização. Mas os nossos comentários anteriores se limitaram ao projeto propriamente dito, vejamos agora alguns aspectos de sua operacionalização. Repetimos aqui não estarmos fazendo uma avaliação global do mesmo, pois inclusive os dados que apresentaremos constituem um corte no tempo. Ademais, não pretendemos negar os muitos prováveis efeitos benéficos do mesmo em termos de investimentos realizados nas cooperativas, ampliação da infra-estrutura de comercialização, maior disponibilidade de capital de giro etc. Mas o nosso objetivo é apenas mostrar ^{certas} ~~cortes~~ limitações da abordagem pragmática do cooperativismo.

De acordo com o Relatório trimestral da SUDENE referente ao período outubro/dezembro de 1970 do convênio SUDENE/BID/BNB (Bancos Interamericano de Desenvolvimento e do Nordeste do Brasil), havia nesta época 41 cooperativas beneficiadas pelo projeto de assistência financeira. (URQUIZA: 1971)

As Tabelas 19 e 20 foram extraídas no citado relatório (p. 173 e 175, respectivamente). A Tabela 19 nos apresenta a distribuição de cooperativas beneficiadas por Estados, além do número de sócios beneficiados direta e indiretamente. A distinção entre sócios assistidos direta e indiretamente se deve à existência das seguintes linhas de crédito: 1) financiamento para aumento de capital; 2) financiamento para aquisição de material de revenda; 3) financiamento para formação de capital de giro e comercialização; 4) financiamento para

ra investimentos pelas cooperativas; 5) financiamento para custeio das atividades agropecuárias dos associados e 6) financiamento para investimentos nas propriedades rurais. Isto significa que as quatro primeiras linhas de crédito se destinavam às cooperativas, as duas últimas beneficiando diretamente cooperados.

A Tabela 20 nos apresenta a distribuição dos recursos financeiros por Estados e pelos dois grupos de linhas de crédito. A coluna "Repasse" diz respeito às linhas de crédito beneficiando diretamente os cooperados.

A Tabela 21 foi elaborada a partir das duas anteriores com o fito de confrontar os percentuais de cooperados beneficiados direta e indiretamente com os referentes aos recursos emprestados a cooperativas e a associados. A elaboração desta Tabela apresenta o interesse de visualizar e comparar melhor, pela agregação percentual, os dados das duas primeiras Tabelas. Com efeito, a Tabela 19 apresenta em números absolutos uma quantidade superior, mais de sete vezes, de associados beneficiados indiretamente. Ora, este dado isolado e, ademais, em números absolutos, pode dar uma idéia excessivamente otimista do projeto no sentido de que, é de se esperar que houvesse uma correspondência entre quantidade de associados beneficiados indiretamente e empréstimos para uso próprio das cooperativas e vice-versa. Na realidade isto não ocorre e a própria Tabela 20 já indica isto, embora sem visualizar como faz a Tabela 21, ao mostrar que o total de cruzeiros destinados ao "uso próprio das cooperativas" chega a ser inferior àque

le destinado ao repasse a associados.

Analisando a Tabela 21 temos três casos atípicos, Estados do Maranhão, do Piauí e de Sergipe. No caso de Piauí cem por cento dos associados foram beneficiados indiretamente, ocorrendo exatamente o contrário no caso de Sergipe. Quanto ao Maranhão, há uma correspondência proporcional entre o volume de recursos emprestados a associados e a quantidade de associados beneficiados diretamente. Ora, é exatamente esta correspondência que não se encontra nos restantes seis Estados, havendo uma desproporção gritante entre associados beneficiados diretamente e volume de recursos emprestados. Assim, no Ceará, 41,5% dos recursos foram destinados a apenas 4,5% dos associados. No total, 51% dos recursos beneficiaram 13% dos associados.

Esta distribuição desproporcional de recursos além de confirmar as observações já referidas neste Capítulo, de FERNANDES (1974) e de LEWIN (1974), se choca com o estabelecido no projeto (SUDENE: 1967, p. 29) no sentido de que 60% dos recursos deveriam ser utilizados diretamente pelas cooperativas. Em referência a esta diretriz, apenas três Estados (Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco), estão nela enquadrados, mas assim mesmo com 32% dos recursos beneficiando apenas 12% dos associados, caso do Rio Grande do Norte, e 34% dos recursos sendo emprestados a apenas 7% dos associados, em Pernambuco.

Dissemos que a perspectiva sociológica se chocava com a pragmática em referência à "assistência financeira", na medida em que questões como a que levantamos pela análise da Tabela 21 não se colocavam

Tabela 19. Cooperativas e Associados Beneficiados pelo Projeto SUDENE/BID/BNB por Estados. Posição em 31-12-70

Estados	Cooperativas Atendidas	Associados Beneficiados	
		Diretamente	Indiretamente
Marenhão	2	1.194	213
Piauí	1	-	530
Ceará	4	109	2.276
Rio Grande do Norte	7	241	1.759
Paraíba	10	767	4.829
Pernambuco	7	356	4.744
Alagoas	2	128	551
Sergipe	1	136	-
Bahia	7	299	6.677
Total	41	3.230	21.579

FONTE: Relatório Trimestral da SUDENE, referente ao período outubro/dezembro de 1970.

Tabela 20. Distribuição dos Recursos Contratados pelo Projeto SUDENE/BID/BNB, Segundo Finalidade do Crédito e por Estados. Posição em 31-12-70.

Estados	Uso Próprio das Cooperativas (Cr\$)	Repasse (Cr\$)		
		Total	Custeio	Semifixo
				Fixo
Maranhão	54.000	312.000	312.000	-
Piauí	80.000	-	-	-
Ceará	682.000	483.939	-	290.015
Rio Grande do Norte	902.000	427.000	17.000	36.000
Paraíba	526.010	1.415.400	-	907.540
Pernambuco	1.666.400	866.400	-	492.712
Alagoas	34.265	344.880	-	119.940
Sergipe	-	117.920	-	-
Bahia	852.000	1.054.000	-	889.044
Total	4.796.675	5.021.539	329.000	2.735.251
				1.957.288

Fonte: Relatório Trimestral da SUDENE, referente ao período outubro/dezembro de 1970.

Tabela 21. Distribuição Percentual, por Estados, dos Associados Beneficiados e Recursos Emprestados Através do Convênio SUDENE/BID/BNB. Posição em 31-12-70.

Estados	Associados Beneficiados			Recursos Emprestados		
	Direta- mente	Indireta- mente	Total	A Asso- ciados	A Coope- rativas	Total
Maranhão	84,9	15,1	100,0	85,3	14,7	100,0
Piauí	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0
Ceará	4,5	95,5	100,0	41,5	58,5	100,0
Rio Grande do Norte	12,0	88,0	100,0	32,1	67,9	100,0
Paraíba	17,7	86,3	100,0	73,0	27,0	100,0
Pernambuco	6,9	93,1	100,0	34,2	65,8	100,0
Alagoas	18,9	81,1	100,0	91,0	9,0	100,0
Sergipe	100,0	-	100,0	100,0	-	100,0
Bahia	4,3	95,7	100,0	55,3	44,7	100,0
Total	13,0	87,0	100,0	51,2	48,8	100,0

Fonte dos Dados Brutos: Relatório trimestral da SUDENE, referente ao período outubro/dezembro de 1970.

para os responsáveis por esse tipo de assistência técnica. Por outro lado, muito menos era colocado o problema da estratificação social dentro das cooperativas. Neste ponto a programação da SUDENE simplesmente aceitou como dado o tipo de líder "dono de cooperativa" existente, sendo selecionadas as cooperativas em função de critérios predominantemente bancários. Mesmo em termos de estrita eficiência empresarial estes critérios não se mostraram exatamente adequados, considerando-se a existência de cooperativas anteriormente assistidas pela SUDENE e encontradas fora de funcionamento, conforme demonstra o Apêndice 2. Note-se que neste Apêndice não estão incluídas as cooperativas beneficiadas pelo programa de assistência financeira e em séria crise de ordem administrativa e legal, algumas sob intervenção do INCRA.

A principal diferença entre as perspectivas sociológica e pragmática concretizava-se no diagnóstico de tais cooperativas em crise. Em outro trabalho nosso (RIOS: 1973, p. 324-6) assinalamos a distinção entre os dois tipos de diagnósticos: "O problema de nossas cooperativas é sobretudo "um problema de administração", sentenciam muitos técnicos pragmáticos, esquecidos que a ineficácia de muitas administrações de cooperativas é devida menos a uma incompetência técnica, do que à inexistência de interesses realmente convergentes. É fato bem conhecido, muitos "donos de cooperativas" serem refratários à assistência técnica sob pretexto de intervenção nos negócios da cooperativa. Afinal, o técnico é um elemento de fora, que vem trazendo uma metodologia de trabalho impessoal e inovadora e isso se conflita com a política paternalis-

ta e conservadora dos "donos de cooperativas". Já houve casos da própria cooperativa solicitar o afastamento do órgão técnico. Quando a situação não chega a esta atitude radical, são bem conhecidos os conflitos existentes entre o técnico e o líder vitalício da cooperativa. (...) Sensibilidade para o condicionamento sociológico do processo de cooperação, encontramos em trabalho do Coordenador Estadual do Programa de Cooperativismo da ANCAR/Bahia, (ARAÚJO: 1972, p. 55-6). Depois de reconhecer que uma cooperativa deve ser vista como instrumento de defesa dos pequenos produtores, tanto para a aquisição de insumos, como para colocação da produção no mercado, o autor também reconhece que "uma cooperativa vista por tal ângulo mantém interesses conflitantes com pessoas que controlam a oferta de insumos, e, principalmente, com aquelas que controlam a demanda de produtos agrícolas". Mas o autor reconhece que se esta posição da cooperativa, "como instrumento de modificação social", encontra resistências externas pela "oposição natural de parte das pessoas que são ameaçadas de perda de "status", existe a possibilidade de ocorrer resistência dentro da própria cooperativa por razões de uma estratificação social heterogênea. Diz o autor: "Presume-se que seja até certo ponto temerário, esperar-se que pessoas de classe social mais elevada, venham a desempenhar satisfatoriamente o papel de diretor de cooperativa de pequenos produtores. Isto porque a representatividade deriva, objetivamente, de níveis econômicos. E ainda, as contradições sociais falam mais alto que os sentimentos filantrópicos".

Concluindo este capítulo, queremos citar um fato que achamos bastante expressivo em termos da confrontação entre a perspectiva sociológica e a doutrinária ou propagandística. Depois de oito anos de circulação (o último número é de dezembro de 1973) foi extinta a revista especializada Cooperativismo & Nordeste, editada pela SUDENE, e que já contava com artigos de colaboradores ilustres, nacionais e estrangeiros, sobretudo na área de sociologia. Passou a ser editado, substitutivamente, o Boletim Cooperativista (SUDENE: 1974) tendo como "objetivo principal": "informar, a nível de associados, aspectos da doutrinação e legislação cooperativistas, além de técnicas agrícolas e insumos (sic) para culturas típicas da Região". (Grifo nosso). Um dos artigos publicados (URBANO: 1974, p. 12), sobre o cooperativismo sergipano, inicia-se com uma tirada ufanista e pseudo-antropológica mas que serve aos propósitos de uma propaganda idealista:

"Não fora a miscigenação, o brasileiro certamente teria sido uma raça por demais ensimesmada e pouco associativa. Logicamente, tal fato ocorreria se ele tivesse provindo tão somente dos autóctones, senhores insofismáveis da Terra de Santa Cruz, e que serviram apenas formalmente como substrato do que ele é hoje como povo, mercê da hibridéz decorrente das circunstâncias impostas pela sociedade colonial, imperial e republicana, cujo resultado está sendo sua projeção econômica, financeira e política, no mundo.

Conseqüentemente, ele não se tornou um povo socialmente recluso, economicamente inexpressivo, marginalizado financeiramente e po

liticamente insignificante. Tornou-se um povo comunicativo, com afirmações econômicas e financeiras, respeitado perante as grandes nações.

De norte a sul, de leste a oeste, o Brasil é um só, procurando cada vez mais se afirmar. Onde a preocupação insana pela positiva integração de tudo e de todos, em que o bem-estar comum é o grande ideal.

Exatamente, dentro deste espírito, é que o cooperativismo sergipano se desenrola”.

Noutro período (p.13), é lembrado que: "Talvez por ser pequeno e bem povoado, Sergipe tem seu povo comunicativo, prestativo e cordial. Existe, pois, o pressuposto para aquele associativismo, gerador do cooperativismo, que objetiva a conquista do bem-estar para todos”.

Não julgamos ser a abordagem sociológica uma panacéia para os problemas do cooperativismo nordestino, seria cair num lamentável "sociologismo", entretanto, ao menos seria evitada a divulgação alienante de banalidades sobre os condicionamentos deste mesmo cooperativismo.

CAPÍTULO VII

RESUMO E CONCLUSÕES

Resumo

Neste estudo do cooperativismo rural nordestino, sob o ângulo sociológico, procurou-se relacionar a estrutura social na qual ele se insere com os tipos predominantes de serviços econômicos prestados e com os principais beneficiários desses serviços, em termos de estratos sociais.

O problema de pesquisa foi sintetizado através das seguintes proposições:

- a) o cooperativismo rural nordestino em áreas não-monoculturas, a pesar de um certo tempo de implantação e de uma assistência governamental crescente, não se impõe como estrutura econômica ou como grupo de pressão;
- b) a principal atividade econômica destas cooperativas é o repasse de recursos bancários, a atividade menos comum é a de comercialização da produção de seus associados;
- c) este conjunto de cooperativas se situa em um contexto social caracterizado por uma estratificação social extremamente heterogênea que reflete uma estrutura de classes;
- d) dita estrutura de classes encontra sua demarcação econômica através da propriedade dos bens de produção, sobretudo a terra, e da coordenação do processo de comercialização.

objetivos:

- a) elaborar e testar hipóteses relacionando posição na estratificação social com participação na cooperativa. A posição na estratificação social foi a variável independente e a participa-

ção na cooperativa considerada como variável dependente;

- b) sugerir medidas - a nível sobretudo de planejamento - com vistas à funcionalidade do setor em termos de mudança social.
- c) realizar balanço crítico da Programação de Cooperativismo da SUDENE.

hipóteses:

- 1a. As cooperativas agrícolas nordestinas se caracterizam, sociologicamente, por apresentarem vários estratos sociais nos seus quadros de filiados. Referidos estratos são definidos em relação aos fatores propriedade da terra e renda fami-
liar mensal;
- 2a. A estratificação suposta na primeira hipótese se refletiria no organograma das cooperativas, sendo as Diretorias das mesmas constituídas por indivíduos pertencentes predominantemen-
te aos estratos superiores;
- 3a. Os associados pertencentes aos estratos inferiores tãndem a participar menos nas cooperativas;
- 4a. As relações entre os estratos superiores e inferiores são de modo geral relações de dominação/subordinação econômica, po-
lítica e social, tanto no nível interno das cooperativas co-
mo fora delas.

Os dados foram de uma pesquisa inédita efetuada pelo IJNPS e financiada pela SUDENE, entre 1972 e 1974, compreendendo cooperativas

distribuídas pelos nove Estados da área de atuação da SUDENE.

O fato de se procurar nesta Dissertação comprovar hipóteses com dados coletados para outros fins, e categorias teóricas distintas, trouxe limitações à análise.

A orientação teórica deste estudo baseou-se na análise conceitual de classes sociais e estratificação social (MARX e STAVENHAGEN) ideologia e utopia (MANNHEIM), participação (MEISTER, STAVENHAGEN e MO RAIS) e mudança social (FERNANDES).

A análise dos dados embora predominantemente qualitativa, ba seou-se também em análise tabular no exame de algumas hipóteses.

As principais verificações foram as seguintes:

Em relação à primeira hipótese:

1. Existe uma variada gama de regimes de ocupação da propriedade, indo da categoria "própria" a "não tem terras", além de parce ria, arrendamento e cessão de terras.
2. Os cooperados da amostra também apresentam uma forte estratificação no que diz respeito à distribuição da renda.

Em relação à segunda hipótese:

1. A medida que aumenta a renda, aumenta a possibilidade dos co operados serem escolhidos para cargos de direção.
2. O principal critério para escolha de dirigentes das Cooperati vas estudadas, foi de ordem econômico-financeira, indicador de estratificação social - (boa referência bancária e patrimô

nio para avaliar os empréstimos da Cooperativa).

3. No processo formal de escolha dos dirigentes, através de eleições, constatou-se haver por vezes um sistema de cooptação por parte dos diretores em exercício de mandato.

Em relação à terceira hipótese:

1. Constatou-se que à medida que aumenta a renda aumenta a frequência às eleições. Esta relação é explicada pelo fato dos sócios de renda mais alta operarem mais com as cooperativas e conseqüentemente se interessarem mais pelo preenchimento dos cargos eletivos.
2. Em termos de integralização de capital, observou-se que aos estratos inferiores de renda correspondem menores níveis de integralização, ocorrendo o inverso com os estratos superiores de renda.
3. Existe uma relação entre integralização de capital e área da propriedade.
4. No que se refere aos serviços prestados pelas cooperativas, constatou-se que o volume dos empréstimos varia de acordo com a renda de cada cooperado.
5. Os estratos de renda superiores tendem a receber maiores serviços das cooperativas no que diz respeito a assistência técnica e empréstimos de equipamentos. Por outro lado, os estratos de renda inferiores tendem a ser melhor aquinhoados no que diz respeito aos serviços de educação e saúde. Os servi-

ços de compras em comum, revenda, atingem indiscriminadamente todos os estratos de renda da amostra.

Em relação à quarta hipótese:

1. O tipo de liderança mais comumente encontrado à frente das cooperativas pesquisadas era idêntico ao tipo de liderança dominante no nível municipal. Isto é, os dirigentes das cooperativas são, via de regra, chefes políticos, pertencentes às famílias tradicionais do município, detentores de boa situação econômica e bem relacionados com os políticos dos centros urbanos maiores e das capitais.
2. Apesar de influentes, estes dirigentes de cooperativas não se dedicam integralmente a elas. Constatou-se um agudo absentismo nos dirigentes desse tipo. A cooperativa costuma representar para eles uma entre múltiplas atividades econômicas e políticas.
3. O tipo de dirigente de cooperativa mais comumente encontrado costuma considerar-se insubstituível, encarando a massa de cooperados como incapaz de compreender e assumir os problemas e o destino das respectivas cooperativas.

Em relação ao segundo objetivo desta Dissertação, foram examinados dados no que diz respeito às principais atividades econômicas exercidas pelas cooperativas, chegando-se às seguintes verificações:

1. Existe uma gradação quanto aos serviços prestados pelas cooperativas pesquisadas. Foi considerado mais vantajoso para os sócios o crédito, segue a atividade de revenda de insumos ou bens de consumo doméstico e finalmente a comercialização.

2. No tocante ao serviço de crédito, a linha predominante é a do crédito de entressafra em quase 80 por cento, para três anos consecutivos
3. Apenas 10 por cento dos cooperados da amostra declararam entregar sua produção à cooperativa.
4. Das cooperativas estudadas, 60 por cento delas ingressaram na faixa de comercialização.
5. Com exceção do fumo de corda, os produtos mais comercializados cooperativamente são aqueles ligados predominantemente aos grandes proprietários - algodão e cacau. As cooperativas de cana-de-açúcar não foram incluídas na pesquisa. Entre os produtos agrícolas menos comercializados cooperativamente estão o arroz, o milho e o feijão.

Foi sugerido levar-se em conta duas preocupações. Uma dizendo respeito a não se minimizar no planejamento a importância das estruturas locais de poder, refratárias a inovações que impliquem em redistribuição de sua área de influência. Outra referente ao papel fundamental da participação, no planejamento, se ele for efetivamente elaborado com vistas aos estratos inferiores da sociedade. Dita participação implica no debate e crítica, catalizadores de mobilização.

Conclusões

1. A utilização dos conceitos de classe social e de estratificação, em termos complementares, mostrou-se bastante útil, tanto descritiva como analiticamente, para captar aspectos da estrutura social na qual se insere o setor cooperativo nordestino.
2. Os conceitos de ideologia e utopia serviram para desvendar os interesses de classes subjacentes em determinadas circunstâncias - como no processo de escolha dos dirigentes de cooperativas - além de esclarecerem funções manifestas e latentes da Doutrina Cooperativa.
3. Participação revelou-se como conceito-chave para este estudo que constatou variar a participação na cooperativa de acordo com o "status" do associado, "status" esse definido em relação a uma situação de classe.
4. Pôs melhor a descoberto como certos benefícios propiciados pelas cooperativas têm mais servido aos estratos superiores da sociedade rural, aí incluindo-se os setores agro-exportadores. Devem-se contar entre esses benefícios os dividendos de ordem política e de prestígio auferidos por esses estratos, em geral à frente das cooperativas.
5. Inversamente, demonstrou que o cooperativismo rural nordestino tem sido mais um instrumento de controle do que de mudança social.

6. Se se considerar o planejamento como "uma ação que está contida dentro da esfera das decisões políticas", a adequação do setor cooperativo rural nordestino aos objetivos visados no II PND requer uma intervenção do Estado, no mínimo a nível dos circuitos de comercialização. Não se pode esperar que as cooperativas, inseridas na estrutura social descrita pela pesquisa, reajam espontaneamente, apenas com a administração de recursos financeiros e assistência técnica isolada. A experiência tem demonstrado que esta assistência técnica e financeira às unidades cooperativas tomadas isoladamente, mais tem resultado em reforço de velhas dominações do que em reorientação de atividades econômicas que beneficiem os produtores.

7. Julgamos que há um equívoco fundamental na maneira como costuma ser incrementado o cooperativismo. O mesmo costuma ser apresentado como "tábua de salvação econômica" de categorias de baixa renda, tais como pescadores artesanais, pequenos agricultores, artesãos, etc. O apelo à "solução" é operacionalizado por intermédio dos postulados da Doutrina Cooperativa, que reflete por sua vez uma ideologia liberal competitiva no sentido clássico do termo. Isto é, tudo se passa como se vivêssemos em uma economia de pequenas e médias unidades produtivas num regime de concorrência perfeita. Ora, os postulados da ideologia liberal clássica não são mais funcionais - se jamais o foram - para as condições econômicas do século XX, máxime em um país como o Brasil que tem a sua estrutura produtiva, tanto agrícola como industrial, fortemente condicionada pelos centros capitalistas hegemônicos. E aí está o equívoco, mas que não é um equívoco apenas "técnico", mas reflete justamente o papel do cooperativismo em geral utilizado pelas classes dominantes como paliativo econômico e "esperança honrosa" dos que não podem "competir individualmente". Foi nesse

sentido que falamos anteriormente de um "cooperativismo marginal", isto é, um cooperativismo pensado não como política econômica global do país, mas um cooperativismo para "remendar" as lacunas sociais e econômicas muito gritantes do sistema. Para isto a Doutrina Cooperativa é tremendamente funcional e portanto conservadora, pois, como fósil da ideologia liberal clássica, revestida ademais de um apelo "igualitário e humanista", dá a entender que na nossa época de multinacionais, de monopólios, de incentivos fiscais ao setor privado "individual", basta a união de alguns homens e centavos para "fazer a força". É verdade que sempre podem ser apontados "exemplos" de empresas cooperativas no setor canavieiro e cacauero, para ficarmos apenas no Nordeste, região objeto deste estudo. Entretanto não podem ser esquecidos três elementos que pesam na "eficiência" de tais cooperativas. Primeiro, o apoio técnico, financeiro e administrativo propiciado pelo Estado, inclusive na área da pesquisa agrônoma, a tais produtos de exportação, fonte de divisas para o país. O caráter de produtos nobres, porque pesam na pauta de exportações, constitui o segundo elemento a ter em conta na "eficiência" das cooperativas de tais produtos, sobretudo quando os preços são administrados e a produção escoada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. Neste caso, resta às cooperativas de usineiros e fornecedores de cana o papel mais de órgãos de classe, grupos de pressão, do que de empresas e, muito menos, competitivas. Finalmente, em terceiro lugar, a importância qualitativa e quantitativa do apoio estatal a tais culturas de exportação corresponde a uma situação de classe dominante dos agricultores de tais produtos. Em síntese, o cooperativismo serve de alibi para as classes dominantes. Os desprovidos de instrução formal, de condições mínimas de alimentação e saú-

de, de recursos financeiros e técnicos também podem competir, não "individualmente", é verdade, mas podem se unir para competir, se fracassam tudo se resume a um problema de relacionamento entre indivíduos. Fracassaram não por sua situação de classe desvantajosa, pela falta de acesso aos centros de decisão política e de controle dos instrumentos econômico-financeiros reguladores do mercado e preços de seus produtos, mas apenas porque como indivíduos "ignorantes e ineficientes" são incapazes de "cooperar".

Sugestões para próximas pesquisas

Na introdução deste trabalho insinuou-se a hipótese de que a inexpressiva comercialização cooperativa nordestina decorreria de contradições de interesses de classe dentro das mesmas, decorrendo suas deficiências operacionais mais visíveis daquelas contradições. Isto é, a produção dos minifundistas, parceiros, moradores, pequenos proprietários e arrendatários é de produtos - cereais, leguminosas e tubérculos, cuja comercialização escapa ao seu poder de decisão, dadas as relações de dependência face aos seus financiadores: grandes proprietários e comerciantes. Ora, se os grandes proprietários estiverem via de regra à frente das cooperativas, exercendo ademais a função de intermediários, é de se esperar que não lhes interesse a comercialização cooperativa dos produtos oriundos em grande parte dos minifundistas.

Apesar da existência de indícios, sobretudo na segunda parte do Capítulo V, confirmando a hipótese esboçada, não dispúnhamos de dados que realmente a comprovassem. Julgamos entretanto que permanece válida como sugestão para novos estudos, sobretudo pela importância do papel da comercialização agrícola no modelo cooperativo.

S U M M A R Y

This study of Brazil's northeastern rural cooperativism, under the sociological point of view, attempted to establish a relationship between the social structure in which it is inserted and the predominant types of economic services rendered and the main beneficiaries of these services, in terms of social strata.

Objectives

- a) to develop and test hypotheses correlating position in the social stratification to participation in the cooperative. Position in social stratification was the independent variable, and participation in cooperative was considered the dependent variable;
- b) to suggest procedures - mainly at the planning level - that aim to achieve functionality of the sector in terms of social change;
- c) to make a critical appraisal of SUDENE's cooperativism programming.

Data from an unpublished study conducted by the Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) and sponsored by the Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) during the period 1972/74, covering the cooperatives distributed throughout the nine states encompassed by the SUDENE program were utilized.

The theoretical orientation was based on the conceptual analysis of social classes and social stratification (MARX & STAVENHAGEN), ideology

and utopia (MANNHEIM), participation (MEISTER, STAVENHAGEN & MORAIS), and social change (FERNANDES).

Data analysis, although predominantly qualitative, was also based on tabular analysis, when examining some hypotheses.

Conclusions

1. There is a wide range of land tenure systems, ranging from "landowners" to "does not own land", in addition to sharecropping, renting and free used land. The cooperative members of the sample also show strong stratification with regard to income distribution.
2. The possibility of cooperative members being elected for management positions increases as income increases.
3. The higher income strata show a tendency to receive more technical assistance services and equipment loans from the cooperatives. On the other hand, the lower income strata receive more education and health services.
4. The leadership more commonly found in the cooperatives under study was of a similar nature to the leadership that predominates at the local level.

5. With the exception of twisted tobacco, the products more highly marketed by the cooperatives were those produced by large landowners, i.e., cotton and cocoa. The products least marketed by the cooperatives were rice, corn and beans.
6. The utilization of social class and stratification, in complementary terms, proved to be very useful, both descriptively and analytically, to throw light on aspects of the social structure in which the northeastern cooperative is inserted.
7. Certain benefits offered by the cooperatives have better served the higher strata of rural society, which includes the agri-exporter sector. These benefits include the political and prestige dividends gained by these strata, usually in leading positions in the cooperatives.

The research also showed that the northeastern rural cooperativism has been an instrument more of control than of social change.

Suggestions on Planning

1. The importance of the local power structures, which are refractory to innovations implying in redistribution of their areas of influence, should not be minimized.

2. If planning is directed to the lower social strata, its participation in this process is fundamental. This participation implies in debate and critical appraisal - mobilization promoters.

LITERATURA CITADA

- ALENCAR, M.H., 1967. Estudo de Liderança e Barreiras ao Incremento de Cooperativas em três Municípios do Médio Jequitinhonha. Viçosa, URMG, 92 p. (Dissertação de Mestrado).
- ANJOS, N.M., 1968. Análise Comparativa de Resultados Econômicos entre Cooperados e não Cooperados, Região de São José do Rio Preto. Piracicaba, ESALQ/USP, 123 p. (Dissertação de Mestrado).
- ARAÚJO, J.B., 1972. Importância da Assistência Administrativa às Cooperativas. Cooperativismo & Nordeste. Recife, 7(2): 55-60.
- ARRUDA, A.P.R., 1972. Policultura e Cooperativas Agrícolas no Estado de São Paulo. São Paulo, FEA/USP, 203 p. (Dissertação de Mestrado).
- ASSOCIAÇÃO NORDESTINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL/PERNAMBUCO. Recife. Cooperativismo, - Relatório de Atividades de 1972. 14 p. dat.
- BORDA, O.F., 1970. Formación y deformación de la política cooperativa en América latina. Boletín. Ginebra, 7:135-165.
- BORDA, O.F., 1972. El reformismo por dentro en América latina. México, Siglo Veintiuno Editores. 211 p.

- BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste., 1966. Apresentação. Cooperativismo & Nordeste. Recife, 1(1):3.
- BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste., 1967. Projeto de Crédito Rural. Cooperativismo & Nordeste. Recife, 2(4):23-44.
- BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei nº 5.764, de 16-12-1971. Define a Política de Cooperativismo, institui o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 16 dez. 1971, Seção I, Parte I.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais., 1974. Sistema Cooperativista do Nordeste - Relatório Econômico. Recife, 30 p. dat.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais., 1974. Sistema Cooperativista do Nordeste - Uma Análise Sociológica. Recife, 155 p. dat.
- BRASIL. Presidência da República., 1974. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 - 1979). 149 p.
- CAJARVILLE, S., 1971. La Promoción de la Participación. Boletín. Ginebra, 8: 30-60.
- CAMARGO, L.C., 1960. Cooperação e Cooperativismo. Boletim da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. São Paulo, 4: 1-140.
- CARDOSO, F.H., 1969. Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 238 p.
- CASTILHO, C., 1975. Da Bancarrota a um Futuro Promissor. Opinião. Rio de Janeiro, 137: 15.
- CASTRO, A.B., 1972. 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Forense. v. 1. 193 p.

- CHAGAS, J.C., 1973. Análise Econômica das Cooperativas de Consumo em Diversas Cidades do Estado de São Paulo. Rio Claro, FFCL, 120 p. (Tese de Doutorado).
- CORDEIRO, C.A., 1961. Estudo Econômico-Social da Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (CPCESP). Piracicaba, ESALQ/USP, 119 p. (Tese de Doutorado).
- DESROCHE, H., 1961. Principes rochdaliens? Lesquels? Archives Internationales de Sociologie de la Coopération. Paris, 10: 3-38.
- DURKHEIM, E., 1966. As regras do método sociológico. 4ª ed. São Paulo, Editora Nacional. 171 p.
- DURKHEIM, E., 1973. De la division du travail social. 9ª ed. Paris, Presses Universitaires de France. 416 p.
- FERNANDES, F., 1974. Mudanças sociais no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 359 p.
- FIGUEROA, M., 1973. Cuestiones de política agrícola regional - NE do Brasil. Recife, SUDENE. 352 p.
- GAVA, E., 1972. Análise da Administração de Cooperativas Agrícolas e sua Influência na Formação de Capital, Estado do Espírito Santo. Vitória, URMG, 194 p. (Dissertação de Mestrado).
- GOLDMANN, L., 1966. Sciences humaines et philosophie. Paris, Éditions Gonthier. 169 p.
- GOODE, W.J. e P.K. HATT, 1968. Métodos em pesquisa social. 2ª ed. São Paulo, Editora Nacional. XII, 492 p.

- HAMERSCHMIDT, B., 1973. Eficiência Econômica de Comercialização do Trigo em Cooperativas Agrícolas no Estado do Paraná. Viçosa, URMG, 105 p. (Dissertação de Mestrado).
- KAHL, J., 1962. Urbanização e Mudanças Ocupacionais no Brasil. América Latina. Rio de Janeiro, 5(4): 21-30.
- KOWARICK, L., 1970. Estratégias do Planejamento Social no Brasil. Cadernos CEBRAP. São Paulo, 2: 1-137.
- LAMMING, G.N., 1973. Eficiência em Administração de Cooperativas. In: JOHANNEN, U., org. A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Naumann, p. 281-314.
- LEWIN, H., 1974. A Temática do "Mundo Rural" nos Planos Brasileiros de Desenvolvimento Econômico. Debate & Crítica. São Paulo, 4: 83-105.
- LOPES, M. et alii., 1969. Política para o Desenvolvimento do Cooperativismo no Nordeste. Cooperativismo & Nordeste. Recife, 4(2): 73-110.
- MANNHEIM, K., 1972. Ideologia e Utopia. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 330 p.
- MARX, K., 1965 (a). Adresse inaugurale et statuts de l'Association Internationale des Travailleurs. In: RUBEL, M. éd. Karl Marx Oeuvres économie. Paris, Editions Gallimard, v. 1, p. 459-472.
- MARX, K., 1965 (b). Critique de l'économie politique. In: RUBEL, M., éd. Karl Marx Oeuvres économie. Paris, Editions Gallimard, v. 1, p. 269-452.
- MARX, K., 1965 (c). Le manifeste communiste. In: RUBEL, M., éd. Karl Marx Oeuvres économie. Paris, Editions Gallimard, v. 1, p.159-195.

- MARX, K., 1965 (d). Misère de la philosophie. In: RUBEL, M., éd. Karl Marx Oeuvres économie. Paris, Editions Gallimard, v. 1, p. 3-136.
- MARX, K., 1965 (e). Résolutions du premier congrès de l'Association Internationale des Travailleurs. In: RUBEL, M., éd. Karl Marx Oeuvres économie. Paris, Editions Gallimard, v. 1, p. 1463-1472.
- MARX, K., 1968 (a). Économie et philosophie; manuscrits parisiens. In: RUBEL, M., éd. Karl Marx Oeuvres économie. Paris, Editions Gallimard, v. 2, p. 3-141.
- MARX, K., 1968 (b). Matériaux pour le deuxième volume du capital. In: RUBEL, M., éd. Karl Marx Oeuvres économie. Paris, Editions Gallimard, v. 2, p. 501-1488.
- MATO, M.A., 1974. A Cooperativa Agrícola na Dinâmica Social. Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, 33: 19-37.
- MEDAWAR, P.B., 1974. Indução e Intuição no Pensamento Científico. I Apresentação do Problema. Ciência e Cultura. São Paulo, 26(12): 1105-1113.
- MEDAWAR, P.B., 1975. Indução e Intuição no Pensamento Científico. III. Sobre Intuição, Principalmente. Ciência e Cultura. São Paulo, 27(3): 237-243.
- MEDINA, C.A., 1964. A Estrutura Agrária Brasileira: Características e Tendências. América Latina. Rio de Janeiro, 7(1): 71-90.
- MEISTER, A., 1962. Quelques aspects méthodologiques de la recherche sociologique dans les associations et les groupes coopératifs. Paris, Centre de Recherches Coopératives, École Pratique des Hautes Études (VIe Section). 200 p. mim.

- MEISTER, A., 1969. Participation, animation et développement. Paris, Editions Anthropos. 382 p.
- MEISTER, A., 1972. Vers une sociologie des associations. Paris, Editions Ouvrières, 220 p.
- MILLS, C.W., 1969. A Nova Classe Média. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 380 p.
- MIRANDA, M.H., 1973. Doutrina e Empresa Cooperativas: Contribuição para o Estudo do Cooperativismo na "Região de Araraquara". Araraquara, FFCLA, 233 p. (Tese de Doutorado).
- MONTEIRO, A.S., 1972. Custo de Beneficiamento e de Transporte de Leite na Bacia Leiteira de Belo Horizonte - Cooperativas Filiadas à Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais - C.C.P.R. Viçosa, URMG, 99 p. (Dissertação de Mestrado).
- MORAIS, C.S., 1971. Algunas Consideraciones en torno de las Organizaciones Campesinas. Boletín. Ginebra, 8: 61-92.
- MOREIRA, N., 1975. Modelo Peruano. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. 225 p.
- OLIVEIRA NETTO, J.A., 1972. Crédito para Capital de Giro às Cooperativas de Suinocultores no Rio Grande do Sul, Estudos de Casos. Porto Alegre, UFRS, 223 p. (Tese).
- ONU. Comisión Económica para América Latina., 1969. El cambio social y la política de desarrollo social en América Latina. Nueva York, 307 p.
- QUEIROZ, M.I.P., 1973. O Campesinato Brasileiro: Ensaio sobre Civilização e Grupos Rústicos no Brasil. Petrópolis, Vozes - EUSP. 242 p.

- QUEIROZ, M.I.P., 1975. Classes Sociais no Brasil: 1950-1960. Ciência e Cultura. São Paulo, 27(7): 735-756.
- RIOS, G.S.L., 1973. Pré-Cooperativismo: Etapa Queimada. In: JOHANNEN, U., org. A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Naumann, p. 315-347.
- RIOS, G.S.L., 1975. Potencialidade e Limitações de um Programa Visando Provocar Participação Rural - uma análise comparativa. Ciência e Cultura. São Paulo, 27(8): 819-838.
- RIOS, G.S.L., e A.S. MELLO, 1970. Projeto de Pesquisa Social sobre Participação na Cooperativa Mista de Pesca de Cabedelo Ltda. Cooperativismo & Nordeste. Recife, 5(1): 53-89.
- RIOS, G.S.L. e A.S. MELLO, 1970. Relatório de Pesquisa Social sobre Participação na Cooperativa Mista de Pesca de Cabedelo Ltda. Cooperativismo & Nordeste. Recife, 5(2): 11-21.
- SÁ Jr., F., 1973. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. Estudos CEBRAP. São Paulo, 3: 89-147.
- SANTOS, T., 1967. El concepto de clases sociales. Anales de la Universidad de Chile. Santiago, 125(141-144): 81-116.
- SILVA, W.U., 1966. Financiamento às Cooperativas pelos Artigos 34 e 18. Cooperativismo & Nordeste. Recife, 1(1): 27-29.
- SLATER, C. et alii., 1970. Processos de mercado no Recife - Área do Nordeste Brasileiro. Recife, Michigan State University. (sem numeração).

- STAVENHAGEN, R., 1966. Estratificação Social e Estrutura de Classes. In: BERTELLI, A.R. et alii, org. Estrutura de Classes e Estratificação Social. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 117-148.
- STAVENHAGEN, R., 1970. Marginalidad, participación y estructura agraria en América latina. Boletín. Ginebra, 7: 64-103.
- URBANO, J.B., 1974. O Cooperativismo Sergipano. Boletim Cooperativista. Recife, 1(2): 12-17.
- URQUIZA, W., 1971. Relatório Trimestral do Convênio BID/SUDENE/BNB. Cooperativismo & Nordeste. Recife, 6(3): 159-175.
- VEIGA, J., 1975. A "nova fronteira" invadida. Opinião. Rio de Janeiro, 151: 7-8.

APÊNDICE 1

COOPERATIVAS ABRANGIDAS NA PESQUISA, POR ESTADO

ALAGOAS

1. Coop. de Laticínios de Jacaré dos Homens - SUDENE
2. Coop. Agropecuária de Major Isidoro - SUDENE
3. Coop. Agropecuária de Maribondo - SUDENE
4. Coop. Banco Popular e Agrícola de Palmeira
(Palmeira dos Índios) - SUDENE
5. Coop. de Colonização Agropecuária de Penedo - SUDENE
6. Coop. de Colonização Agrícola de Pindorama
(Coruripe) - SUDENE

BAHIA

7. Coop. Agropecuária de Amargosa
8. Coop. Agrícola Mista dos Plantadores de Coco de Camaçari
9. Coop. de Avicultores de Conceição da Feira
10. Coop. Mista Agropecuária Conquistense
(Vitória da Conquista) - SUDENE
11. Coop. Agrícola Mista de Entre Rios - SUDENE
12. Coop. Agrícola de Ilhéus
13. Coop. Mista Agropecuária de Jacobina - SUDENE
14. Coop. Mista do Núcleo Colonial de Jeremoabo
15. Coop. Pastoril de Jequié
16. Coop. Mista Agropecuária de Miguel Calmon - SUDENE
17. Coop. Agropecuária de Itabuna
18. Coop. dos Produtores de Sisal de Queimada
19. Coop. Mista dos Agricultores de Saúde - SUDENE
20. Coop. Agropecuária de Santo Antônio de Jesus
21. Coop. Agrícola de Santa Sé
22. Coop. Mista dos Agricultores de Serrinha - SUDENE
23. Coop. Mista dos Dendeicultores de Taperoá

24. Coop. Agropecuária do Vale do Rio Grande
(Barreiras) - SUDENE

CEARÁ

25. Coop. Central dos Produtores de Algodão
(Fortaleza) - SUDENE
26. Coop. Agropecuária de Canindé - SUDENE
27. Coop. Agrícola e Industrial de Cedro - SUDENE
28. Coop. Agrícola de Itapagé - SUDENE
29. Coop. Agrícola de Produção de Maranguape - SUDENE
30. Coop. Agrícola dos Produtores do Médio Jaguaribe
(Iracema) - SUDENE
31. Coop. de Pesca de Pirambu - (Fortaleza) - SUDENE
32. Coop. Agrícola de Piquet Carneiro - SUDENE
33. Coop. Agrícola de Quixeramobim - SUDENE
34. Coop. Agropecuária de Redenção - SUDENE
35. Coop. Agrícola dos Produtores do Vale do Curu
(São Luis do Curu) - SUDENE

MARANHAO

36. Coop. Agrícola Mista do Alto Turi (Zé Doca) - SUDENE
37. Coop. Agropecuária de Balsas - SUDENE
38. Coop. Agrícola Mista do Gurupi (Imperatriz) - SUDENE
39. Coop. Agropecuária de São Domingos - SUDENE

PARAÍBA

40. Coop. Rural Mista de Bananeiras Ltda.
41. Coop. Agrícola Mista de Boqueirão - SUDENE
42. Coop. Mista de Brejo da Cruz - SUDENE
43. Coop. Mista de Pesca de Cabedelo - SUDENE
44. Coop. Rural Mista de Diamante - SUDENE
45. Coop. Mista de Esperança Ltda.
46. Coop. de Crédito Agrícola de Guarabira - SUDENE

47. Coop. Rural Mista de Mamanguape Ltda.
48. Coop. Agrícola Mista de Monteiro Ltda.
49. Coop. Agrícola Mista de Pirpirituba - SUDENE
50. Coop. Mista de Projeto de Assentamento de Rio Tinto Ltda.
51. Coop. de Crédito Agrícola de Santa Rita - SUDENE
52. Coop. Agrícola Mista de Sapé - SUDENE
53. Coop. Agrícola Mista de Serraria Ltda.
54. Coop. Agrícola Mista de Solânea - SUDENE
55. Coop. Rural Mista de Soledade - SUDENE
56. Coop. Rural Mista de Sumé Ltda.
57. Coop. Agrícola Mista de Taperoá Ltda.
58. Coop. Agrícola Mista de Uiraúna - SUDENE
59. Coop. Agrícola Mista de Umbuzeiro

PERNAMBUCO

60. Coop. Agropecuária de Águas Belas - SUDENE
61. Coop. Agrícola Mista de Alagoinha - SUDENE
62. Coop. Agropecuária de Bom Conselho - SUDENE
63. Coop. Agropecuária de Cupira - SUDENE
64. Coop. Agropecuária de Pedras - SUDENE
65. Coop. Central de Pernambuco (Recife) - SUDENE
66. Coop. Mista dos Pescadores do Grande Recife (Pina) - SUDENE
67. Coop. Agropecuária de Surubim - SUDENE
68. Coop. Agropecuária de Triunfo - SUDENE
69. Coop. Agropecuária de Vertentes - SUDENE

PIAUI

70. Coop. Agrícola de José Freitas - SUDENE
71. Coop. Agrícola de Parnaíba - SUDENE
72. Coop. Agrícola de Sussuapara - SUDENE

RIO GRANDE DO NORTE

73. Coop. Agropecuária de Alexandria

74. Coop. Agrícola dos Cerealistas de Apodi - SUDENE
75. Coop. Agropecuária de Augusto Severo
76. Coop. Mista dos Pescadores de Baía Formosa - SUDENE
77. Coop. Agropecuária de Caicó
78. Coop. Agropecuária de Canguaretama
79. Coop. Agropecuária de Carnaubas
80. Coop. Agrícola Mista de Ceará Mirim - SUDENE
81. Coop. de Crédito Rural de Currais Novos - SUDENE
82. Coop. Agropecuária de Florânea - SUDENE
83. Coop. Agropecuária de Jardim de Angicos Ltda.
84. Coop. Agropecuária de Jardim de Piranhas
85. Coop. Agropecuária de Martins Ltda.
86. Coop. Mista do Médio Oeste Potiguar (Umarizal) - SUDENE
87. Coop. Agropecuária de Nova Cruz
88. Coop. Agrícola Mista de Parnamirim - SUDENE
89. Coop. Agropecuária de Santo Antônio
90. Coop. Agropecuária de São José do Campestre - SUDENE
91. Coop. Agropecuária de São Miguel
92. Coop. Agrícola de São Paulo do Potengi
93. Coop. Agropecuária de São Vicente
94. Coop. Agrícola Mista de Sítio Novo
95. Coop. Agropecuária do Vale do Açu - SUDENE

SERGIPE

96. Coop. Agrícola de Camurupim (Propriá) - SUDENE
97. Coop. Agropecuária de Itabaiana
98. Coop. Agropecuária de N. S. da Glória
99. Coop. Agrícola de Simão Dias - SUDENE
100. Coop. Mista dos Agricultores do Treze (Lagarto) - SUDENE

APÊNDICE 2

LISTA DAS COOPERATIVAS ENCONTRADAS FORA DE FUNCIONAMENTO, OU EM
FASE DE EXTINÇÃO, POR ESTADO

BAHIA

1. Coop. Agrícola dos Plantadores de Coco de Camaçari
2. Coop. Pastoril de Jequié
3. Coop. dos Produtores de Sisal de Queimada
4. Coop. Agrícola de Santa Sé*
5. Coop. Mista dos Dendeicultores de Taperoá

CEARÁ

6. Coop. Agrícola Mista de Quixeramobim - SUDENE
7. Coop. Agrícola dos Produtores do Vale do Curu - SUDENE

PARAÍBA

8. Coop. Rural Mista de Bananeiras
9. Coop. Rural Mista de Diamante - SUDENE
10. Coop. Agrícola Mista de Pirpirituba - SUDENE
11. Coop. Rural Mista de Sumé

PERNAMBUCO

12. Coop. Mista dos Pescadores do Grande Recife - SUDENE

RIO GRANDE DO NORTE

13. Coop. Agropecuária de Augusto Severo
14. Coop. Agropecuária de Caiçó
15. Coop. Agropecuária de Carnaúbas

16. Coop. Agropecuária de Jardim de Piranhas
17. Coop. Agropecuária de Nova Cruz
18. Coop. Agropecuária de São Miguel
19. Coop. Agrícola Mista de S. Paulo do Potengi
20. Coop. Agropecuária de São Vicente
21. Coop. Agrícola Mista de Sítio Novo

* A Cooperativa Agrícola de Santa Sé encontra-se em fase de extinção por estar situada em área a ser inundada pela barragem de Sobradinho.